



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE MEDICINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

**FRANCISCA RACHEL DA SILVA**

**SAÚDE MENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MULHERES  
PESCADORAS DIANTE DAS SITUAÇÕES DE CRISE**

**FORTALEZA**

**2023**

FRANCISCA RACHEL DA SILVA

SAÚDE MENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MULHERES  
PESCADORAS DIANTE DAS SITUAÇÕES DE CRISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas, Ambientais, Políticas de Saúde e Avaliação em Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maxmiria Holanda Batista.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- D11s da Silva, Francisca Rachel.  
Saúde Mental e as Estratégias de Enfrentamento das Mulheres Pescadoras Diante das Situações de Crise / Francisca Rachel da Silva. – 2023.  
112 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dra. Maxmiria Holanda Batista.
1. saúde mental. 2. mulher. 3. pesca. 4. derramamento de óleo. 5. COVID-19. I.Título.

CDD 610

---

FRANCISCA RACHEL DA SILVA

SAÚDE MENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MULHERES  
PESCADORAS DIANTE DAS SITUAÇÕES DE CRISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas, Ambientais, Políticas de Saúde e Avaliação em Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maxmiria Holanda Batista.

Aprovada em 13/07/2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maxmiria Holanda Batista (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Maria Rigotto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Maria Maia Viana  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A todas as mulheres que fizeram de mim  
afeto, força e resiliência.

## AGRADECIMENTOS

Imaginei esses agradecimentos tantas vezes durante esse processo, pois sabia que seria a última parte que escreveria. Nos momentos mais desafiadores, refletir sobre essa escrita que me fez lembrar do porquê quis tanto trilhar esse caminho e os motivos para permanecer nele.

Então agradeço à minha mãe, Tiene, que diante dos momentos mais complexos foi força, serenidade e segurança, principalmente nos dias que eu não consegui ser por mim. À Maia, minha companheira de estudos, de madrugadas e finais de semanas para a conclusão desse momento.

À professora Maxmiria, por essa caminhada, pelos ensinamentos e orientação. Ao grupo TRASSUS, pela partilha, pelas trocas e os inúmeros momentos que transformaram essa jornada em menos solitária. Ao programa e corpo docente da Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, em especial à Dominik e ao Hemison por todo suporte excepcional dado não só a mim, mas a todos os estudantes.

Agradeço a todas as mulheres pescadoras que colaboraram com este trabalho, compreendendo todas as articuladoras que estavam sempre presentes, mesmo diante de uma pandemia que afetou a todos nós. Às famílias que me acolheram durante a pesquisa de campo, que tiveram a generosidade e a paciência de me permitirem adentrar nas suas rotinas, suas casas e sua cultura. E a todos das comunidades que me auxiliaram de tantas maneiras, espero que de alguma forma este trabalho possa ser um fator positivo diante dos tantos desafios enfrentados por vocês.

Agradeço imensamente à tantas mulheres que aqui me atravessaram e perpassaram para que eu pudesse ser a mulher que sou hoje. Muitas delas, minhas amigas, que foram a minha rede de apoio, que me acompanharam durante todo o processo. Tenho muita sorte de ter vocês ao meu lado.

Por fim, mas não menos importante, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo apoio e suporte durante boa parte do Mestrado.

“Quem entende o linguajar da Mãe-Maré é a mulher. O linguajar do remo, da pesca, da mão calejada.” (J. BAHIA, 2021, informação verbal).

## RESUMO

A saúde passa por várias transformações, desde a diferenciação entre o que é saúde e doença, até o desenvolvimento de novos campos de estudo na área. Esses campos lançam luz para compreender os processos de contextos como os das comunidades tradicionais e seus enfrentamentos, bem como a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para elas. As mulheres pescadoras enfrentam desafios diante das questões sociais que permeiam o próprio ser mulher, além disso vivenciam crises dentro do seu campo de trabalho que são tensionadoras da saúde mental delas, como por exemplo as que são abordadas aqui: o derramamento do óleo e a pandemia da COVID-19. Diante disso, o presente estudo buscou compreender o impacto de algumas situações de crises na saúde mental das mulheres pescadoras e suas respectivas estratégias de enfrentamento. Caracterizando o modo de vida e trabalho das mulheres pescadoras, descrevendo alguns impactos dos cenários de crise na sua saúde mental e identificando as estratégias de enfrentamento delas. A pesquisa se coloca como estudo qualitativo, de forma descritiva, colaborativa não extrativista e foi realizada nas comunidades tradicionais de Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canavieiras. Utilizou-se de observação, entrevistas ou interações verbais gerais e diários de campo para obtenção de dados. Para analisar os mesmos o campo da análise de discurso. Os resultados do estudo permitiram compreender algumas características significativas e autênticas de cada comunidade, determinadas vivências, enfrentamentos e a importância das associações comunitárias. Foi possível também como direcionamento desta pesquisa um breve exemplo de articulação da rede de cuidado em saúde de modo horizontal, colaborativo e sistêmico que favoreceu a descrição de um encontro de saberes *sui generis* no contexto de mulheres pescadoras localizadas em comunidades tradicionais.

**Palavras-chave:** saúde mental; mulher; pesca; derramamento de óleo; COVID-19.



## ABSTRACT

Health undergoes through several transformations, from the differentiation between what is health and disease, to the development of new fields of study in the area. These fields shed light on understanding the processes of contexts such as those of traditional communities and their confrontations, as well as the possibility of developing public policies aimed at them. Fisherwomen face challenges against social issues that permeate being a woman, in addition to experiencing crises within their field of work that stress their mental health, such as those discussed here: the oil spill and the pandemic of COVID-19. Therefore, this study sought out to understand the impact of some crisis situations on the mental health of fisherwomen and their respective coping strategies. Characterizing the lifestyle and work of fisherwomen, describing some impacts of crisis scenarios on their mental health and identifying their own coping strategies. The research is a qualitative, descriptive, collaborative non-extractive study and was carried out in the traditional communities of *Sítio Jardins*, *Quilombo do Cumbe* and *Canavieiras*. Observation, interviews or general verbal interactions and field diaries were used to obtain data. To analyze them the field of discourse analysis. The results of the study made it possible to understand some significant and authentic characteristics of each community, certain experiences, copings and the importance of community associations. It was also possible, as a direction from this research, a brief articulation example of the health care network in a horizontal, collaborative and systemic way that favored the description of a knowledges meeting *sui generis* in the context of fisherwomen located in traditional communities.

**Keywords:** mental health; woman; fishing; oil spill; COVID-19.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Jornada de trabalho na pesca artesanal .....	25
Figura 2 - Locais e estados atingidos pelo derramamento de óleo nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil .....	40
Figura 3 - Cronologia das manchas de óleo .....	43
Figura 4 - Extensão das manchas de óleo no litoral cearense em 2022 .....	46
Figura 5 - Mapa da localização das Comunidades Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canavieiras .....	57
Imagem 1 - Aproximação com as pescadoras durante o beneficiamento .....	60
Imagem 2 - Processo de mariscagem realizado com as pescadoras .....	61
Imagem 3 - Processo de pesca do Sururu realizado junto com as pescadoras e pescadores do Sítio Jardins .....	66
Imagem 4 - Processo de beneficiamento do Sururu realizado junto com as pescadoras e pescadores do Sítio Jardins .....	67
Imagem 5 - Beneficiamento do Búzio com pescadoras do Sítio Jardins .....	68
Imagem 6 - Pesca do Siri com gerere e tarrafa .....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de localidades e cidades afetadas nos estados do Nordeste (2019) .....	41
Tabela 2 - Número de localidades e praias afetadas no Estado do Ceará (2022) .....	44
Tabela 3 - Tipos de conflitos e agentes causadores nas comunidades Sítio Jardins, Cumbe e Canavieiras .....	72
Tabela 4 - Impactos socioambientais e socioeconômicos nas comunidades Sítio Jardins, Cumbe e Canavieiras .....	73
Tabela 5 - Distribuição dos casos de COVID-19 em comunidades pesqueiras, segundo situação epidemiológica, do período de 29 de março de 2020 a 20 de janeiro de 2021. (GRUPO..., 2020) .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CBO	Código Brasileiro de Ocupação
CBO 6310	Código Brasileiro de Ocupação de Pescadores Polivalentes
CBO – 6310-10	Código Brasileiro de Ocupação de Catador de Marisco
CBO – 6310-20	Código Brasileiro de Ocupação de Pescador Artesanal de Peixes
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPEDES	Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNS	Conselho Nacional da Saúde
CPP	Conselho Pastoral de Pescadores
DME	Distúrbios musculoesqueléticos
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

FCP	Fundação Cultural Palmares
Fiocruz	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FUNCAP Tecnológico	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GIH-mhGAP	Guia de Intervenção Humanitária do Programa de Ação Global para Superação das Lacunas em Saúde Mental da OMS
GTI Negra	Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PCP	Primeiros Cuidados Psicológicos

PNDA da Pesca	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNSIPCF Floresta	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
PRISMA	Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analysis
SisRGP Pesqueira	Relatório do Sistema Informatizado do Registro Geral de Atividade Pesqueira
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Ceará
SEMACE	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC	Transtornos mentais comuns
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNCED	Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>Maré: o modo de vida das comunidades tradicionais</b>	<b>22</b>
<b>2.2</b>	<b>Maré-mulher: as questões de gênero no contexto das mulheres pescadoras</b>	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>Da saúde aos conflitos socioambientais: o derramamento de óleo e pandemia da COVID-19</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>55</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>55</b>
<b>3.2</b>	<b>Local e período</b>	<b>56</b>
<b>3.3</b>	<b>Participantes do estudo</b>	<b>58</b>
<b>3.4</b>	<b>Construção de dados</b>	<b>59</b>
<b>3.5</b>	<b>Trabalho de Campo</b>	<b>59</b>
<b>3.6</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>62</b>
<b>3.7</b>	<b>Análise de dados</b>	<b>63</b>
<b>3.8</b>	<b>Aspectos éticos</b>	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.</b>	<b>65</b>
<b>4.1</b>	<b>Correntezas: Caracterizando as comunidades tradicionais do Rio Jaguaribe e seus desafios.</b>	<b>65</b>
<b>4.2</b>	<b>Marés de vida: Possíveis impactos na saúde mental a partir do derramamento de óleo e da pandemia de COVID-19.</b>	<b>77</b>
<b>4.3</b>	<b>Marés de força: estratégias de enfrentamento diante dos cenários de crise.</b>	<b>84</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AS PESCADORAS DAS COMUNIDADES</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca da saúde passaram por diversas transições no Brasil ao longo de décadas, sofrendo impactos diretos dos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais. Alguns marcos foram essenciais na construção e ressignificação da compreensão da saúde e doença, dentre eles, destacam-se as reuniões em 1950 no Chile e México, sobre um projeto preventivista latino-americano, a estruturação como campo de conhecimento e prática da Medicina Preventiva e Social no fim da década de 70 e o momento da consolidação propriamente dita da Saúde Coletiva, que acontece no final de 1970 a 1994 (NUNES, 1994; OSMO; SCHRAIBER, 2015).

Desta trajetória surgem duas instituições importantes: o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), focado em discutir a democratização da saúde, tornando-se precursor na reconstrução do pensamento em saúde (PAIM, 2008). E a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), fundada com objetivo de cooptar os interesses dos diferentes cursos da área de saúde e se posicionar frente a uma nova perspectiva de saberes e prática neste campo. Assim, o campo da saúde coletiva surge e se fortalece aliado aos movimentos sociais reivindicatórios da época, como a luta contra a ditadura, pela redemocratização e as reivindicações pela reforma social e sanitária. (OSMO; SCHRAIBER, 2015; SCHRAIBER, 2008).

Nesse contexto, dois marcos conceituais importantes também surgem: a determinação social das doenças e dos processos de trabalho em saúde. A determinação social das doenças expande a perspectiva da análise sobre a saúde e a doença, não mais explicadas apenas pela lente biológica e ecológica, mas considerando também o contexto social e histórico (PAIM, 2008).

Nessa concepção, a relação de trabalho, saúde do sujeito e o ambiente são compreendidos por múltiplas esferas, sejam elas histórica, social, relacional, ambiental, econômica ou biológica, buscando assim uma análise mais ampla dos fenômenos (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

A emergência, então, das reflexões acerca do trabalho e da saúde fizeram surgir o desenvolvimento do campo de saúde do trabalhador, que iniciou com a concepção de mudança na conjectura da saúde da população trabalhadora, na esfera política, técnica e jurídica, buscando a criação de políticas e promoção de ações voltadas a efetivar transformação significativa nas intervenções, até então, precárias no espaço laboral (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). Incorporadas a essas



discussões, a democracia, os direitos elementares e de auto-organizações dos trabalhadores também se tornaram referenciais no fortalecimento deste movimento.

O campo da Saúde do Trabalhador, assim como da Saúde Coletiva, caminhou para a reflexão do modelo vigente de saúde e doença. E por isso as questões envolvendo saúde, trabalho e ambiente ficaram cada vez mais em foco, possibilitando a inserção de um novo olhar, o da Saúde Ambiental (TAMBELLINI; DE ALMEIDA; CAMARA, 2013).

Já no campo da Saúde Ambiental, juntamente com os já supracitados, caminhou junto com estes no contexto histórico de grandes mudanças sociopolíticas do Brasil. Por exemplo, em 1992 ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), evento importante no debate sobre os problemas de saúde relacionadas ao ambiente. Com enfoque no social e a entrada das Ciências Sociais na Saúde Pública, a concepção de ambiente passa a ter também a noção de coletivo, gerando debates sobre a população ou grupos populacionais (NUNES, 1994; TAMBELLINI; DE ALMEIDA; CAMARA, 2013).

Apesar das conquistas e marcos na garantia de direitos das comunidades pesqueiras, a realidade é de constantes conflitos socioambientais, que cada comunidade experiencia de forma singular. Fatores como a globalização econômica, o capitalismo e as políticas públicas propostas de “desenvolvimento” que são orientadas por critérios produtivistas e consumistas, fazem com que determinadas ações geradas pelos conflitos ambientais possam, porventura, desrespeitar a vida humana, os ecossistemas, a cultura e os valores dos povos dessas comunidades nas quais os investimentos e cadeias produtivas se instalam (PORTO; MILANEZ, 2009; PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

Além disso, a atuação humana passou a alterar os sistemas terrestres e os fluxos de energia, afetando diretamente a natureza. Com a ocorrência das mudanças ambientais, que geraram transformações nos ecossistemas terrestres e as mudanças climáticas, que também são atribuídas à atividade humana, a diversidade de impactos ambientais provocados vem desorganizando os ecossistemas e prejudicando o modo de vida de diversas espécies, incluindo a qualidade de vida de muitas comunidades propriamente humanas. Esse fenômeno é descrito como Antropoceno, sendo este o marco dos impactos antrópicos em escala geológica na Terra, colocando o homem como uma das grandes forças transformadoras da natureza (CRUTZEN; STOERMER, 2000; MATIAS; IMPERADOR, 2022).

Para Acselrad (2004) os conflitos ambientais ocorrem da disputa entre diferentes modos de desenvolvimento, que abrange, por exemplo, os movimentos sociais organizados, empresas agroexportadoras, indústrias transnacionais, as instituições regulatórias e as políticas públicas. Tendo em vista essa perspectiva, compreende-se que as injustiças ambientais são as consequências dessas disputas políticas e econômicas, que envolvem as ações de projetos e utilização de recursos dos territórios. As injustiças ambientais também vão se tornar conflitos quando a mobilização e resistência a estas vão se consolidando e, vale ressaltar que, em sua grande maioria, esses embates são invisíveis para o restante da sociedade, tendo em vista o déficit democrático e as assimetrias de poder (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

No contexto de lutas das comunidades pescadoras, as injustiças sociais são o que Herculano (2008, p.5) descreve como algo que “encobrem e naturalizam a exposição desigual à poluição e o ônus desigual dos custos do desenvolvimento”. Para o autor, os problemas ambientais enfrentados são intensificados pelo racismo ambiental, que ocorre quando os governos através de suas práticas se utilizam das instituições legais para garantirem que os países do Norte recebam os benefícios do modelo de desenvolvimento proposto, enquanto os custos são destinados aos países do Sul (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004). É aqui que notamos a importância de pensar essa relação, inclusive, com a construção das políticas acerca do racismo no Brasil, anteriormente.

Mas, o racismo de ordem ambiental, no caso, se caracteriza por uma discriminação institucionalizada, que através de ações ou práticas favorecem grupos raciais ou étnicos dominantes, permitindo favorecimentos diferenciados e negativos aos grupos raciais ou étnicos subordinados (FEAGIN; FEAGIN, 1989).

Acerca dessa expansão do impacto de conflitos socioambientais, em 30 de agosto de 2019, foram avistadas as primeiras manchas de óleo do maior desastre ambiental ocorrido em mares brasileiros e, de acordo com levantamento divulgado em novembro do mesmo ano pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), houve mais de 720 pontos de contaminação no litoral brasileiro. Nesse contexto, o estado do Ceará, por exemplo, apresenta 573 km de costa marítima, abrangendo 20 municípios fronteiriços com o mar. Destaca-se, porém, que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) agrupou 33 municípios com atividades socioeconômicas e processos interdependentes com o litoral (INSTITUTO..., 2019).

Dos 20 municípios com fronteira marítima, 17 apresentaram manchas de petróleo oriundas do derramamento, atingindo 28 colônias de pescadores e pescadoras e um total de 10.072 pescadores, segundo o Relatório do Sistema Informatizado do Registro Geral de Atividade Pesqueira – SisRGP (BRASIL, 2019c). O referido desastre ambiental trouxe um importante impacto sobre o modo de vida e trabalho das comunidades tradicionais, inclusive pesqueiras, do litoral cearense.

Dois anos depois deste evento, ocorreu o reaparecimento de manchas de óleo no litoral cearense, segundo a Secretária do Meio Ambiente do Ceará (SEMA), no dia 8 de fevereiro de 2022, foram notificados avistamentos de manchas de óleo na praia do Cumbuco. Nos dias seguintes mais manchas foram encontradas em praias cearenses, totalizando 65 praias atingidas por manchas de óleo em 2022 de acordo com o acompanhamento feito pela SEMA (CEARÁ, 2022a, 2022b).

Em contexto de desastres ambientais é possível observar o intenso sofrimento psíquico e sintomas de transtornos mentais comuns (TMC) como a depressão e a ansiedade, a exemplo da experiência do derramamento de óleo no golfo do México. Estudos de Morris Jr. *et al.* (2013) encontraram, justamente, elevados níveis de ansiedade e depressão em pessoas que vivem em comunidades costeiras de eventos desta natureza. A perda de renda foi o fator mais significativo nesses casos.

Além desse desastre ocorrido em 2019, no início de 2020 ocorreu a pandemia da COVID-19 em escala mundial, a maior emergência de saúde pública já vivenciada no século XXI (QIU J. *et al.*, 2020). Alterando o modo de vida da sociedade e impactando diretamente todo o planeta. Com a incidência inicial identificada em Wuhan na China, em dezembro de 2019, o vírus que causa síndrome respiratória leve ou aguda, tem um alto índice de transmissão entre humanos, através do contato direto (REIS-FILHO; QUINTO, 2020).

Em menos de um ano, o mundo todo foi afetado, dos grandes centros urbanos até as localidades rurais. Por conta do modelo preventivo de enfrentamento da pandemia, onde se deve evitar contato físico, aglomerações e manter distanciamento, a relação com o trabalho mudou. Para parte da população foi possível realizar o chamado 'home office' ou trabalhar em casa, através de ferramentas como celular e computador, porém para uma grande parcela da população isso não foi possível, como é o caso das pescadoras que tem sua atividade de trabalho de forma

manual e de renda através da venda em feiras, presencialmente, do seu pescado (CAVALCANTI; WANDERLEY, 2020).

Esse quadro sucessivo, do derramamento de óleo atrelado a uma pandemia, foi significativo no impacto na vida das mulheres pescadoras das comunidades tradicionais. Acredita-se na possibilidade de que as ações tomadas até hoje ainda podem estar aquém do que realmente se faz necessário em situações de desastre ou acidente como no exemplo deste contexto e não se pôde, ainda, avaliar adequadamente o impacto mesmo na saúde física e mental dessas mulheres pescadoras. É indispensável, então, o levantamento de informações que sirvam de suporte para o planejamento de decisões e ações dos gestores públicos (SILVA, 2021).

Diante do exposto, essa pesquisa visa compreender o impacto das situações de crises, no recorte de conflitos socioambientais como os exemplos do derramamento de petróleo e a pandemia da COVID-19 na saúde mental das mulheres pescadoras, bem como compreender algumas de suas possíveis estratégias de enfrentamento.

Tendo em vista os diversos fatores que se interseccionam, tornando-se tensionadores e intensificadores do sofrimento físico e mental daquelas em situações de crise, este estudo parte de uma abordagem biopsicossocial da saúde mental na perspectiva da relação com o trabalho. Compreensão esta ampla, complexa e não reducionista, que propõe um diálogo constante com conhecimentos das ciências da saúde e com algumas vertentes da sociologia e da psicologia que dialogam diretamente com a dimensão da saúde pública.

Nesta perspectiva, ao abordar as categorias da saúde mental, do trabalho (pesca) e de gênero (mulher), pretende-se compreender alguns impactos das situações de crises – derramamento de óleo e pandemia – na saúde mental das mulheres pescadoras e suas estratégias de enfrentamento. Para isso, iremos passar por uma caracterização do modo de vida e trabalho dessas mulheres pescadoras.

Em busca de atingir esse objetivo, a dissertação estrutura-se na inicial apresentação de um panorama geral sobre a saúde coletiva e a construção de políticas voltadas para as comunidades tradicionais, o olhar para mulheres pescadoras a partir de questões de gênero e uma breve explanação sobre os eventos de crise. Apresentaremos os três capítulos do referencial teórico que visam a essa construção, que são eles: 1) Maré: o modo de vida das comunidades tradicionais; 2)

Maré-mulher: as questões de gênero no contexto das mulheres pescadoras; 3) Da saúde aos conflitos socioambientais: o derramamento de óleo e a pandemia da COVID-19. Após o aporte teórico, então, a metodologia para o desenvolvimento da investigação, onde são definidas as estratégias para a coleta de dados, após isso a proposta de análise e discussão dos resultados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Maré: o modo de vida das comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais pesqueiras possuem uma relação profunda com o ambiente e seu trabalho, já que sua afinidade com os ecossistemas integra muito mais do que um meio de sobrevivência, mas a sua identidade, suas subjetividades, cultura e costumes.

Segundo Diegues (2000) as comunidades tradicionais são caracterizadas por grupos de populações que sobrevivem diretamente do meio natural, dos ciclos e dos produtos pertencentes a esse meio, configurando-se assim, este, fator principal para produzir e reproduzir o seu modo de vida.

Para Cunha (2003) é possível afirmar que essas comunidades adotam um modo/ritmo de vida/trabalho que se orienta, de um lado, nas características únicas do ecossistema marinho e de outro, na atividade produtiva. Para o autor, além de ser sua principal fonte de renda, a pesca, ela comanda os horários do dia a dia, pois ordena as tarefas e seus intervalos no entrelaçamento desta atividade com a natureza.

Além disto, as comunidades tradicionais, após anos de colonização e de inserção em uma cultura eurocêntrica, possuem diversas estratégias de resistência às práticas culturais e cognitivas desta (SANTOS; MENESES, 2009). Assim como há a democratização de saberes e habilidades no cotidiano das relações entre os sujeitos da própria comunidade (DIEGUES, 2001).

Sendo assim, o impacto deste modelo de desenvolvimento nos seus territórios, podem ameaçar não só sua soberania alimentar, mas sua existência histórica, política, social e identitária. Contudo, sua singularidade e seus ofícios de pesca de marisco são mantidos, inobstante às tantas mudanças sociais, culturais, ecológicas e econômicas. Transformações estas inegavelmente ocasionadas pela globalização, que promove uma homogeneização de culturas, podendo vir a descaracterizar a regionalidade própria de determinadas comunidades (HALL, 2006).

Na esfera das políticas públicas, a participação popular no fortalecimento de ações e estratégias de intervenção favoreceram a construção das políticas em saúde pública no Brasil, como a própria criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a consolidação dele. A partir disso, diversas políticas foram implantadas para atender as

demandas populacionais, norteadas pelos princípios básicos da universalidade, a integralidade e a equidade (MENDES, 2010).

A universalidade consiste na promoção de um modelo de assistência universal, com atendimento gratuito, não fazendo distinção de etnia, condição social, econômica, religiosa ou de orientação sexual, garantindo assim o direito de cidadania a todos. Já a integralidade, percebe as pessoas em sua totalidade, buscando atender todas suas necessidades, visando assim uma atuação na promoção de saúde, prevenção de doenças e tratamento, compreendendo, também, a articulação do sistema de saúde com as demais políticas existentes, atuando assim como uma proposta intersetorial. Por fim, o princípio da equidade, que tem como proposta a diminuição da desigualdade, compreendendo que as pessoas não são todas iguais e que possuem necessidades diferenciadas (PAIM, 2009).

Para que estes princípios sejam alcançados, se faz necessário a compreensão e definição da diversidade de povos e culturas que permeiam o Brasil. No decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no seu artigo 3º descreve esses povos e comunidades como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Dentre essas políticas de saúde, destacam-se as voltadas para os povos tradicionais/campo e da floresta, tendo em vista o foco do presente estudo. Com a edição da Portaria n 2.866, de 2 de dezembro de 2011, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) se instaura dentro do SUS, a política tem como objetivo assegurar o direito ao planejamento da saúde e a assistência à saúde dos povos, de modo que assegure os direitos básicos previstos no SUS aos mesmos (BRASIL, 2013).

Um Plano Operativo da PNSIPCF foi criado, em 6 de dezembro de 2011, na Comissão Intergestores Tripartite, com o objetivo de traçar estratégias para orientar a gestão federal, estadual e municipal no enfrentamento das desigualdades em saúde dos povos do campo e da floresta, através de um plano estruturado em três eixos: primeiro, o acesso das populações do campo e da floresta na atenção à saúde. O segundo eixo compreende ações de promoção e vigilância em saúde às populações

do campo e da floresta. E o terceiro, educação permanente e educação popular em saúde com foco nas populações do campo e da floresta (BRASIL, 2013).

Além disso, ressalta-se as políticas de saúde voltadas para a população negra, com a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995, levando a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). No âmbito da saúde, realizou-se uma Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra logo após, em 1996, resultando em um conjunto de medidas voltadas para este contexto. Dentre elas: a inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos, a detecção precoce de doenças via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado e o fortalecimento e extensão do, até então chamado, Programa de Saúde da Família até as comunidades quilombola. Além de o Ministério da Saúde publicar, em 1998, o documento “A Saúde da População Negra, realizações e perspectivas” e, em 2001, o “Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente” (WERNECK, 2016). Neste manual, os autores vão reforçar que:

o acesso a serviços de saúde é mais difícil e o uso de meios diagnósticos e terapêuticos é mais precário produzindo, em geral, evolução e prognóstico piores para as doenças que afetam negros no Brasil (BRASIL, 2001, p. 9-10).

Todas essas políticas supracitadas são alguns exemplos de marcos importantes na garantia de direitos das populações dos povos tradicionais e de modo particular, os povos de comunidade pesqueira, que desenvolveram culturas e modos de viver peculiares, através da partilha e construção de saberes com a natureza e o ambiente. Por meio de memórias culturais, pensamentos e hábitos que foram dialogando com a cultura e com o contexto histórico são formados os conhecimentos das práticas, das técnicas e das estratégias relacionais do trabalho e ambiente nessas comunidades (DIEGUES, 2001).

Nas comunidades pesqueiras, as mulheres representam uma parcela importante na construção e perpetuação da cultura, dos saberes e do trabalho. Suas lutas e desafios são travados no seio do mangue, desde cedo aprendem o ofício da mariscagem quando o conhecimento é passado por gerações através da oralidade, observação e prática. Elas são interligadas ao ecossistema de modo que o trabalho, ao mesmo tempo que é fonte de renda, é também valorização e respeito à natureza (DANTAS, 2010).

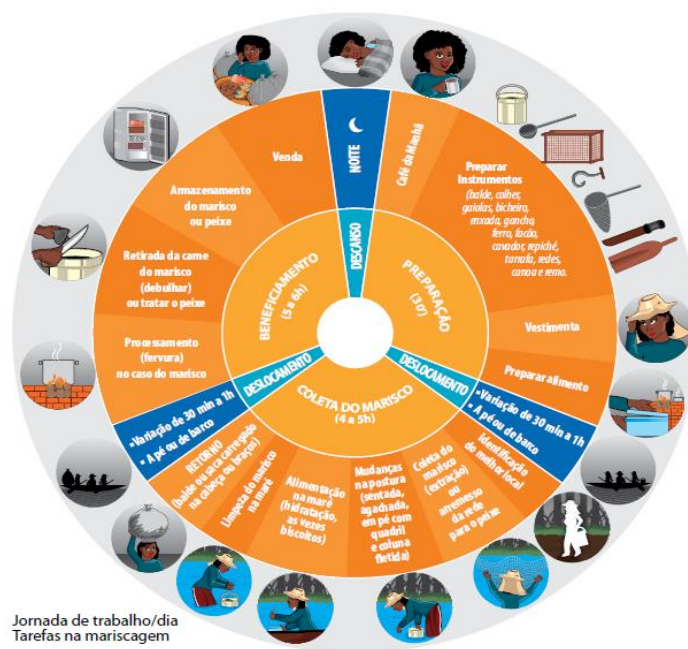


Sendo assim, a identidade das pescadoras está ligada ao território em que vivem. Visto que o espaço se torna um lugar simbólico, a partir do processo de apropriação e significação da realidade (PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009) e da relação afetiva e política que se estabelece ali (SAWAIA, 2014).

O trabalho artesanal com o marisco possui como características ser realizado predominantemente por mulheres, utilizando-se de instrumentos e técnicas artesanais, adaptados à natureza e à realidade de cada comunidade. O processo de limpeza e o trato do marisco também ocorrem de maneira clássica, utilizando do fogão à lenha e do trabalho manual braçal (MATOS; BORELLI, 2012). Com uma jornada de trabalho de 10 a 14 horas por dia, à mulher está reservada geralmente a extração de mariscos, além das atividades domésticas e cuidados com as crianças da família, enquanto o homem se insere nas atividades da pesca (PENA; GOMEZ, 2014).

A cartilha produzida em 2018, pelo projeto “Educação em Saúde da (o) Trabalhadora (or) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS” é um dos frutos gerados pelas pesquisas em locais onde existem esse trabalho das pescadoras. Nele, pudemos observar como esses processos produtivos são realizados (figura 1).

Figura 1: Jornada de trabalho na pesca artesanal.



Fonte: Cartilha: A Saúde das Pescadoras Artesanais Atividades de Pesca: Rios, Lagos e Lagoas (OBSERVATÓRIO..., 2018).

No contexto das pescadoras, como já dissemos, existe a interseção entre vida social-familiar e a intensificação do trabalho, que é observada pelo entrelaçamento entre o processo de mariscagem, a saber, o tratamento, beneficiamento e comercialização dos mariscos com o trabalho doméstico, ou seja, o cuidado com as crianças e idosos.

Porém, a histórica invisibilização desta intensa carga horária, deste contexto, traz desconhecimento desse imbricamento intrínseco aos profissionais de saúde desde o seu processo de formação até o de tentativas de produção de pesquisas neste âmbito (SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011). E além da extensa jornada de trabalho, as mulheres pescadoras também vivenciam diversas outras opressões que se interseccionam.

Neste sentido, é importante ressaltar que as pesquisas em torno da condição da mulher pescadora são escassas, havendo, por alguma razão, mais estudos voltados para a vivência do pescador (MOTTA-MAUÉS, 1999). Conseqüentemente, as mulheres pescadoras têm seu trabalho invisibilizado ou pouco reconhecido pelas políticas públicas.

Em adição a essa problemática, ainda temos que o modelo capitalista de exploração de recursos, a aceleração do consumo e a desorganização dos ecossistemas de vida têm acentuado a urgência dos riscos ecológicos globais, como, por exemplo, as mudanças climáticas. Para que haja uma sustentabilidade da economia em um planeta com recursos limitados, a modificação de padrões de produção e consumo energético seria necessário, caminhando em direção a formas renováveis de combustíveis geradores de energia. Porém, há muito caminho a percorrer para que se chegue nessa mudança (PORTO; MILANEZ, 2009).

Esse pensamento tem influenciado reflexões dentro dos campos de estudos da ecologia política, da economia ecológica e das visões ecomarxistas. Estes defendem que a centralidade dos conflitos socioambientais não perpassa apenas as classes sociais. Os conflitos são, também, uma categoria central em questões de injustiça ambiental. Para Acselrad (2004, p. 26) a definição desses fenômenos envolve

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso, e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Diante dessa realidade, foi elaborado um Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (ou Mapa de Conflitos), nele podemos observar que no Brasil consta atualmente 624 casos de injustiça ambiental. Desse quantitativo, fazendo um recorte do Ceará, existem 19 casos que se referem a injustiças sofridas por diversas populações tradicionais (NÚCLEO..., 2023).

O Brasil, segundo Augusto *et al.* (2014, p. 3), tem favorecido o fortalecimento de “um modelo de desenvolvimento econômico que facilita o avanço irrestrito do Capital sobre os ecossistemas, mercantilizando bens e serviços que sustentam as comunidades locais de vida”. Sendo assim, para o autor,

a acumulação por espoliação territorial, além de gerar conflitos sociais, incide fortemente na determinação do processo saúde-doença individual e coletivo com graves implicações sobre a vida, o adoecimento e a morte, sendo que os efeitos mais adversos deste modelo atingem especialmente grupos sociais vulnerabilizados (AUGUSTO *et al.*, 2014, p. 3).

O tema da vulnerabilidade vem sendo discutido entre os estudos sobre os movimentos de justiça ambiental. Esse conceito é resgatado em trabalhos do campo do desastre, seja eles de origem natural ou tecnológicos, que são vistos a partir das perspectivas sociais, políticas e econômicas (BLAIKIE *et al.*, 1996; HORLICK-JONES; FORTUNA; PETERS, 1993; WINCHESTER, 1992).

A vulnerabilidade pode ser definida pelas características dos povos e territórios que possuem maior dificuldade de se preparar, controlar e se recuperar de impactos relacionados a eventos de risco. Que podem ser riscos naturais e físicos como terremotos, ciclones e secas prolongadas. Existem também os riscos biológicos como pandemias ou mesmo riscos tecnológicos como explosões, incêndios e contaminações geradas por instalações químicas ou nucleares (BLAIKIE *et al.*, 1996; HORLICK-JONES; FORTUNA; PETERS, 1993; WINCHESTER, 1992).

É importante ressaltar que a vulnerabilidade social é diferente em países do norte e do sul global. Tendo em vista que as consequências geradas por esses riscos vão impactar de forma distinta esses contextos. Para Porto e Porto (2015, p. 24), a realidade de países que possuem desigualdades sociais, atrelados com a vulnerabilidade social e institucional tem as consequências mais acentuadas. Os autores afirmam que, nesses contextos, as

atividades humanas, processos produtivos e tecnologias podem ser extremamente perigosos, não pelo grau de incerteza relativa ao

conhecimento científico, mas pelo fato de que as situações de perigo são agravadas pelas dificuldades de se garantir processos regulatórios, de análise de riscos e de gestão ambiental.

Ou seja, países do sul global enfrentam desafios diferentes diante dos processos de “desenvolvimento”, principalmente pela dificuldade de garantia à proteção e manutenção dos territórios e das populações que vivem neles. Fazendo com que esses países estejam mais suscetíveis a vivenciar um processo de vulnerabilização, ainda mais no que tange a comunidades de contexto tradicionais como as pesqueiras, como vimos um pouco acima.

## **2.2 Maré-mulher: as questões de gênero no contexto das mulheres pescadoras.**

As mulheres pescadoras vivenciam também um modelo hierárquico de divisão sexual do trabalho que, muitas vezes, desconsidera seus lugares enquanto trabalhadoras. Elas realizam o processo de mariscagem, tratamento, beneficiamento, comercialização do que é produzido, manutenção e, ainda, conserto de instrumentos de pesca. Esses processos são somados ao trabalho doméstico, cuidado com os filhos e idosos de suas famílias e da comunidade. O que acaba por, em alguns momentos, descaracterizar e secundarizar seu trabalho como fonte de renda e identidade (CEZAR; THEIS, 2020; MACHADO, 2009).

Essa divisão que ocorre do trabalho na pesca é vista de forma natural pela comunidade e reforçada pelos papéis sociais de gênero, de modo que as atividades que envolvem mais o esforço físico geralmente são realizadas por homens e, tradicionalmente, as funções da vida privada e que exigem “menos” esforço físico são feitas por mulheres. Estes fenômenos são ampliados quando atrelados ao trabalho autônomo e de sobrevivência, que tem como foco a obtenção de renda, não havendo, por sua vez, instituições sociais que os regulem diretamente (CACCIAMALI; CURY, 2013).

A vivência das mulheres pescadoras pode ser analisada também pela perspectiva de gênero, compreendendo este como uma construção social, perpassada por ensinamentos e práticas minuciosas e sutis, com objetivo de manter os papéis masculinos e femininos imutáveis. Instituições da sociedade, como família, escola e igreja corroboram, de maneira importante, para a sustentação dessa compreensão binária de gênero e a sua perpetuação (LOURO, 2008).

Para Scott “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (2017, p. 86), uma concepção que remete a uma ideia de binarismo e oposição, na qual o gênero só se constituiria dentro de uma estrutura oposta binária, percepção hoje já criticada há algum tempo, pois remete a uma imagem de construção de sujeito e identidade de forma linearizada somente (BENTO, 2006).

A concepção de gênero também pode ser analisada a partir de uma perspectiva decolonial visto que está ligada à história da América Latina e suas relações coloniais de poder. Através das categorias de classe, raça e gênero é possível observar como a colonialidade sustenta um conjunto de discursos, práticas e atitudes que visam manter a hegemonia do país colonizador e subalternizar os povos colonizados (QUIJANO, 2005; COSTA, 2014).

Para Quijano (2005) a colonização possui três dimensões: poder, saber e ser. Elas se manifestam com o domínio territorial, político e de matéria prima. Com isso ocorre “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p.117).

Por sua vez, Maria Lugones (2008) traz, em sua obra, uma quarta dimensão, a “colonialidade de gênero” que é pensada em três vieses, o da modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero. Para a autora, o aspecto da colonialidade relacionada à modernidade europeia atua como colonizadora de condutas, normas e práticas dos homens e mulheres nativos. Além disso, o padrão no qual esta colonização ocorre é, justamente, o europeu (eurocentrismo), em que há a ideia de superioridade em relação aos sujeitos dos países periféricos no que tange ao modelo capitalista europeu. Por último, há também a via racial, em que as mulheres nativas ou não brancas são invisibilizadas, desconsiderando-se que existia, anteriormente à colonização nas Américas, outras formas de gênero e tribo, inclusive, por exemplo, as sociedades matriarcais (GONÇALVES; RIBEIRO, 2018; LUGONES, 2008).

Nesta perspectiva, gênero é perpassado por raça, sexualidade e classe, ou seja, parte-se aqui de uma perspectiva interseccional. A interseccionalidade é um conceito usado inicialmente nos anos 80, que busca analisar as opressões vivenciadas, por exemplo, por sujeitos, nesse caso aqui deste trabalho, mulheres. Porém, enfatizando a multidimensionalidade dessas experiências colocadas como

marginalizadas fora deste âmbito de análise mais transversal (NOGUEIRA, 2017). Para Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade é a:

forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Estes conceitos são essenciais na compreensão e análise mais completa do que é vivenciado pelas pescadoras, principalmente, as mulheres que têm multiplicidades de experiências que podem se configurar como opressões, que tornam suas vivências mais complexas e desafiadoras.

Motta-Maués (1999) desenvolveu uma pesquisa em comunidades de pesca, direcionando seu olhar para as questões de gênero, constatando a ideia de "invisibilização" das mulheres nas sociedades pesqueiras, sobretudo. Visto que elas não são contempladas, por exemplo, em diversos estudos e produções acadêmicas.

A autora critica o distanciamento dos pesquisadores em perceber o papel feminino nessas comunidades e questiona: "o que dizer quando somos nós a invisibilizar, sem querer nos darmos conta do que estamos fazendo?" (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 385). E, ainda, reitera este ponto afirmando "o que pode ser observado, no caso da crítica ao estrabismo dos que estudam comunidades pesqueiras e não viram as mulheres" (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 389).

Este e outros estudos abriram alguns dos caminhos e olhares para essas comunidades, evidenciando o papel das mulheres nesses contextos, visibilizando suas realidades. Outro exemplo de pesquisa neste mesmo sentido de subverter esse lugar de marginalidade da mulher pescadora é uma pesquisa acerca da (Re) produção social e a dinâmica ambiental nos locais de pesca, justamente sob a ótica do trabalho feminino, em atividades das pescadoras da Taiçoca de Fora – Nossa Senhora do Socorro – SE. Pesquisa que possibilitou perceber algumas das formas de organizações e singularidades do cotidiano das mulheres em seus territórios, no contexto do estado do Sergipe (SANTOS, 2013).

Na região Norte e Nordeste, a participação feminina é significativa na pesca e mariscagem, porém ela acontece de forma precária excluindo-as de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). Elas precisam conviver com a divisão desigual do trabalho doméstico, que acarreta uma dupla e as vezes tripla jornada de trabalho que geram impactos na saúde física, também podem gerar sofrimento psíquico e transtornos mentais, como já dissemos.

No que tange ao âmbito jurídico, a atividade da pesca artesanal está cadastrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Código Brasileiro de Ocupação (CBO), dividida nas classificações de pescadores polivalentes (CBO 6310), pescadores artesanais de peixes (CBO – 6310-20) e de catadores de marisco (CBO – 6310-10) (SILVA; ADOMILLI, 2020).

No Brasil, as mulheres que vivem da pesca artesanal só tiveram direitos de reconhecimento em 2009, com Lei nº 11.959 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDA), que vai definir o pescador artesanal como todo indivíduo que trabalha de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Com isso elas passaram a conseguir alguns direitos, garantidos juridicamente, que os homens, até mesmo culturalmente, já tinham com a atividade da pesca. Já a Lei nº 13.902/19 em seu Art. 2º vai definir o ofício da mariscagem, no contexto da mulher, especificamente, como:

a mulher que realiza artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção (BRASIL, 2019b).

Foi só neste momento bem recente que a mulher pescadora teve definitivamente, por lei, apoio e seus direitos garantidos. Apesar da conquista da PNDA e o reconhecimento do registro do CBO, foi só depois com a Lei nº 13.902/19 que as mulheres passaram a ser vistas realmente entre os profissionais da pesca e com direitos. Portanto, a falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras impede seu acesso a muitos direitos já conquistados por mulheres em outras atividades laborais, inclusive. Dentre eles o direito previdenciário do seguro desemprego/defeso, o direito ao auxílio doença, aposentadoria especial e os demais direitos previdenciários (SANTOS; GOULART, 2022).

As disparidades sofridas pelas mulheres na garantia de direitos acarretam a diferenciação em situações que envolvem dificuldades e necessidades, como possíveis desastres ambientais ou sanitários, onde o ocorrido nos derramamentos de óleo e na pandemia da COVID-19 são exemplos notáveis. Entretanto, elas têm buscado protagonizar lutas em prol do reconhecimento do seu trabalho, indo de

encontro à lógica patriarcal. Elas percebem a necessidade de se organizarem coletivamente a fim de garantir direitos que sempre lhes foram invisibilizados ou até mesmo negados (ASSESSORIA..., 2015)

Antes vistas só como “ajudantes” de seus maridos, as mulheres da pesca querem o reconhecimento como protagonistas importantes para a produção pesqueira nacional e como agentes essenciais para a luta das comunidades pesqueiras. Com esse cenário, em 2005 foi fundada a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP). Esta se tornou uma vertente fundamental dos movimentos sociais em que as mulheres puderam construir um espaço para inserir em seus grupos as discussões sobre as questões de gênero vivenciadas por elas, ainda que indiretamente (ASSESSORIA..., 2015)

Em entrevista realizada em 2015, para o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), duas integrantes da ANP, uma pescadora de Itapissuma, em Pernambuco, e uma pescadora de Fortim, no Ceará, ressaltaram o percurso das lutas das mulheres pescadoras no Brasil. Neste relato, uma delas conta como se deu a construção da organização das mulheres pescadoras da seguinte forma:

A organização para a nossa luta começou em Itapissuma/PE, nos anos 70, com o apoio da Irmã Maria Nilza, a irmã veio da Paraíba, e quando chegou por aqui, começou a reunir as mulheres para discutir o evangelho e questões de direitos e deveres. As primeiras mulheres a tirarem a carteira de pescadora foram de Itapissuma graças à mobilização feita por nós. Depois de Itapissuma, esse direito foi chegando em outras cidades, expandindo nossa luta. Com o apoio do CPP, a luta das mulheres conseguiu chegar a mais comunidades espalhadas pelo Brasil (ASSESSORIA..., 2015).

Além disto, ambas relatam sobre as dificuldades do processo de fundação da ANP, afirmando que:

A ANP surgiu quando o governo federal convidou as mulheres marisqueiras/pescadoras do Brasil a participarem de um Congresso em Brasília para fazer discussões sobre a realidade das mulheres da pesca. Nós fizemos diversas propostas e nenhuma saiu do papel, por isso, resolvemos fundar a ANP, para que nossas pautas se fortalecessem e fossem conquistadas (ASSESSORIA..., 2015).

Neste relato, uma pescadora descreve uma realidade vivenciada por diversas mulheres em seus espaços de atuação e de luta, reforçando a importância da construção da ANP:

Formamos a ANP porque nada do que a gente falava era considerado por ninguém que não fôssemos nós mesmas. A dificuldade que sentimos foi porque eram poucas mulheres, pois seus companheiros não as deixavam



sair para passar vários dias fora de casa. E ainda porque muitas não conheciam seus direitos (ASSESSORIA..., 2015).

Com base nas falas acima podemos considerar que a luta por direitos e estratégias de enfrentamento a um sistema muitas vezes opressor são possíveis formas de expressões de vida e de saúde. Partimos da perspectiva de Canguilhem que caracteriza a saúde como uma “possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (2009, p. 148). Ou seja, o mesmo ambiente que promove dor e adoecimento é, ao mesmo tempo, terreno que possibilita insurgência das mulheres na busca por justiça e igualdade de condições de saúde e de vida.

Mais que sustento ou renda, um mesmo espaço geográfico “abriga e incentiva a existência de comunidades pesqueiras coesas, distintas e independentes” (CORDELL, 2001, p. 139). O pertencimento e relação com esses ambientes geram desenvolvimento e formas de organizações singulares entre as comunidades de mulheres pescadoras.

### **2.3 Da saúde aos conflitos socioambientais: o derramamento de óleo e a pandemia da COVID-19.**

Já acerca das questões relacionadas ao bem-estar físico dessas comunidades, segundo dados do Ministério da Saúde e da Previdência Social, em 2001 são reconhecidos 61 tipos de doenças relacionadas ao trabalho de extração de mariscos da pesca. Dentre elas, há doenças como câncer de pele, causado pela exposição constante aos raios ultravioletas, dermatites de contato e lesões repetitivas de caráter ocupacional, as LER e os DORT (PENA; MARTINS; REGO, 2013).

A extração do *Mytella guianensis* – ou mais conhecido como sururu – requer muitos movimentos repetitivos e esforços que vão desde a sua extração até o beneficiamento. Esses movimentos são realizados em média de 10 a 12 horas por dia, gerando assim uma sobrecarga intensa sobre os músculos e membros superiores. Sendo, então, uma atividade recorrente, caracteriza um risco para as síndromes decorrentes de esforços repetitivos: LER/DORT.

Autores ressaltam que este é

um ritmo intenso de trabalho para gerar mais produtos à venda, acelerando o trabalho de coleta de mariscos. Esta necessidade estabelece ritmos

extenuantes com tarefas de esforços cíclicos, repetitivos e que condicionam a presença de riscos importantes para as LER/DORT (PENA; MARTINS; REGO, 2013, p. 62).

Isto, considerando que a atividade das mulheres pescadoras tem em média de 10.200 movimentos repetitivos por hora, enquanto, a título de comparação, para a atividade de digitador, a norma regulamentadora que trata da ergonomia, a NR 17, estabelece o limite de 8.000 toques por hora em jornadas de 6 horas. Estes movimentos feitos por elas são em jornadas de mais de 10h-12h de trabalho (PENA; FREITAS; CARDIM, 2011). Conclui-se, então, que esse desgaste tem impactos significativos na saúde física dessas mulheres.

Em pesquisa realizada na Bahia, em Saubara, com 209 pescadoras, para avaliar os distúrbios musculoesqueléticos (DME), os resultados apontaram que a grande maioria das pescadoras da amostra vivem com doenças crônicas. Cerca de 71,2% delas tem prevalência de DME no pescoço e ombro (MÜLLER; RÊGO; MENDES, 2019).

Em outro estudo realizado, também em Saubara, na Bahia, em 2017, com pescadoras, acerca do seu processo de trabalho, identificou 70% de incidência de distúrbios musculoesqueléticos (DME) nas regiões de pescoço ou ombro, punho ou mão. Índices estes considerados altos (FALCÃO *et al.*, 2019).

Este aspecto também pôde ser observado ainda em mais uma pesquisa realizada na Bahia, em 2015, que analisava incidência de sintomas de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e DORT em pescadoras e pescadores, sendo noventa e dois por cento (92%) da amostra de pescadoras. Das mulheres analisadas houve uma alta prevalência de LER/DORT, sobretudo a Síndrome do Manguito Rotador e Síndrome do Túnel do Carpo, estas com prevalência em 59% e 48,7% das entrevistadas, respectivamente (TRABUCO, 2015).

Seguindo adiante, lembramos, então, os históricos conflitos socioambientais nas regiões costeiras, somados aos episódios desastrosos de derramamento de petróleo e, ainda mais, uma pandemia de relevância internacional, já citados. A junção destas variáveis foi impactante na vida e na saúde mental destas populações. Tendo em vista estas características desencadeantes de possíveis patologias que já fazem parte da sua rotina de trabalho desde antes, as quais falamos acima. Estes diversos fatores se interseccionam, tornando-se tensionadores e

intensificadores do sofrimento físico e psíquico destas comunidades, principalmente no que tange a situações de crise.

Os transtornos mentais comuns (TMC) se referem à situação de saúde de indivíduos que, não só, preenchem os critérios formais para diagnósticos de depressão e/ou ansiedade de acordo com as classificações do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV e a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças. Mas que, também, apresentam sintomas relevantes que trazem uma incapacitação funcional pior até mesmo do que quadros crônicos já bem estabelecidos de acordo com estas classificações estabelecidas. Esse quadro clínico, em geral, não faz os pacientes procurarem a assistência necessária e, frequentemente, quando procuram, muitas vezes não recebem o diagnóstico, nem o tratamento adequado. Os TMC caracterizam-se por uma mistura de sintomas somáticos, ansiosos e depressivos. Além de irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de memória, concentração e sentimentos de inutilidade (GOLDBERG; HUXLEY, 1992; MALHOTRA; SHAH, 2015).

O diagnóstico precoce e correto dos transtornos mentais é fundamental para evitar prejuízos permanentes de ordem física e psicológica ao indivíduo, assim como ônus ao sistema de saúde, visto que este fica na posição de responsável por alta morbidade e grandes danos sociais, nesse tipo de contexto (GOLDBERG; GOODYER, 2014; PARREIRA *et al.*, 2017). Os TMC são causas significativas de prejuízos nas capacidades sociais, físicas, causam danos e incapacidades funcionais comparáveis ou mais graves que os transtornos crônicos (MARAGNO *et al.*, 2006). E por isso seu diagnóstico é fundamental para a possibilidade de resolutividade de alguns dos principais problemas de saúde, quanto aos procedimentos de assistência, prevenção e vigilância da saúde desta parte da população.

Entrando agora mais propriamente neste campo da saúde mental, uma dissertação, da Bahia, realizou uma análise de dados encontrados em outra pesquisa, que aconteceu no município de Saubara. Aquela encontrou um resultado que indica que a saúde física das pescadoras é mais afetada que a saúde mental, porém os achados apontam que a saúde mental delas é inferior, em média, à da população brasileira, a partir do parâmetro escolhido de medição, no contexto da pesquisa. Foi utilizado o instrumento “Questionário SF-36v01” (adaptado), este analisa o campo da saúde mental nas dimensões de ansiedade, depressão, alteração do comportamento ou descontrole emocional e bem-estar psicológico, com o escore final variando de 0 a

100, sendo zero correspondendo a um pior estado geral de saúde e 100 ao melhor estado de saúde, dentro deste critério de avaliação. Dentre essas dimensões de saúde mental, os valores da referida pesquisa apontam que a população brasileira apresenta cerca de 68%, em média, de parâmetros relacionados à saúde mental, em comparação com os 64% encontrados na aplicação do instrumento com as mulheres pescadoras de Saubara. Segundo a autora, a possível causa é a carga física da atividade laboral, em acúmulo com as outras atividades, como as domésticas, fazendo com que o cotidiano dessas mulheres seja altamente cansativo, fisicamente e mentalmente (MÜLLER, 2020).

Vale ressaltar, que o presente estudo é feito com dados secundários, o que reforça a importância de estudos que aprofundem e analisem essa questão da saúde mental como objetivo de pesquisa. Para que se possa compreender melhor a vivência da saúde mental das mulheres pescadoras, em específico.

Neste caminho, um dos pontos que aparece relevante nessa pesquisa é que atrelado ao ofício da mariscagem, o trabalho doméstico impacta na saúde dessas mulheres, com números significativos. Em outro estudo realizado com mulheres de Feira de Santana, também na Bahia, as mulheres com sobrecarga doméstica tiveram prevalência de TMC de 48,1%. Os fatores associados à maior ocorrência dos transtornos, neste estudo, foram a etnia (negra ou parda), baixo nível de escolaridade, ser a chefe da família e não ter tempo semanal para lazer (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005).

Quando há o recorte de gênero e socioeconômico, as trabalhadoras são ainda mais afetadas, no exemplo da pesquisa realizada com trabalhadoras rurais agora de Mato Grosso. Onde foram encontrados índices de 43,6% de prevalência de TMC entre as mulheres do assentamento pesquisado, o estudo sugere ainda um somatório da condição de pobreza, de violência de gênero e sobrecarga laboral como fatores intensificadores do surgimento dos transtornos (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014).

Mas, em geral, pelo número de pesquisas encontradas, nota-se que pesquisas sobre saúde mental de pescadoras são escassas. E, vale ressaltar, que desastres como o do petróleo, ocorrido em 2019, e a pandemia de COVID-19 podem ter aumentado o adoecimento mental, nesta janela de tempo, conforme estudos preliminares, em desenvolvimento (BOLETIM, 2022; SILVA, 2022d).

Partindo de uma compreensão de crise, a qual configura-se como um julgamento do tempo em termos de intervalos próximos e um julgamento histórico em termos de significância (eventos críticos ou mudanças significativas), esta – a crise – se representa na história como mudança e transformação (ZHOURI, 2023). Estas transformações podem ocorrer de forma continuada também pelos modelos de exportação da natureza, como o neoextrativismo, que segundo a perspectiva crítica latino-americana, vai além de um modo técnico de produção e, em âmbito global, é um padrão civilizatório não só antropocêntrico, como patriarcal e colonial de destruição da vida em diversas camadas (LANDER, 2017; SVAMPA, 2013).

Estudos de Silva (2021) apontam que o contexto histórico das populações expostas a situação de crise, como derramamento de petróleo, deve ser considerado para avaliar o efeito de vulnerabilidade escalonado. Este envolve também fatores econômicos – pela impossibilidade de executar o trabalho –, impactos com relação à identidade de lugar e a interrelação profunda que existe da comunidade com os ecossistemas. Isto evidencia elementos que podem mais uma vez trazer danos à saúde mental.

Rung *et al.* (2019) apontaram que existiram associações entre a exposição econômica e física ao derramamento de óleo e impactos à saúde mental. Esta relação persistiu até seis anos após o derramamento e que as mulheres foram as mais expostas a esta correlação, experimentando níveis mais altos de sintomas depressivos e sofrimento mental.

Ayer *et al.* (2018) apontaram a associação do desastre de derramamento de petróleo à ansiedade. Para estes autores, é preciso considerar que o impacto ambiental não é apenas o do derramamento da substância em si, mas também sobre como os dispersantes e produtos químicos usados para limpeza afetarão a produtividade futura da pesca e as percepções do público sobre a segurança desses peixes.

Pena *et al.* (2020) reforçam esse aspecto quando apontam que além de problemas de saúde, como doenças carcinogênicas, efeitos hemotóxicos, alterações hepáticas, hormonais e reprodutivas, advindas da exposição ao petróleo, há os problemas de saúde mental relacionados aos impactos socioeconômicos.

Em levantamento sobre os efeitos do derramamento de petróleo na saúde ambiental e humana, foi relatado que os dados dos impactos sobre a saúde mental versam sobre efeitos mais indiretos do acidente que afetaram a subsistência das

pessoas expostas. Não, necessariamente, os efeitos tóxicos diretos dos produtos químicos do petróleo. Este estudo alerta também para a escassez de artigos focados nos efeitos dos derramamentos de óleo nos países em desenvolvimento (EUZEBIO; RANGEL; MARQUES, 2019).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a saúde mental caracteriza-se como um estado de bem-estar em que um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade (ORGANIZAÇÃO..., 2002).

Desastres da natureza que estamos abordando aqui impactam diretamente a economia local, gerando um contexto de intensificação das vulnerabilidades em comunidades que já sofrem, de antemão, com subdesenvolvimento social, falta de políticas públicas e infraestrutura para atender as suas demandas sociais (ALBERT; AMARATUNGA; HAIGH, 2018). É possível, então, perceber a relação destas vulnerabilidades do contexto e relacionadas aos desastres com interveniências no âmbito da saúde mental para essas comunidades.

É importante frisar também que para além da realização da atividade de trabalho em si – a pesqueira e a mariscagem –, esse tipo de atividade laboral está submetida à dependência da natureza (ciclos das marés, localizações e tempo). Portanto, já há determinado tipo de impacto relacionado a essas variantes próprias naturais respectivas deste modo de empreendimento. Sendo assim, contextos de crises impactam ainda mais a saúde física e mental, pois perpassam adicionais sentimentos de medo diante da insegurança alimentar, escassez de recursos naturais em contextos de conflitos socioambientais e o trabalho inviabilizado. Isto recai sobre a existência de uma história cultural e identitária de toda a comunidade.

Os impasses e dificuldades vivenciados no trabalho, fazem com que os trabalhadores necessitem de recursos e meios para superar o que se apresenta. Quando há uma situação em que a atividade é impedida, isto gera sofrimento e desgaste (SILVA; RAMMINGER, 2014).

Para a manutenção da saúde da trabalhadora pescadora, faz-se necessário que para além de realizar suas atividades, seja possível que elas contribuam na renovação e vivacidade daquilo que têm em comum com seus pares, o seu ofício, conforme afirma Yves Clot (2011).

Para discutir aspectos relacionados à saúde das marisqueiras utilizaremos a concepção também de Góis (2008) ao conceber a saúde não como ausência de doença, mas “principalmente como algo positivo, um processo natural de expressão, integração e harmonização da vida em cada ser vivo, em cada espécie e em cada habitat físico e social” (p. 28). Para o autor, os processos de saúde dos seres humanos são regidos por regras culturais, organização socioideológica que se apresenta como sentido pessoal, significado coletivo e sentimentos individuais e coletivos, respectivamente.

O derramamento de óleo foi uma grande crise vivenciada por diversas comunidades pesqueiras, ele foi o maior desastre ambiental ocorrido em mares brasileiros, atingindo, principalmente, o litoral do Nordeste. Talvez por isso, inclusive, a demasia de referências nordestinas neste trabalho também.

O óleo foi identificado como petróleo e, após um ano de investigação da causa, a Polícia Federal concluiu que um navio petroleiro chamado “Bouboulina”, de bandeira grega, que havia sido carregado na Venezuela, foi o responsável pelo derramamento da substância no mar. As primeiras manchas no mar foram vistas em Pernambuco e na Paraíba, no entanto, o derramamento percorreu todo o litoral do Nordeste chegando a atingir regiões do Espírito Santo e o litoral norte do Rio de Janeiro (BRASIL, 2019d).

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2019), ao fim de novembro, haviam sido afetados 11 estados, 126 municípios e 817 localidades. Já em último relatório do IBAMA, atualizado em 19 de março de 2020, o número de municípios subiu para 130 e as localidades para 1009. Como podemos observar no gráfico dos locais e estados atingidos pelo derramamento de óleo nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil (figura 2). Cabe ressaltar que, segundo consta no portal do IBAMA, o instituto encerrou em 20 de março de 2020 o mapeamento e divulgação dos boletins contendo informações das localidades atingidas pelo incidente, pouco mais de 7 meses depois da primeira mancha avistada no litoral brasileiro (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Considerado um desastre químico, devido ao composto derramado nos ecossistemas, o petróleo atingiu mais de 500.000 pessoas das comunidades pesqueiras tradicionais, que vivem em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que são trabalhadores artesanais que dependem do mar, dos mangues e dos rios para

sua subsistência. Gerando um agravamento desse contexto, por poluir e contaminar seu principal meio de trabalho (BRASIL, 2019d).

O enfrentamento imediato ao ocorrido foi realizado, em sua grande maioria, por voluntários, ONGs e os próprios pescadores e pescadoras das regiões afetadas. O óleo foi removido de maneira precária, sem proteção adequada e em muitos casos sem nenhum equipamento apropriado, acarretando a incidência de problemas de saúde por conta do contato direto com o petróleo. Com o tempo, a visibilização da situação aumentou, por conseguinte, uma grande parcela de pessoas passou a auxiliar na retirada desse material das praias, soldados e profissionais da limpeza urbana também participaram.

Figura 2: Locais e estados atingidos pelo derramamento de óleo nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.



Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (BRASIL, 2019a).

No Nordeste, onde houve o maior número de localidades afetadas, dados do IBAMA apontam para 765 localidades e 116 cidades que foram contaminadas pelo derramamento de óleo. Dos estados mais afetados estão a Bahia (BA), com 42,9% das localidades afetadas, logo depois vem Alagoas (AL), com 13,9%, e Sergipe (SE), com 12,4% de suas localidades atingidas. Os demais estados são Rio Grande do Norte (RN), Pernambuco (PE), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB) e Piauí (PI), como podemos observar na tabela abaixo (tabela 1):



Tabela 1 - Número de localidades e cidades afetadas nos estados do Nordeste (2019).

<b>Estado</b>	<b>Localidade Afetada</b>	<b>Localidade afetada em %</b>	<b>Cidades Afetadas</b>
<b>Bahia (BA)</b>	328	42,9	31
<b>Alagoas (AL)</b>	106	13,9	15
<b>Sergipe (SE)</b>	95	12,4	9
<b>Rio Grande do Norte (RN)</b>	75	9,8	14
<b>Pernambuco (PE)</b>	53	6,9	12
<b>Ceará (CE)</b>	37	4,8	17
<b>Maranhão (MA)</b>	32	4,2	9
<b>Paraíba (PB)</b>	20	2,6	7
<b>Piauí (PI)</b>	19	2,5	2
<b>TOTAL</b>	<b>765</b>	<b>100</b>	<b>116</b>

Fonte: IBAMA (COORDENAÇÃO OPERACIONAL, 2020).

Em estudo realizado para mensurar as vulnerabilidades socioeconômicas nas regiões afetadas, apontou-se que a região do Nordeste está mais suscetível aos danos causados pelo derramamento de óleo, sendo a Bahia o estado em que se teve sua atividade econômica mais afetada. No indicador de vulnerabilidade utilizado na pesquisa, o estado da Bahia aparece com 55,6% a mais em comparação com Pernambuco, que aparece como segundo estado mais atingido (CÂMARA *et al.*, 2021).

O terceiro estado mais afetado é o Ceará que, segundo os autores, é apontado como a terceira economia mais vulnerável ao ocorrido do Nordeste e também o terceiro estado com a economia relacionada aos mares da região, dos quais, por exemplo, 76,7% dos empreendimentos hoteleiros do estado estavam próximas às manchas de óleo (CÂMARA *et al.*, 2021).

Segundo informações do Ibama (2019), os municípios mais afetados no estado do Ceará foram Beberibe (13,5%), com manchas encontradas nas praias da Barra de Sucatinga, Barra do Rio Pirangi e Morro Branco. Fortaleza (13,5%), com as praias de Iracema, Sabiaguaba e Praia do Futuro atingidas. Inclusive, praias como de Canoa Quebrada, Cumbe, Praia da Majorlândia e Quixaba, localizadas no município

de Aracati (10,8%), também tiveram incidência de manchas de óleo. Nesse quantitativo, 68% das demais localidades atingidas não apresentaram manchas, porém isso não descarta que a fauna e flora dessas áreas não tenham sido contaminadas, já que em 12 dessas localidades foram encontrados, por exemplo, vestígios dispersos de óleo.

A realidade de um desastre ambiental como esse afeta a natureza, como também impacta de maneira macro e micro todas as comunidades que vivem, se sustentam e se alimentam do que há nos mares e rios afetados. Dentre as diversas áreas afetadas, como o turismo, os comércios locais e a pesca artesanal, esta última foi uma das que mais sofreu com o derramamento, tendo em vista que o Nordeste concentra o maior número de pescadores artesanais do Brasil. Segundo dados, por exemplo, de 2009, dos 883.205 pescadores, 47% estavam no Nordeste e um quantitativo, em sua grande maioria representado pelas mulheres, que desenvolve atividades parciais ou exclusivas de pesca artesanal (BRASIL, 2010).

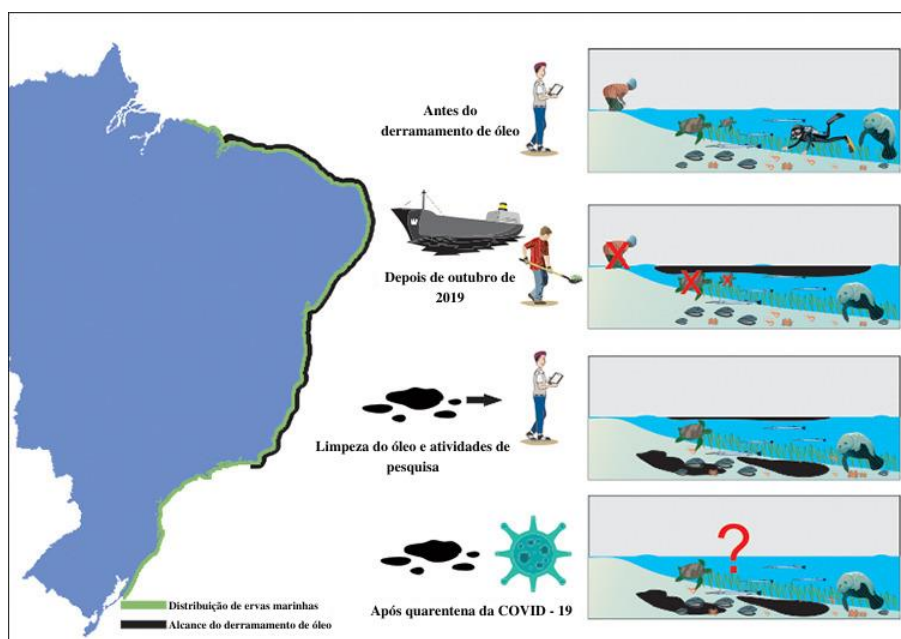
Desastres como o ocorrido podem acontecer devido a infiltrações naturais no fundo do oceano, a extração de petróleo ou transportes desse material através de navios-tranques (NELSON *et al.*, 2018). Quando ocorre, pode gerar grande perigo às comunidades que vivem próximos à região atingida, impactando diretamente a economia local e gerando um contexto de intensificação das vulnerabilidades, como já dissemos. Esses grupos muitas vezes já sofrem com subdesenvolvimento social, falta de políticas públicas e infraestrutura para atender as demandas sociais de onde vivem (ALBERT; AMARATUNGA; HAIGH, 2018). Dentre as consequências geradas, Nicholls *et al.* (2017) cita deslocamento populacional, tendo em vista que o meio de subsistência desses locais é ligado ao ecossistema dos mares e rios que são atingidos.

Dentre os impactos elencados por Ramalho (2019) que afetaram as comunidades pesqueiras tradicionais de Recife, está a redução da compra dos pescados, a impossibilidade de realizar o trabalho pesqueiros devido ao bloqueio nos locais atingidos, contaminação do pescado e insegurança alimentar. Com isso, as pescadoras artesanais também foram contaminadas direta e indiretamente por petróleo, uma vez que há o contato diariamente com os rios próximos aos mares ou rochas e produtos da pesca. Pois, elas não dispõem de equipamentos de proteção próprios e, em geral, experienciam uma limitação de acesso aos serviços de saúde, ainda precários em seus territórios, como já discorremos.

Quase dois anos após a tragédia, ainda é possível perceber as consequências do derramamento de óleo. Por conta da insegurança alimentar e das dificuldades em manter outros tipos de atividades laborais ou se deslocar da região, muitos pescadores e pescadoras estão expostos ao petróleo. Através do contato direto (areia, banho de mar, manipulação de pescado) ou indiretamente (ingestão de peixes, crustáceos, moluscos). Algumas das pesquisas realizadas até o momento focam nos impactos socioeconômicos e no ecossistema, como a pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que foi encontrado óleo no aparelho digestivo e respiratório de peixes, moluscos e crustáceos.

Em estudo realizados sobre o derramamento de óleo e a COVID-19 na conservação das ervas marinhas, demonstra-se que elas foram afetadas direta ou indiretamente pelo desastre e a crise sanitária. Outro fator que causou danos foi o processo de limpeza que ocorreu na maioria dos locais atingidos, realizado por moradores locais e voluntários, sem os devidos equipamentos de proteção, como supracitado. Além desses impactos, com o início da quarentena da pandemia da COVID-19, a grande maioria das pesquisas sobre o tema tiveram que ser suspensas, gerando incertezas e lacunas expressivas sobre os dados dos impactos a longo prazo, isso pode ser observado na cronologia das manchas de óleo (figura 3) (MAGALHÃES *et al.*, 2021).

Figura 3: Cronologia das manchas de óleo.



Fonte: Magalhães *et al.* (2021).

Atualmente, apesar de não ser possível visualizar as manchas de óleo em algumas praias, via satélite, os resquícios dos efeitos do derramamento podem ser percebidos pela desconfiança da população diante do consumo do pescado originado dessas praias. A partir disso, ocorrendo quedas nas vendas. Há, ainda, a contaminação de praias e mangues, em menor dimensão. Não se pode dizer que estes territórios estão livres de contaminação tão somente porque as manchas não são vistas por satélites (CERQUEIRA *et al.*, 2020).

Acrescido ao que foi vivenciado em 2019, em fevereiro de 2022, houve o reaparecimento de manchas de óleo nos municípios litorâneos do Ceará. Segundo relatório da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), no dia 08 de fevereiro de 2022, houve o avistamento de manchas de óleo na praia do Cumbuco, no município de Caucaia. No dia seguinte, houve a ocorrência de manchas na praia da Leste Oeste/Formosa no município de Fortaleza (CEARÁ, 2022a, 2022b). Dando início a uma série de avisos de praias atingidas, como pode ser visto na Tabela 2 adiante.

Tabela 2 - Número de localidades e praias afetadas no Estado do Ceará (2022).

<b>Localidades Afetadas</b>	<b>Praias afetadas</b>	<b>Quant. de praias por localidade</b>
<b>Aracati</b>	Praia do Cumbe, Praia de Canoa Quebrada, Praia de Majorlândia, Praia de Quixaba, Praia de Fontainha e Praia da Lagoa do Mato	6
<b>Fortim</b>	Praia Canoé e Praia do Forte	2
<b>Beberibe</b>	Praia do Parajuru e Prainha do Canto Verde	2
<b>Cascavel</b>	Praia de Barra Nova, Praia de Barra Velha, Praia de Águas Belas e Praia da Caponga	4
<b>Aquiraz</b>	Praia do Porto das Dunas, Praia do Japão, Prainha, Praia da Marambaia, Praia Bela, Praia do Presídio, Praia do Iguape, Praia do Barro Preto e Praia do Batoque	9
<b>Fortaleza</b>	Praia da Abreulândia, Praia da	6

	Sabiaguaba, Praia do Futuro, Praia do Cais do Porto/Serviluz, Praia da Leste Oeste/Formosa e Praia da Barra do Ceará	
<b>Caucaia</b>	Praia do Cumbuco, Praia do Cauípe, Praia do Icaraí, Praia da Tabuba e Iparana	5
<b>São Gonçalo do Amarante</b>	Praia da Taíba, Praia do Pecém, Praia de Barramar e Praia da Colônia	4
<b>Paracuru</b>	Praia do Quebra Mar, Praia Pau Enfincado, Praia do Vapor, Praia de Piriquara, Praia da Pedra Rachada, Praia do Canto, Praia das Almas, Praia da Boca do Poço, Praia do Ronco do Mar, Praia da Munguba/Farol e Praia da Barra	11
<b>Paraipaba</b>	Praia de Lagoinha, Praia do Porto Velho, Praia do Capim Açú	3
<b>Trairi</b>	Praia de Cana Brava, Praia de Guajiru, Praia da Emboaca, Praia de Flexeiras e Praia de Mundaú	5
<b>Itapipoca</b>	Praia de Tremembé, Praia das Pedrinhas/Praia da Baleia, Praia do Bode, Praia do Apiques e Praia do Maceió	5
<b>Amontada</b>	Praia de Caetanos de Cima e Praia de Icaraí de Amontada	2
<b>Itarema</b>	Torrões	1
<b>TOTAL</b>		<b>65</b>

Fonte: SEMACE (CEARÁ, 2022a, 2022b).

Ao todo foram registradas 65 praias com incidência de manchas de óleo no litoral cearense. A extensão pode ser vista na figura 4. Segundo a SEMACE, foram recolhidos mais de 8 mil litros de material dos locais atingidos. E, segundo relatório da Marinha do Brasil, em ofício enviado à SEMACE, no dia 11 de fevereiro, foi constatado que as manchas de óleo não são as mesmas do vazamento ocorrido em 2019. Além desta análise, foi elaborado um laudo técnico da Universidade Federal da

Bahia/Instituto de Geociências que também afirma que a origem não é a mesma do desastre dos anos anteriores. O laudo afirma que se observou que não se trata do mesmo material oleoso coletado nas praias do litoral do Nordeste em 2019, característicos de petróleo venezuelano. Constando que as amostras coletadas nas praias do Ceará em janeiro de 2022 são de petróleos originados de matéria orgânica marinha, comuns em algumas bacias da margem continental do Brasil (CEARÁ, 2022a, 2022b).

Figura 4: Extensão das manchas de óleo no litoral cearense em 2022.



Fonte: SEMACE (CEARÁ, 2022a, 2022b).

Porém, apesar de estarem carregadas de vulnerabilidades sociais, as comunidades pesqueiras possuem modos de resistência a estes processos de vulnerabilização. Segundo Procópio (2020), os movimentos de luta pelo território representam o desenvolvimento das alternativas não eurocêntricas, com potencial de transformar e inserir novas formas de pensamentos, valorizando a criticidade, a reflexão, a formação política e a criatividade dos sujeitos. Tendo em vista essa realidade, as comunidades pesqueiras se fortalecem através das lutas, das organizações e do enfrentamento comunitário das crises, ao seu modo particular de ação.

Existem movimentos sociais resistentes à realidade opressora, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, de trabalhadores extrativistas lutando em busca do avanço em relação às relações capitalistas nas florestas. Assim como, diversas ações locais que lutam contra a contaminação e destruição dos espaços de vida e de trabalho desses labutadores (HERCULANO, 2008).

Além dos impactos já citados vivenciados pelas comunidades, vale notar que se trata do estudo sobre a relação entre saúde mental e o ocorrido evento, os estudos praticamente não existem. Para visualizar isto, foi realizada uma revisão sistemática, de acordo com os critérios do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analysis* – PRISMA (Joanna Briggs Institute [JBI]). A busca por referências foi realizada em cinco bases de dados: *Web of Science*, Pubmed, Scopus, *SAGE Journals Online* e Biblioteca Virtual em Saúde. As palavras-chave e combinação utilizadas foram: “saúde mental”, “transtorno mental”, “psicológico”, “poluição petróleo”, “derramamento de óleo” e “desastre”.

Selecionou-se os artigos escritos a partir de 2017 até 2023, por existir uma revisão sobre o assunto realizada por Laffon, Pásaro e Valdiglesias (2016). Os artigos foram gerenciados utilizando-se o software Mendeley, no qual também foram identificados e retirados os artigos duplicados.

Os critérios de inclusão foram: 1) o estudo tratar da exposição ao petróleo cru e da saúde mental e 2) o texto ser completo. Os critérios de exclusão foram: 1) estudo não apresentar dados primários, 2) os sujeitos da pesquisa não serem parte de populações costeiras e 3) o estudo analisar a exposição das populações a outros desastres que não o derramamento de petróleo cru. Para a análise e seleção dos artigos, utilizou-se como suporte a plataforma Rayyan.

Foram identificados 218 artigos das bases de dados. Após a remoção das duplicatas, restaram 131 para seleção. Fez-se a leitura dos títulos e dos resumos na primeira triagem aplicando-se os critérios de elegibilidade, culminando na seleção de 25 artigos para análise integral do texto. Apenas 1 artigo não pôde ser acessado na íntegra. Após a leitura integral dos textos, foram retirados, segundo os critérios citados, 6 artigos, restando 18 para esta revisão.

Dezessete estudos trataram do derramamento ocorrido na plataforma de *Deepwater Horizon*, em 2010, nos Estados Unidos. Na ocasião, ao longo de quase noventa dias, foram despejados cerca de 171 milhões de barris de petróleo no Golfo do México, cobrindo uma área de mais de 2.100 quilômetros, do Texas à Flórida. A

explosão matou 11 trabalhadores da plataforma e feriu outros 17, além de ter gerado diversos prejuízos sociais, ecológicos e econômicos (MELTZER; MERDJANOFF; ABRAMSON, 2021).

O décimo oitavo foi um artigo que tratou do desastre ocorrido no Caribe, em que foi descrito os efeitos causados por dois grandes derramamentos de óleo. O primeiro aconteceu em 2014, no Golfo de Paria, que gerou danos às aldeias de pescadores ao longo da costa e à vida marinha. O segundo ocorreu em 2015, no qual aproximadamente, 17.000 barris de óleo residual foram despejados no Rio Guaracara, afetando muitas crianças e idosos, que precisaram de atendimento médico por sintomas de inalação de petróleo (JOHNSON; BOODRAM, 2017).

Infelizmente, como observamos, as pesquisas voltadas para mensurar os impactos do derramamento de óleo no Brasil, na saúde mental, em populações mais vulneráveis, como as comunidades tradicionais, ainda são escassas e quase inexistentes.

Adiante, o que identificamos que intensificou ainda mais a problemática do derramamento de óleo, em dezembro de 2019, na província de Wuhan na China, foram notificados os primeiros casos de pacientes com quadro de pneumonia sem origem conhecida. Dentre os sintomas apresentados, eles estavam com tosse seca, febre alta e dispneia, que rapidamente evoluiu para um agravamento do sistema respiratório e, em alguns casos, o quadro respiratório se tornava crítico (HUANG *et al.*, 2020). Ainda no mês de dezembro, a OMS anuncia sobre a misteriosa doença que acometia os pacientes de Wuhan. Em janeiro, após exames laboratoriais encontraram as primeiras sequências genéticas do coronavírus (THE 2019...; LI, 2020).

Após o anúncio na OMS, em 10 de janeiro de 2020, foi registrada a primeira morte provocada pelo coronavírus na China e os primeiros casos registrados da doença nos Estados Unidos e na Europa. Já em fevereiro, o Ministério da Saúde confirma o primeiro caso no Brasil, um homem de 61 que havia retornado de uma viagem à Europa. E em março, a OMS declarou, oficialmente, a pandemia da COVID-19 uma Situação de Emergência em Saúde Pública no mundo. Devido aos altos números de casos no mundo todo, logo a Europa passa a adotar a medida de lockdown, prática comprovada de diminuição da propagação de uma doença de rápida transmissão como a COVID-19 (AMÉRICA DO SUL, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde, a COVID-19 é uma infecção respiratória aguda, que é causada pelo coronavírus "SARS-CoV-2", com elevada taxa de



transmissibilidade e que pode ocorrer através da transmissão por contato. A infecção ocorre por meio do contato direto com uma pessoa infectada, no caso, por exemplo, por um aperto de mão seguido do toque nos olhos, nariz ou boca, ou mesmo por superfícies contaminadas. Também se tem a transmissão por gotículas, quando há exposição diante de moléculas respiratórias infectadas, no molde de tosse ou espirros. Ocorre, igualmente, a transmissão por aerossol, através das gotículas respiratórias que ficam suspensas no ar. A doença tem como período de incubação cerca de 1 a 14 dias, com transmissibilidade a partir de 48h depois do início dos sintomas.

Dentre os sintomas apresentados, podem ocorrer quadros clínicos leves, moderados, graves, críticos e assintomáticos, ou seja, que não apresentem nenhum sintoma. Nos casos leves, apresentam-se sintomas como tosse, dor na garganta ou coriza, diarreia, dor abdominal, febre, calafrios e fadiga. Casos moderados apresentam tosse e febre persistentes e diárias, com piora progressiva dos sintomas e início, já, de pneumonias. Os casos graves são considerados como Síndrome Respiratória Aguda Grave, com desconforto respiratório, pressão persistente no tórax e oxigenação menor que 95%. Nos casos críticos, os sintomas são: insuficiência respiratória grave, disfunção de múltiplos órgãos, pneumonia grave e de internação em unidade de terapia intensiva (BRASIL, 2023).

O diagnóstico da doença pode ocorrer por meio clínico, com análise dos sintomas apresentados, através de exames físicos que possam identificar e confirmar o quadro característico da doença. Também por diagnóstico laboratorial, com teste de biologia molecular, em que são identificados o material genético do vírus, por sorologia, capaz de detectar os anticorpos produzidos como resposta imunológica. Tem-se os testes rápidos, nos quais são analisados o antígeno e os anticorpos. E, por fim, o diagnóstico através dos exames de imagens, com a utilização de tomografias computadorizadas, que podem apresentar opacidades em vidro fosco e sinais de halo reverso nos pulmões, indicativos comuns na infecção pelo coronavírus (BRASIL, 2023).

Desde o primeiro caso, quando ainda era uma doença desconhecida, a COVID-19 iniciou uma “corrida” científica para mapear, identificar e analisar tudo que a doença poderia acarretar e como seria possível frear ou amenizar o avanço exponencial que ela já vinha mostrando. Como uma doença de altos índices de transmissibilidade, são necessárias, para combatê-la, medidas de isolamento, distanciamento social, uso de máscaras, higienização das mãos, de ambientes e

objetos. Estas ações são essenciais para impedir que o vírus se alastre com facilidade. Apesar dos protocolos elaborados, o número de infectados segue crescendo, com países já saindo da segunda onda, onde os sistemas de saúde ficaram na sua capacidade máxima ou colapsaram (CAMPOS *et al.*, 2020).

Na área da saúde, em relação a doença contagiosas, como a COVID-19, existem algumas recomendações acerca de como proteger a população da contaminação. O distanciamento social ou físico, por exemplo, o qual já citamos. Ele consiste em não poder reunir grupos, não realizar ou participar de aglomerações. Assim como, manter o contato abaixo de cerca de dois metros entre as pessoas (FARO *et al.*, 2020).

O isolamento é outra medida eficaz em situações pandêmicas. Este consiste em separar uma pessoa infectada dos demais que não apresentam a infecção. Já a quarentena é uma medida que vai limitar a circulação de pessoas que foram expostas à doença, no caso a COVID-19, buscando assim fazer um acompanhamento e observação controlada da situação de exposição ocorrida (BROOKS *et al.*, 2020).

Uma outra medida foi utilizada para tentar barrar o crescimento exponencial do número de infectados e de doentes em busca de leitos nos hospitais, o chamado “lockdown”. Com essa medida, todos os serviços não essenciais ficam fechados, estes são, por exemplo, comércios, escolas, restaurantes, bares e qualquer outro estabelecimento que não for relacionado a supermercados ou farmácias.

No Brasil, junto com o lockdown, vieram algumas poucas políticas públicas para dar suporte durante o período em que os serviços não essenciais estavam fechados. O auxílio emergencial foi uma delas, ele serviu para tentar dar suporte aos trabalhadores informais e as demais famílias que ficariam sem renda durante o fechamento dos estabelecimentos. Foi aprovado e pago um valor de 600 reais por 5 meses e mais quatro parcelas de 300 reais, após isso. Isto ocorreu durante o ano de 2020. No ano de 2021, as parcelas foram mantidas no valor de 600 reais. Valor muito aquém da realidade brasileira e das dificuldades enfrentadas pela parcela mais vulnerável do país (TROVÃO, 2020). Gerando uma transformação na vida de todos, no trabalho, nos laços sociais, no ritmo urbano e rural. Igualmente, nos espaços públicos e nas atividades comuns que tiveram que se reinventar rapidamente (CORRÊA FILHO; SEGALL-CORRÊA, 2020).

As implicações das medidas adotadas em uma pandemia, como as supracitadas, a saber, distanciamento social, isolamento, quarentena, bem como as medidas socioeconômicas, de suporte para a população afetada, são de suma importância para atenuar a curva de contágio. Porém, essas medidas, para os indivíduos, podem envolver uma série de possíveis estressores, como o afastamento de entes queridos, amigos e familiares. Também a imprevisibilidade quanto ao tempo de distanciamento, medo, tédio, entre outros (BROOKS *et al.*, 2020). Em estudos realizados no contexto da pandemia da COVID-19, foram encontrados indícios de que a quarentena pode causar transtornos como depressão, ansiedade e, até mesmo, aumento no comportamento suicida (BARARI *et al.*, 2020; BARBISCH; KOENIG; SHIH, 2015; LIMA, 2020b; PANCANI, 2020)

Segundo Zandifar *et al.* (2020), a situação de risco iminente de agravos à saúde, as dificuldades financeiras e de trabalho, alimentação e sustento, juntamente com incertezas sobre a duração da pandemia e suas consequências, acarretam fatores de risco à saúde mental da população. Em estudos sobre a relação entre saúde mental e COVID-19, realizados na China, incluindo 1210 participantes, em 194 cidades, ainda no início da pandemia, foram identificados sintomas moderados e severos de ansiedade: 28,8%, de depressão: 16,5% e de estresse: 8,1% (WANG *et al.*, 2020). Já em outro estudo, também na China, foram entrevistadas 52.730 pessoas, de 36 cidades, dessa quantidade 35% apresentou algum problema psicológico, com as mulheres apresentando índices significativamente maiores em relação aos homens (QIU *et al.*, 2020).

No Brasil, alguns estudos apontam índices também alarmantes sobre o impacto da pandemia na saúde mental da população. No Rio Grande do Sul foi realizada uma pesquisa com 799 pessoas sobre esse impacto. Os resultados apontados foram de que 25% já havia sido diagnosticada com transtorno mental. Desse percentual, os adultos jovens estão 6% mais suscetíveis a apresentar sintomas de transtornos mentais. Quanto ao recorte de gênero, as mulheres apresentam o dobro de chance, 2,73 vezes, de vir a ter transtornos mentais diante do atual cenário (DUARTE *et al.*, 2020).

Em um estudo realizado em todo o Brasil, através de questionários online, desenvolvido pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), buscou-se avaliar as alterações no modo de vida, na rotina e na

saúde, durante a pandemia. O estudo revelou que, dos 45.161 respondentes, 40,4% se sentiram tristes ou deprimidos muitas vezes ou sempre durante a pandemia e o distanciamento social. Além disso, 52,6% disseram se sentir ansiosos ou nervosos sempre ou quase sempre diante desse contexto e 43,5% começaram a ter problemas de sono que não tinham (BARROS, 2020).

Assim como a pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, os dados desta apontam para os adultos jovens como os mais afetados por esses quadros, atingindo 53,8% dessa parcela que diz se sentir triste e deprimida. Sentir-se nervoso e ansioso o indicie para essa faixa etária vai para 69,5%. As mulheres também são mais afetadas que os homens, sentir tristeza/depressão e ansiedade/nervosismo a incidência é duas vezes maior nas mulheres (BARROS *et al.*, 2020).

Em outra pesquisa, que mensurou os impactos do isolamento na saúde mental dos brasileiros, foram 3.223 respondentes a um questionário online, este apontou altos índices de stress: 60%, de ansiedade: 57,5%, de depressão: 26% e pânico: 14%. Nesta pesquisa, também foi perguntado sobre os fatores estressores na pandemia, onde instabilidade política e possível contaminação de pessoas da família apontaram a porcentagem de 39% e 38%, respectivamente. Já diante do nível de confiança nas decisões governamentais, 48,5% dos entrevistados responderam não estar nem um pouco confiantes (LIPP; LIPP, 2020).

Os estudos apontam índices altos de prevalência de transtornos mentais, tanto no Brasil, como no mundo. Com a pandemia perpassando por todo nosso tecido social, seja na área individual ou coletiva, as repercussões na saúde mental, então, são significativas. Segundo Ornell *et al.* (2020) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES), também da Fundação Oswaldo Cruz, no contexto de epidemias o número de pessoas afetadas psicologicamente costuma ser maior que as pessoas afetadas pela doença em questão. Estipula-se que, em média, de um terço à metade da população possa apresentar intenso sofrimento psíquico ocasionado por uma crise sanitária como a do COVID-19 e, principalmente, caso não venham a receber cuidados adequados.

Brooks *et al.* (2020), relata que há uma incidência alta nos efeitos psicológicos negativos diante da quarentena. Dentre eles: humor rebaixado, irritabilidade, raiva, medo e insônia. Porém, diante desse cenário, onde há milhares de pessoas em distanciamento e isolamento social ao mesmo tempo, os impactos podem

ser ainda mais elevados. O que Ornell *et al.* (2020, p. 232) vão chamar de “pandemia de medo e estresse”.

Diante desse cenário de fragilidade, a OMS elaborou recomendações, estratégias e organizações de serviços, envolvendo medidas de promoções e prevenções de saúde. Buscando amenizar os efeitos de um possível isolamento prolongado na saúde física e mental da população, os guias foram elaborados antes mesmo do contexto da COVID-19 e estão disponíveis para esse tipo de suporte. Um desses documentos é o Guia PCP - Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo (OMS, 2015).

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) também elaborou documentos voltados para essa finalidade, são eles: Proteção da Saúde Mental em Situações de Epidemias (OPAS, 2006) e o Guia de Intervenção Humanitária do Programa de Ação Global para Superação das Lacunas em Saúde Mental da OMS (GIH-mhGAP) (OPAS; OMS, 2015). No Brasil, os grupos de pesquisas, categorias profissionais e associações buscaram utilizar de suas plataformas para informações, recomendações e orientações sobre a saúde mental. Segundo Lima (2020a), o CEPEDDES elaborou uma diversidade de cartilhas em que aborda recomendações à população geral e grupos específicos sobre o assunto, além disso, esta instituição tem utilizado ferramentas tecnológicas como transmissões de lives para falar, informar e debater sobre a temática.

Essas ferramentas de mitigação dos danos são essenciais, porém quando diante de uma realidade das comunidades tradicionais pesqueiras que são perpassadas por modos de socialização específicos, nos questionamos se as consequências do distanciamento social e do isolamento podem ter outras raízes para além das abrangidas por esses tipos de documentos de suporte em saúde. Os problemas psicológicos das comunidades pesqueiras podem estar atrelados aos mesmos determinantes que afetam o restante da população, sim. Porém, esses grupos vivenciam, particularmente, diferente do restante da população, o medo da insegurança alimentar por ter sua fonte de renda diretamente comprometida. A perda do emprego não só de modo formal, mas tendo sua autonomia de existência ameaçada, faz com que haja “uma interconexão entre a dimensão individual e social do sofrimento” (LIMA, p.4, 2020a). Tendo em vista que o trabalho com o pescado para esta parte da população não só provém sua alimentação, como também faz parte do seu próprio modo de vida.

Apesar das vacinações no mundo todo, ainda há um misto de incertezas e preocupações sobre as consequências à longo prazo na saúde mental dos indivíduos diante do cenário vivido na pandemia. Principalmente, com relação às comunidades tradicionais, como já dissemos. Pois são elas, que além de sofrerem com os impactos gerados pela própria pandemia, por ter suas relações comerciais e meios de vida afetados, podem também terem acumulado o sofrimento mental a esses impactos. Considerando, muitas vezes, a falta de acesso dessa população a esses meios comunicativos que podem auxiliar com relação a esse tipo de acontecimento que se configura como desastre ou emergência em saúde pública.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipo de estudo

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, que busca analisar um fenômeno, fazendo um exame cuidadoso de dados qualitativos (intenções e interpretações dos participantes) sobre casos particulares. É exploratória, que, segundo Deslandes *et al.* (1994), caracteriza-se pela realização de levantamentos bibliográficos, instrucionais e observações. Assim como permite, na análise, o momento relacional e prático de “confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias” (p.26).

Considerando que o conhecimento científico é uma forma de articulação entre a teoria e a realidade que se apresenta, faz-se necessário um método que permita essa conexão através de um instrumental que contemple a complexidade e as singularidades apresentadas. Dessa forma, fizemos a escolha deste como um estudo qualitativo, que se caracteriza pela compreensão dos processos de construção de significados dos fenômenos, valores, atitudes e das relações. Estas não sendo mensurados por variáveis somente numéricas (DESLANDES *et al.*, 2016).

De forma colaborativa, não extrativista, tem como objetivo construir conhecimento sob a perspectiva daqueles que sofrem exclusão, dialogando também com saberes externos à ciência, saberes que estão presentes nas diversas perspectivas de visão de mundo e nas práticas de cada sujeito entrevistado e/ou observado. Realizando uma pesquisa de ‘cocriação’, com participação efetiva dos sujeitos na construção e desenvolvimento dos conhecimentos, através das narrativas e experiências culturais (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018).

Para tanto, foram utilizados alguns instrumentos e procedimentos para a execução da pesquisa que, com caráter empírico, se deu por meio da realização do trabalho de campo. Este permitiu a obtenção de informações e conhecimentos acerca da realidade estudada. Faz-se necessário mencionar também que o momento mais fundamental para a aproximação e o envolvimento com as comunidades tradicionais da pesquisa foi, justamente, a conversa informal, durante o dia a dia das pescadoras. No primeiro momento, essas conversas ocorriam durante o processo de beneficiamento ou mesmo acompanhada de um café com bolo com as pescadoras.

Foi interessante a satisfação delas em nos presentear com sururu pescado por nós. Tivemos ainda as brincadeiras em torno do processo de mariscagem, no qual fizemos questão de participar junto com elas, de modo a nos aproximarmos o máximo possível do que é vivenciado diariamente por essas mulheres. Isto sinalizou que havíamos conquistado algum tipo de aproximação com elas, o que certamente colaborou com a participação e a aplicação dos instrumentos de investigação deste trabalho.

Assim, as atividades de campo não são apenas de aplicação de instrumentos. Durante as visitas às comunidades buscou-se também o estabelecimento e a construção de relações com os sujeitos. Nesta perspectiva, Ramalho afirma que “ter objetividade não é o mesmo que deixar de lado qualquer relação subjetiva com o tema, isto é, objetividade e subjetividade se mesclam na construção do assunto” (2006, p. 32).

### **3.2 Local e período**

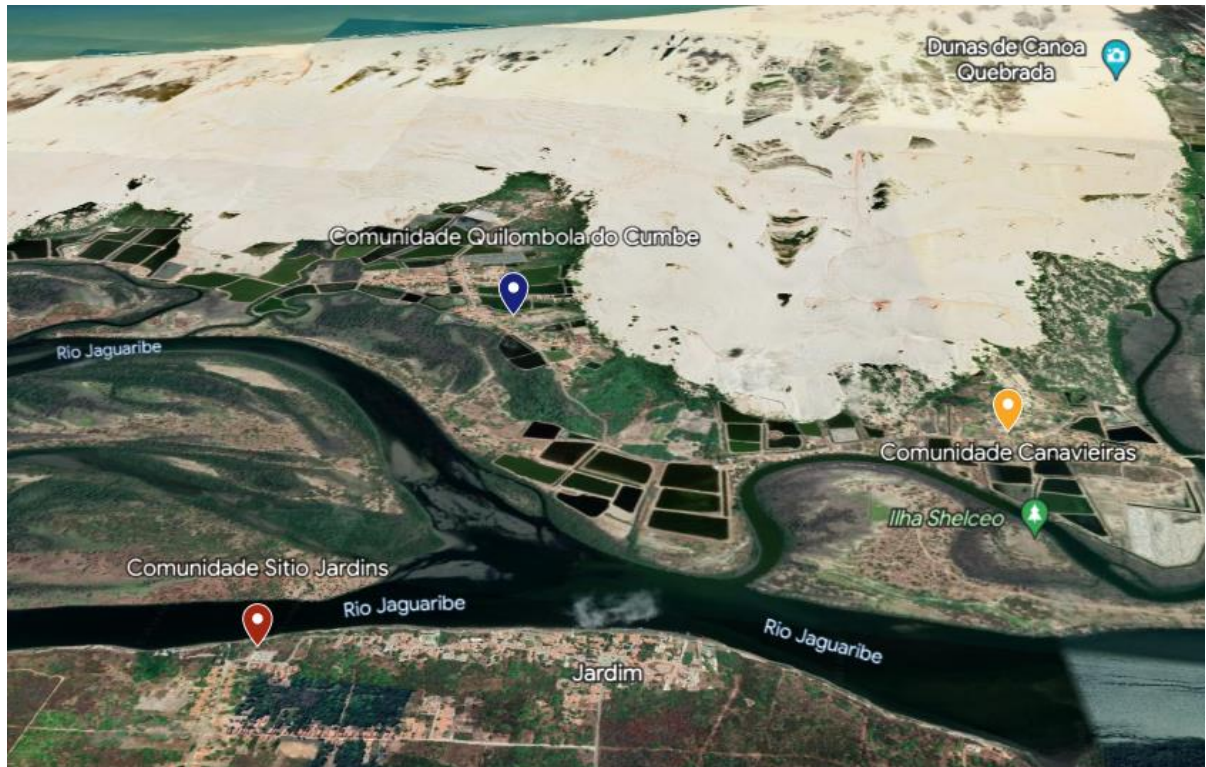
A pesquisa foi realizada entre 2020 e 2022. As atividades de campo tiveram início em 23/10/2020 com uma visita à comunidade do Sítio Jardins, que fica localizada a 10km da cidade de Fortim. A comunidade conta hoje com a Associação de Moradores do Sítio Jardim, Fortim/CE, formada por pescadores e pescadoras, no local vivem cerca de 190 famílias, 370 mulheres e 330 crianças e adolescentes que retiram do rio sua fonte de renda, através do pescado do sururu e do búzio, predominantemente. Ambos pescados comuns na mariscagem, que é muito forte na região.

Em junho de 2022, foram realizadas visitas às comunidades do Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canavieiras. Situada no município de Aracati, a comunidade do Quilombo do Cumbe tem seus habitantes assumindo a identidade de quilombolas e de pescadores artesanais. Ela é formada de uma estimativa de cerca de 150 famílias, 380 mulheres e 150 crianças e adolescentes. Já na comunidade Canavieiras estima-se a presença de 78 famílias, 70 mulheres e 39 crianças e adolescentes. Ambas as comunidades se encontram ao lado da praia da Canoa Quebrada, ponto turístico movimentado do estado. Limitada ao mar por dunas, a área está envolta também por um mangue que ajuda a manter o povoado por meio da pesca de mariscos e da cata de caranguejo, principais fontes de sustento dos locais.



O que separa a comunidade do Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canaveiras é o Rio Jaguaribe (figura 5), este se caracteriza por ser o maior e mais importante rio do estado do Ceará. As águas de sua bacia beneficiam 81 municípios, com extensão que chega ao Ceará e aos Estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (GATTO, 1999).

Figura 5: Mapa da localização das Comunidades Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canaveiras.



Fonte: Google Maps. Comunidade Jardins: Vermelha. Comunidade Quilombo do Cumbe: Azul. Comunidade Canaveiras: Laranja. Comunidade Canaveiras e cores inseridas artificialmente e por aproximação pelas autoras (pois, no próprio Google Maps, não havia o registro da comunidade Canaveiras, algo que é de muita importância aqui ressaltar).

No intervalo de 2020 a 2022, ocorreu, justamente, a pandemia da COVID-19 e, junto com ela, os protocolos de distanciamento e isolamento social. Com isso, a pesquisa de campo migrou para contextos virtuais, através do Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, que foi formado por pescadores e pescadoras de todo o país, além dos cientistas e apoiadores da pesca artesanal, para acompanhar os impactos e discutir o enfrentamento ao COVID-19 nas comunidades tradicionais. Houve a oportunidade de participar de grupos, foram acompanhados 2 encontros virtuais de escuta, voltados para as comunidades tradicionais de todo país, com participação significativa das mulheres pescadoras das comunidades do Nordeste. Além de alguns outros momentos de articulação que

fizemos durante todo esse período, de modo a amenizar os prejuízos da distância física com relação às comunidades.

O estudo ocorreu nas localidades do Sítio Jardins, Cumbe e Canavieiras, a escolha por essas localidades foi motivada pelo número e organização das mulheres pescadoras nestes locais, tendo em vista o objetivo no qual o projeto propõe. A saber, a investigação da possível relação de impactos na saúde mental e situações de desastre nos contextos das comunidades de mulheres pescadoras.

### **3.3 Participantes do estudo.**

A população do estudo foi composta de trabalhadoras dos rios (pescadoras) da comunidade do Sítio Jardins, em Fortins – CE, Cumbe e Canavieiras em Aracati – CE. Estas comunidades foram escolhidas para a pesquisa de campo devido à localização e possibilidade de articulação na região, bem como a forte atuação e protagonismo das mulheres no ofício da mariscagem e pesca. Notou-se também a articulação delas na política e nos movimentos de resistência, elas configurando, então, alguns dos núcleos de enfrentamentos com relação ao que cada comunidade vivencia.

Já no que tange às demais pescadoras, de outras comunidades do nordeste, estas foram inseridas durante as observações participantes nos grupos online que, de início, não estavam previstas para serem realizadas. Mas a partir do isolamento social que nós fomos submetidas devido à pandemia da COVID-19, foi o meio possível para permanecer presente e em contato com as comunidades citadas. Forma esta que, apesar das mudanças de percurso, acabou colaborando, neste sentido, para o enriquecimento do conhecimento do modo de vida, de demandas e realidades de comunidades de outros estados do Nordeste também.

Para a entrevista de campo, realizada em junho de 2022, alguns critérios foram estabelecidos, que são eles: ser pescadora, ser maior de 18 anos, ser residente das comunidades pesquisadas, ter entrado em contato direto/indireto, a saber, direto (areia, banho de mar, manipulação de marisco) ou indiretamente (ingesta de peixes, crustáceos, moluscos) com o petróleo. Ou seja, o contato indireto refere-se àquelas trabalhadoras que estão expostas a ambientes potencialmente contaminados pelo derramamento de petróleo. E, por fim, o último critério que é ser trabalhadora cadastrada nas organizações de pescadores e pescadoras artesanais.

### **3.4 Construção de dados.**

O estudo propõe a construção de dados a partir de observação, entrevistas ou interações verbais e diários de campo (DUARTE, 2008). A construção dos dados teve início nos primeiros contatos com as mulheres pescadoras e articuladoras das comunidades tradicionais que eram foco da pesquisa. Por meio desse contato, foi possível entender melhor as comunidades e conseguir contatos que possibilitassem a ida a campo, posteriormente, de modo a respeitar o tempo e a organização de cada comunidade. Bem como, a construção espaçada do recolhimento de dados.

Utilizou-se também a análise documental, que consiste em “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 5). Dessa forma, a análise documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais.

### **3.5 Trabalho de Campo**

A primeira visita ao território da comunidade do Sítio Jardins ocorreu em outubro de 2020 que, inicialmente, aconteceu por meio do reconhecimento do território de investigação, em conjunto com a liderança local e com as mulheres e homens pescadores da comunidade, com intuito de identificar os processos de trabalho e vivência cotidiana. Com isto, realizou-se a inserção no campo por parte das pesquisadoras, por meio de conversas informais, durante o processo de beneficiamento, que geralmente estava com o maior número de mulheres pertencentes à atividade de mariscagem e dos cuidados domésticos com a família. Nesta etapa, foi utilizado, para coleta de dados, o diário de campo, que possibilita ao pesquisador descrever de forma detalhada procedimentos, pessoas, acontecimentos, conversas e atividades de modo um pouco mais preciso, pela perspectiva do registro escrito, no momento. Permitindo também a expressão de ideias, reflexões e projeções dos sujeitos da pesquisa, de forma um pouco mais direta (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Esse primeiro contato com a comunidade possibilitou a aproximação e a apresentação da proposta de pesquisa às mulheres pescadoras. Porém, sem o caráter formal, intencionalmente, buscamos nos inserir no dia a dia, de modo a buscar não modificar tanto assim a dinâmica delas, desse modo ficamos conversando com

elas durante o beneficiamento, no qual estivemos em conjunto, como visto da imagem 1.

Imagem 1 - Aproximação com as marisqueiras durante o beneficiamento.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Além disto, durante o encontro, foi possível verificar algumas informações sobre a dinâmica da atividade mariscagem/pesqueira das mulheres. A saber, como é feito o beneficiamento, o tipo do marisco da temporada, quantos dias elas faziam e o tempo de duração durante a semana deste trabalho e, principalmente, como aquele momento era importante para a troca, a conversa e a socialização entre elas mesmas. Em função dos horários próprios das mulheres e da mariscagem, foi acordado que ficaríamos na comunidade por mais dois dias. Durante esses dias fizemos atividades em conjunto com elas e de acordo com os horários delas, bem como fizemos contato com as lideranças comunitárias da comunidade que foram nossos articuladores no território.

Com essas informações, o trabalho de campo foi organizado da seguinte forma: no primeiro momento, foram realizadas visitas para conversas informais, durante o processo de beneficiamento, a fim de compreender a rotina de trabalho das pescadoras. No segundo momento, foram realizadas idas ao Rio Jaguaribe para efetuar, junto com elas, a pesca do sururu, como podemos observar na imagem 2. Após esse momento foi acordado que mais visitas seriam feitas, posteriormente, bem como as entrevistas.

Imagem 2: Processo de mariscagem realizado com as pescadoras.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Porém, as visitas para observação e realização do roteiro de entrevistas concentraram-se em outubro de 2020, pois devido à pandemia da COVID-19, só foi possível retornar à comunidade de forma segura em junho de 2022. Em ambos os momentos, as visitas incluíam pernoitar na comunidade. No mês de junho, retornando às comunidades de forma presencial, foram realizadas visitas também às comunidades do Quilombo do Cumbe e Canavieiras, localizadas em Aracati e que tem como divisa da comunidade do Sítio Jardins, o Rio Jaguaribe. Pois, como já dissemos, na primeira visitação, somente abrangemos a comunidade de Sítio Jardins.

A aplicação das entrevistas se deu nas três comunidades citadas, buscando entender quais foram os impactos na saúde mental das mulheres pescadoras e como se deu o processo de enfrentamento dos eventos do derramamento do óleo e, após, a pandemia da COVID-19.

Utilizou-se também do registro fotográfico. O meio da fotografia é mais uma técnica para obtenção de dados (SOUTO, 2010). Com isso, foi possível registrar algumas das peculiaridades do cotidiano das pescadoras, bem como protagonizá-las

nos registos durante o próprio ofício de mariscagem. Pois, instigamos que elas que ficassem na bateira (barco), utilizassem o aparelho de fotografia da pesquisa e registrassem o que quisessem durante o momento que estávamos mariscando junto com elas.

Devido à impossibilidade de ir presencialmente às comunidades, depois da primeira visita, como havíamos proposto no início, por conta do isolamento e distanciamento social, uma forma de manutenção do acompanhamento das comunidades, foi por meio dos grupos online. As “tendas de escuta”, como foram chamados, foram grupos criados com temáticas voltadas para a acolhida e fortalecimento diante das dificuldades das comunidades tradicionais dos estados do Nordeste, durante a pandemia de COVID-19. As tendas eram realizadas pelo Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras e se tornou uma ferramenta de acompanhamento e enfrentamento, não apenas da pandemia, mas dos diversos impactos relacionados a possíveis crises vivenciadas pelas comunidades tradicionais em seus contextos específicos.

Com isso, nesta etapa da construção de dados, foi possível caracterizar as comunidades pesqueiras, utilizando-se da observação participante, em que o pesquisador sai da posição apenas de espectador e passa a ter também um papel mais ativo, no qual ele se insere na cultura estudada para registrar ações, interações ou eventos que ocorrem. Isso permite não só que os fenômenos sejam estudados à medida que surgem, mas também possibilita a oportunidade de obter informações por meio de uma experiência mais próxima dos fenômenos por si mesmos. (RITCHIE, 2003). Com isso foi possível compreender melhor os processos, peculiaridades e dinâmicas de cada comunidade.

### **3.6 Entrevistas**

Para investigar os impactos na saúde mental e as estratégias desenvolvidas pelas pescadoras diante de alguns conflitos socioambientais, em seu respectivo contexto, no caso, do derramamento do petróleo e da pandemia da COVID-19, foram realizadas entrevista semiestruturadas. Com a utilização de um roteiro (apêndice A) de perguntas que se voltaram para compreender os impactos na saúde física e mental das mulheres pescadoras em dois momentos distintos, o derramamento do óleo e pandemia da COVID-19, como já dissemos que seriam

objetos do nosso trabalho. A entrevista teve três momentos, dentre os quais o primeiro foi sobre os impactos do derramamento, depois da COVID-19 e, por fim, como se desenvolveram as estratégias de enfrentamento diante desses eventos. A entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Com foco colocado pelo investigador/entrevistador. Além disto, a semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). O pesquisador, nesse método, mantém a presença consciente e atuante durante o processo de coleta de informações.

Para o recrutamento das participantes foram contatadas representantes das organizações de pescadores e pescadoras artesanais. Quando contatadas, as participantes foram informadas sobre o objetivo da pesquisa, a natureza voluntária da participação e a garantia do sigilo e anonimato. Em seguida, acordou-se um local e dia para a realização da entrevista. Atendendo às condições de sigilo e de conforto das participantes, as entrevistas aconteceram no território das pescadoras ou associações comunitárias. Visto que, segundo Pelicioni (2001), espaços familiares e confortáveis aos moradores, favorecem o engajamento à metodologia da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com 8 (oito) pescadoras residentes nas localidades das comunidades citadas. Foram 4 pescadoras do Sítio Jardins, 2 pescadoras do Quilombo do Cumbe e 2 pescadoras das Canavieiras. As entrevistas duraram em média 30 a 40 minutos, cada. Utilizou-se nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas.

### **3.7 Análise de dados.**

Os dados foram construídos a partir dos discursos presentes nas entrevistas, nos diários de campos e nas observações realizadas, para, em seguida, serem analisados com o auxílio do método da análise de discurso (AD).

A análise do discurso consiste em uma análise mais profunda do sentido, privilegiando a fala e o contexto na qual está inserida. Com enfoque na reflexão e na construção dos significados das narrativas, apresentando assim uma compreensão mais abrangente do ambiente e do sujeito que produz esse sentido (MINAYO, 2004).

A escolha da análise do discurso se deu a partir da concepção de que

trabalho é compreendido, assim, em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – entendidas aqui no sentido marxista - bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017, p. 13).

Os dados coletados das entrevistas foram transcritos de forma fidedigna às falas, descrevendo as informações dadas pelas entrevistadas de maneira autêntica. Após essa etapa, foi realizada a análise do que foi transcrito, com o intuito de dar luz ao que foi relatado e vivenciado por elas, bem como verificar a possibilidade de correlacionar os ditos com a fundamentação teórica da presente pesquisa. Por fim, nas interpretações, direcionou-se para os sentidos das falas e das ações, para se chegar a uma compreensão e desenvolvimento dos dados (MINAYO, 2004).

### **3.8 Aspectos éticos.**

Como já informamos, os participantes foram informados do caráter voluntário da sua participação na pesquisa, da garantia de anonimato das respostas dadas e do respeito às diretrizes éticas que regem a pesquisa com seres humanos. Além disso, todos os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e autorizado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 55291221.1.0000.5054, segundo todas as diretrizes e regramentos descritos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional da Saúde (CNS, 2012). A presente pesquisa também tem o compromisso ético e político com as comunidades tradicionais pesqueiras, bem como o retorno, dos dados apresentados, a sociedade.



## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.**

### **4.1 Correntezas: Caracterizando as comunidades tradicionais do Rio Jaguaribe e seus desafios.**

A atuação significativa das mulheres na atividade da mariscagem e pesca das comunidades em torno do Rio Jaguaribe é fato que instigou a realização do estudo na região. Tendo em vista isto, nesta seção, vamos empreender a tentativa de compreensão sobre como se dá a organização e apresentação das comunidades tradicionais envolvidas nesta pesquisa. A atividade de mariscagem constitui fonte de alimento e renda para as mulheres e para as famílias que elas sustentam ou ajudam a sustentar. Como a pesca artesanal está relacionada aos aspectos sociais e ecológicos do meio onde vivem, escolhe-se a categoria de análise “lugar”, pois tem como objetivo compreender a forma como as mulheres se relacionam entre si, com o espaço e com ambiente em que vivem (MARTINS, 2013).

Haja vista que cada uma das comunidades tradicionais tem sua especificidade, suas características e identidades, faz-se necessária uma discussão sobre como elas estão situadas na região e quais conflitos são vivenciados por elas, bem como das condições sociais e culturais das pescadoras inseridas nesses contextos. Sendo a pesca artesanal um trabalho característico realizado em todo o litoral brasileiro, é importante ressaltar que esta atividade vai representar maior ou menor importância a depender das características da comunidade tradicional pesqueira em que é realizada. O nível de organização social e de trabalho do grupo, o tipo do pescado, o processo de beneficiamento e a tecnologia desenvolvida. Esses e outros aspectos são de fundamental importância na caracterização única dessas comunidades de ordem tradicional (ANDREOLI, 2007).

As comunidades do Sítio Jardins – Fortim, Quilombo do Cumbe e Canavieiras – Aracati, são localizadas na beira do Rio Jaguaribe, é dele que homens e mulheres tiram seu sustento, se relacionam com o ambiente e desenvolvem suas identidades. O Rio Jaguaribe faz parte de uma Bacia que leva o mesmo nome, sendo ele o principal, que tem como afluentes rios menores que desembocam nele. O Rio Banabuiú é um de seus principais afluentes. Outro rio importante é o Quixeramobim,

que escoas suas águas para o Banabuiú, pois, neste caso, o último é o maior. Essa é a bacia hidrográfica de Jaguaribe, que está localizada em sua maior extensão ao Leste do Estado do Ceará, ocupando uma área de 75.669 km<sup>2</sup> de terra e ocupa 55% do estado do Ceará, é considerada a maior bacia do Estado (RODRIGUES, 2007; SILVA, 2022c).

A comunidade do Sítio Jardins, margeando o Rio Jaguaribe, é uma comunidade costeira estuarina e possui mais de 190 famílias. A comunidade tem um modo de vida tradicional, a maioria vive da pesca e comercialização de peixes e mariscos. Esta é, então, a principal fonte de renda de muitas famílias, como os pescados do sururu, búzio, siri, dentre outros (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

As comunidades têm seu modo particular de realizar os processos de coleta e beneficiamento dos mariscos. Ressalta-se que as visitas realizadas nas comunidades ocorreram em períodos diferentes do ano, tendo em vista isto, na primeira visita, os pescados principais das pescadoras eram o Sururu e o Caranguejo. Já na segunda visita, o Sururu ainda estava em processo natural de nascimento, então, o marisco principal que estava sendo pescado era o Siri que, segundo relatos das próprias pescadoras, o rendimento financeiro é muito baixo se comparado com o Sururu.

Imagem 3 – Processo de pesca do Sururu realizado junto com as pescadoras e pescadores do Sítio Jardins.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Conhecido como Sururu, ele caracteriza-se por ser um mexilhão de água doce, encontrado nas Américas do Sul e Central. No Brasil, tem condições de crescimento do Amapá até o Rio Grande do Sul. Encontrado em abundância na região de Fortim, não existindo cultivo desta espécie. Ele é pescado e diretamente comercializado de maneira artesanal pelas pescadoras que sobrevivem desta atividade (REBOUÇAS, 2002).

Na imagem 3, podemos observar o “passo a passo” do processo de pesca do Sururu. São utilizadas algumas ferramentas para isso. De início, é colocado o “monobloco” que consistem em duas hastes de madeira que sustentam o caixote, que vai funcionar como peneira para o excesso do mangue do Sururu, para que fique só o marisco retido, como visto na imagem seguinte. Após voltar com Sururu para a residência, a família se reúne para realizar os demais processos do beneficiamento. Primeiro ele é lavado e depois colocado de molho para ferver no fogão à lenha.

Imagem 4 – Processo de beneficiamento do Sururu realizado junto com as pescadoras e pescadores do Sitio Jardins.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Por fim, o Sururu fica no fogão à lenha até atingir a temperatura onde a proteína ou “carne”, como foi chamada pelas pescadoras, que existe dentro dele, possa se soltar durante o processo de “bater”, que consiste em fazer um movimento de peneirar e bater para que, na rede abaixo, caia apenas a parte comestível do marisco. Os que restam com a “carne”, após esse processo, são colocados nas mesas para que elas sejam retiradas uma por uma, de modo a extrair o máximo possível do que há dentro do Sururu (imagem 4). Quando finalizado, o que é beneficiado, ou seja, aproveitado e retirado, é reservado em freezer da comunidade, para ser vendido.

Na comunidade do Sítio Jardins, acompanhamos uma família, formada por mãe e filha, que realizavam a pesca de outro marisco comum na região, que é o Búzio. O Sururu é pescado no chamado mar-de-dentro. Já o Búzio tem como característica ser pescado na linha de costa, onde pode ser encontrado, além dos mariscos já citados, as ostras (NOGUEIRA, 2012).

As duas mulheres (mãe e filha) são as únicas da comunidade que realizam a pesca do Búzio, o processo de beneficiamento é praticamente o mesmo do Sururu, exceto pela parte final, que no Búzio não há necessidade de retirada da proteína interna com as mãos, pois ela é extraída toda no processo de “bater” (imagem 5). Ambas realizam essas atividades sozinhas, chegando a carregar um saco de até mais de 50kg de pescado, a depender do dia.

Imagem 5 – Beneficiamento do Búzio com pescadoras do Sítio Jardins.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Na segunda visita realizada às comunidades, foi possível acompanhar a pesca do Siri que, neste caso, já utiliza outras ferramentas, como o gerere e a tarrafa. Com o gerere, a pesca ocorre da seguinte forma: ele é colocado na água, onde no fundo da rede tem um peso para que ela possa afundar e, após um tempo, é puxado com o Siri dentro. Já a tarrafa também tem peso nas extremidades, com o mesmo objetivo do gerere, a pesca com ela ocorre quando ela é lançada no rio ou colocada na lateral da bateira (barco) e é feito o chamado “arraste”. Que consiste em arrastar a tarrafa, ainda com ela submersa, de modo que ela vá pescando os Siris durante esse movimento (imagem 6).

Imagem 6 – Pesca do Siri com gerere e tarrafa.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Indo agora para a comunidade do Quilombo do Cumbe, em Aracati, onde os indivíduos que lá vivem assumem a identidade de quilombolas e de pescadores artesanais, conta hoje com mais de 150 famílias. Há registros de documentos que datam de 1760, apontando que há ruínas dos antigos sítios e engenhos com maquinário, indicando a produção de farinha e produção de cachaça, já, lá desde tenra época. Reforçando a historicidade da presença de trabalho escravo e da

existência do quilombo, apesar disto, a comunidade sofre em ter seu reconhecimento como comunidade quilombola e o empresariado local atua contra a demarcação das terras, gerando uma tentativa de apagamento histórico das resistências locais (NASCIMENTO, 2018).

Para conhecer as comunidades do Quilombo do Cumbe e Canavieiras, o deslocamento foi atravessando o Rio Jaguaribe com a bateira, no percurso foi possível observar outros locais de pesca e compreender como o rio se torna uma divisa formadora entre as comunidades. Da chegada à margem até a comunidade são 20 minutos de caminhada, utilizando o acesso do rio. Ao chegar, a visão sobressalente é a das fazendas de carcinicultura (imagem 7). Estas, juntamente com os parques eólicos, ocuparam os espaços de dunas, rios e mares, terras que foram desapropriadas de forma desenfreada por aqueles agentes, causando impactos ambientais e sociais (RODRIGUES, 2019).

Imagem 7 – Comunidade do Quilombo do Cumbe e Canavieiras.



Fonte: Arquivo pessoal de diário de campo (SILVA, 2022a).

Os impactos são, então, sentidos na parte ambiental, com a diminuição dos caranguejos, na destruição dos espaços essenciais para o ecossistema de sustentação do mangue. E, também, existem consequências na vida da comunidade, como relata uma das pescadoras do Cumbe, quando afirma que:

porque geralmente resume a sua vida a aquele território, aquele mangue, aquela... aquele... aquele lugar que foi afetado, né? Porque dali ele extrai tudo, né? Ali tem história, ali tem identidade, ali tem... ali tem alimento, ali tem renda, então é um, é um conjunto de coisas que, que você pode perder (IARA, informação verbal<sup>1</sup>).

Localizada na mesma região do Quilombo do Cumbe, a comunidade de Canavieiras vivencia a maioria dos conflitos da sua vizinha, porém não se reconhece como uma comunidade quilombola devido à historicidade específica da sua localidade, diferente daquela. Atualmente, na comunidade de Canavieiras, estima-se a presença de 78 famílias e conta com a Associação Comunitária de Sítio Canaveira, na articulação e resolução de questões da comunidade (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

Neste caminho, vale frisar que todo o acompanhamento do dia a dia das pescadoras, durante o processo de pesca até o beneficiamento, foi um método importante na aproximação com as comunidades e as pescadoras. Bem como a experiência física, mesmo que curta, da realização dessas atividades, trouxe alguma aproximação do impacto físico diário nessas mulheres. Impacto este relacionado, nesta pesquisa de observação participante, ao peso carregado e a necessidade dos movimentos repetitivos.

Desde os anos 1970, a comunidade do Sítio Jardins começou a lidar com supostos proprietários que buscavam a expulsão dos moradores do território. Devido a essa ameaça, a comunidade organizou, em 1985, a Associação Comunitária de Pescadores. Além disso, a comunidade lida com especulação imobiliária, com construções de casas de veraneio ao redor do seu território pesqueiro e, por causa dessas variáveis, recorrentes obstruções das margens do Rio Jaguaribe. Como afirma a liderança da comunidade, que faz parte da associação:

Desde os anos oitenta, de oitenta e cinco, a gente tem uma associação porque essa terra que a gente mora se diz ter um dono e nós se diz ser os posseiros, essa questão se arrasta lá na justiça há vinte e cinco anos (IEMANJÁ, informação verbal).

Atrelado a isso, então, elas atuam nos debates, nas articulações e desenvolvimento político necessário diante dos encontros e dificuldades

---

<sup>1</sup> Informação verbal: retirada das entrevistas feitas, nesta pesquisa, pelas autoras. As quais os locais, datas e finalidades já foram aqui supracitadas e registradas metodologicamente. É importante frisar que estas falas estão registradas aqui, literalmente, transcritas, ou seja, o mais próximo possível de como foi falado na íntegra, o que inclui o dialeto próprio dos habitantes da região. Daqui em diante, no texto, quando houver a descrição de “informação verbal”, na citação, subentender a presente nota de rodapé.

vivenciadas pela comunidade. Em sua maioria na comunidade Sítio Jardins, as mulheres são chefes de famílias, que tem no trabalho de mariscagem, uma opção de alimento e dignidade a filhos e filhas, bem como uma forma de autonomia financeira e social desta família.

Devido a atuação de agentes externos como poluição das águas, decorrente do uso de agrotóxicos, pela fruticultura irrigada. Igualmente, o fator da carcinicultura que utiliza químicos que são despejados no rio, assim como a especulação imobiliária em cima do território, a atividade da pesca se vê, cada dia mais, ameaçada (SILVA, 2022b). Acrescido a isso, as comunidades viveram novos desafios no enfretamento do derramamento do óleo em 2019 e da pandemia da COVID-19, como já dissemos.

Segundo o Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humano sem Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021), na comunidade do Cumbe, a instalação dos parques de energia eólica no campo de dunas, acarretou a destruição de dezenas de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, privatização das áreas de uso coletivo e racismo ambiental. Os conflitos vivenciados não são de hoje, já em 1995 a carcinicultura tomou conta da região causando diversos conflitos socioambientais como a destruição do ecossistema do manguezal, mortandade de caranguejos-uçá, mariscos e peixes, assim como salinização do lençol freático. Esses impactos alteraram o ciclo de reprodução das espécies e a ração utilizada nessas produções contém substâncias tóxicas e metais pesados.

Essas ações externas são profundas e afetam diretamente a identidade e a territorialidade da região. Algumas dessas consequências podem ser vistas na desestruturação dos vínculos com o território e a historicidade, na busca de novas possibilidades profissionais e com o abandono da tradição e a memória da pesca artesanal (SOARES, 2019).

A seguir, as tabelas com o resumo dos conflitos registrados enfrentados por cada comunidade (tabela 3) e os impactos socioambientais e socioeconômicos estimados (tabela 4).

Tabela 3 - Tipos de conflitos e agentes causadores nas comunidades Sítio Jardins, Cumbe e Canavieiras.

<b>Tipos de conflitos e agentes causadores</b>
--



Município	Comunidade	Tipos de conflitos enfrentados pela comunidade	Agentes causadores do conflito
FORTIM	Sítio Jardim	Aquicultura (cultivo de peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas) Energia eólica/Parque eólico Especulação imobiliária Restrição de acesso	Agentes privados Latifundiários/ Fazendeiros
ARACATI	Quilombo do Cumbe	Aquicultura (cultivo de peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas) Energia eólica/Parque eólico Especulação imobiliária Restrição de acesso Carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceará	Agentes privados Empresas privadas Empresas públicas Governo Veranistas (pessoas que têm casas de praia) e grileiros de terras
ARACATI	Canavieira	Aquicultura (cultivo de peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas) Desmatamento Energia eólica/Parque eólico Venda de terras	Agentes privados Empresas privadas

Fonte: Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

Tabela 4 - Impactos socioambientais e socioeconômicos nas comunidades Sítio Jardins, Cumbe e Canavieiras.

<b>Impactos socioambientais e socioeconômicos</b>		
Comunidade	<b>Impactos socioambientais gerados pelos conflitos</b>	<b>Impactos socioeconômicos gerados pelos conflitos</b>
Sítio Jardim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição de habitats</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos internos/Quebra de laços comunitários</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Venda ilegal de terras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Êxodo</li> <li>• Insegurança alimentar e nutricional</li> <li>• Mudança de atividade profissional</li> <li>• Ofensivas contra a cultura e traços tradicionais</li> <li>• Perda de trabalho</li> <li>• Restrição de acesso ao território</li> </ul>
<p>Quilombo do Cumbe</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assoreamento</li> <li>• Destruição de habitats</li> <li>• Diminuição da diversidade de pescado (menos espécies de pescado)</li> <li>• Diminuição da quantidade de pescado (menos pescado)</li> <li>• Erosão</li> <li>• Mortandade de manguezais</li> <li>• Mortandade de pescados</li> <li>• Mudança na sedimentação do perfil das praias (Ex: acresçam de praia, alterações de sistemas de dunas etc.)</li> <li>• Poluição/Contaminação da água</li> <li>• Poluição/Contaminação do solo</li> <li>• Salinização de poços</li> <li>• Secagem de lagos, lagoas,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos internos/Quebra de laços comunitários</li> <li>• Diminuição da renda familiar</li> <li>• Êxodo</li> <li>• Exploração sexual</li> <li>• Insegurança alimentar e nutricional</li> <li>• Mudança de atividade profissional</li> <li>• Ofensivas contra a cultura e traços tradicionais</li> <li>• Perda de trabalho</li> <li>• Redução ou perda da saúde física</li> <li>• Redução ou perda da saúde psíquica</li> <li>• Restrição de acesso à água</li> <li>• Restrição de acesso ao território</li> <li>• Criminalização e ameaças a pessoas que estão à</li> </ul>

	<p>riachos ou rios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secagem de nascentes</li> <li>• Privatização das áreas de manguezais, braço de rio, praia, campo de dunas e lagoas periódicas interdunares.</li> </ul>	<p>frente dos processos de luta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Poder político municipal agindo contra os direitos constitucionais dos quilombolas, o que dificulta o acesso a políticas públicas destinadas a essa população</li> </ul>
Canavieira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destruição de habitats</li> <li>• Diminuição da diversidade de pescado (menos espécies de pescado)</li> <li>• Diminuição da quantidade de pescado (menos pescado)</li> <li>• Mortandade de manguezais</li> <li>• Mortandade de pescados</li> <li>• Poluição/Contaminação da água</li> <li>• Poluição/Contaminação do solo</li> <li>• Salinização de poços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos internos/Quebra de laços comunitários</li> <li>• Criminalidade</li> <li>• Diminuição da renda familiar</li> <li>• Êxodo</li> <li>• Insegurança alimentar e nutricional</li> <li>• Mudança de atividade profissional</li> <li>• Ofensivas contra a cultura e traços tradicionais</li> <li>• Perda de trabalho</li> <li>• Redução ou perda da saúde física</li> <li>• Restrição de acesso à água</li> <li>• Restrição de acesso ao território</li> </ul>

Fonte: Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

Acerca das possibilidades de enfrentamento a estas variáveis, vimos que o Sítio Jardins tem como estratégias de resistências meios como ação judicial, articulação com entidades/organizações parceiras, denúncia aos órgãos do Judiciário

estadual, Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF). Também a órgãos ambientais estaduais e municipais, Ibama, dentre outras várias tentativas e efetivações de comunicações sobre os acontecimentos, constantes, com os órgãos devidos. O quilombo do Cumbe também se utiliza de estratégias parecidas, acrescido a ajuizamento de ação civil e denúncias ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Fundação Cultural Palmares (FCP) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Por fim, a comunidade de Canavieiras, com ação judicial, articulação com entidades/organizações parceiras, denúncia ao Judiciário estadual e aos órgãos ambientais estaduais (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

Por meio do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, ao aproximarmos o olhar em direção a este mapa, verificamos que quanto a conflitos envolvendo as pescadoras, pescadores artesanais e quilombolas, existem 2 casos registrados no Estado (NÚCLEO..., 2023).

O primeiro conflito é localizado em Aracati (CE), a atividade geradora do conflito está ligada a atividades pesqueiras, aquicultura, carcinicultura e maricultura, atuação de entidades governamentais na região e energia eólica. Isto tem gerado danos à saúde, como doenças não transmissíveis ou crônicas, insegurança alimentar, piora na qualidade de vida e violência ou ameaça. Já os impactos socioambientais estão relacionados à alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas, falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental e falta/irregularidade na demarcação de território tradicional pesqueiro.

O outro está localizado no Trairi (CE), a atividade geradora do conflito está ligada à especulação imobiliária, que tem gerado acidentes e piora na qualidade de vida, bem como impactos socioambientais de assoreamento de recurso hídrico. Em adição a isso, ainda, desmatamento e/ ou queimada, erosão do solo, invasão/dano à área protegida ou unidade de conservação, pesca ou caça predatória e poluição de recurso hídrico.

Com uma forte atuação das mulheres pescadoras, o Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e as Canavieiras, apresentam em suas lideranças, justamente, mulheres, elas ocupando, então, as principais frentes de articulações e lutas em busca dos direitos nas suas comunidades. Diante desse cenário, as comunidades que já vivenciam uma diversidade de conflitos próprios do ambiente e/ou da natureza do

artesanato do pescado, depararam-se com dois grandes acontecimentos, focos dessa pesquisa, o derramamento do óleo e a pandemia da COVID-19. Crises estas que acentuaram ainda mais as dificuldades vivenciadas pelas pescadoras da comunidade.

#### **4.2 Marés da vida: o impacto do derramamento do petróleo e da Covid-19 na saúde mental das pescadoras.**

O setor da pesca de pequena escala, no qual está inserido a mariscagem, historicamente sempre teve que resistir a várias dificuldades que ameaçam a continuidade de seus modos de vida. Através da ótica das trabalhadoras mulheres da pesca artesanal, seja com o pescado vendido diretamente nas feiras ou com compradores fixos, esse regime de negócio tem sofrido impacto direto com o derramamento do óleo ocorrido em 2019 (REIS-FILHO; QUINTO, 2020).

Como pode ser visto nas falas de 3 pescadoras, das diferentes comunidades, iniciando com a narrativa de Marimar (informação verbal), da comunidade do Sítio Jardins:

Nós fomos impactado mais na maneira do dos atravessador das pessoas que comprava o nosso marisco e o peixe... Porque a gente não tinha, a gente não tinha certeza se estava poluindo nosso rio, nosso marisco, mas muita gente tinha medo de comprar. Até nós mesmo tinha esse medo de comer. Mas como nós, depende muito da comida comer ou do rio mesmo [...].

Fala que é reforçada pela pescadora de Canavieiras, Rosimar (informação verbal), onde relata também a dificuldade da venda do marisco após o derramamento e como isso gerou insegurança:

Impactou muito, né? Porque a gente sobrevive do marisco, né? Do Rio. E a gente ficou impossibilitada de ir, de tirar pra vender, pra comer, né? Então foi assim, um momento bem difícil. Sofremos muito com a rejeição do povo, porque a gente levava nossos mariscos pra vender, a gente voltava todo com ele porque o povo não queria comprar. Tinha medo, né? E a gente sobrevive disso, como que a gente ia ficar, né? A venda deles. E aí, além do mais, que a gente era obrigada a comer porque não tinha outra coisa. Mas... Foi difícil.

A vivência relatada pelas pescadoras artesanais do Quilombo do Cumbe também fala diretamente com o vivenciado pelas companheiras das outras comunidades:

Assim como aqui a gente veve da pesca do marisco, embora o óleo não tenha entrado diretamente, mas foi visto alguns vestígios, vestígios de óleo na nossa praia aqui. Então, assim, para a venda do marisco ficou muito difícil para quem vai tirar o marisco. Para quem trabalhou vendendo o pessoal já ficaram todos com medo de comprar tanto o marisco como o peixe. Não só mais nós marisqueiras, mais mulheres, nós também. Os pescadores também tiveram essa dificuldade de vender. E também para comer, né? Porque a gente comia, porque foi ao mesmo tempo bem dizer, não sei se foi primeira pandemia e depois [...] (GAL, informação verbal).

É importante colocarmos, a partir desse contexto das falas supracitadas, que para as comunidades tradicionais pesqueiras, parte do que é pescado é utilizado para as necessidades alimentícias da própria família e o restante que é destinado ao comércio em mercados locais e regionais (COSTA, 2007). Atenta-se que os frutos do mar, como caranguejos, acumulam toxinas de hidrocarbonetos de petróleo e produtos dispersantes que, em tese, podem levar a quadros de intoxicação, se ingeridos. E estes quadros devem ser investigados, pois podem causar danos à saúde física dos sujeitos (ARAÚJO; RAMALHO; MELO, 2020).

Como pudemos observar, as vendas do pescado foram impactadas em todas as comunidades, atingindo fortemente a principal fonte de renda e de alimento das famílias das pescadoras. Um dos motivos, como relatado por elas, foi o receio dos compradores, por acharem que o alimento estaria contaminado. Sobre esse tipo de acontecimento, Won *et al.* (2019) afirmam que desastres ambientais têm impactos mais significativos e prolongados, especificamente no contexto de mulheres, no caso da pesquisa destes autores, sob as perspectivas tanto física, como mental e, igualmente, socioeconômica.

Foi perguntando sobre esses impactos, relacionados à saúde mental das mulheres da pesca, nesse período do derramamento, que muitas relataram acerca das questões mentais, que estas foram o que mais foi afetado, como relatado,

Assim, na mental sempre afeta. Na física não tanto, mas na mental. É aquela preocupação, a preocupação de você não ficar com medo mesmo, de você não ter a quem vender. E não só e não só eu, mas eu via as outras pessoas também, né? Com necessidade, como eu disse, além das mulheres, teve os catadores também de caranguejo, porque tudo faz parte do ecossistema, está lá dentro do Rio. Tinha as pessoas, tinha a dificuldade de vender seu marisco. Não deixa de você se preocupar, não deixa de você ter aquela preocupação com o outro, com você. Como seria? Porque aqui, como nós somos uma comunidade pesqueira e que vive da pesca, uma preocupação muito grande, né? A mortandade, a inexistência do que a gente sempre está lá, diariamente pescando (GAL, informação verbal).

Além disso, os sentimentos gerados diante dessa situação foram de incerteza. A falta de informações foi predominante nas falas das pescadoras

artesanais:

físico eu não senti muito não, mais mental, porque fica aquela sensação de tá ou não tá. Muita gente queria comprar, mas perguntava e não tinha como responder se tava poluído ou não. Eu acho um termo de incerteza, porque a gente nem tinha resposta. Ninguém veio para dar a resposta. Aí se você não sabe porquê, ninguém podia responder (MARIMAR, informação verbal).

E, ainda, mais uma fala:

a física nem tanto, mas o mental sim. Muito, porque a gente que pelo menos eu coloquei na minha mente, eu ficava muito preocupada. Eu só pensava nisso, né? Então mexeu demais, mexeu (ROSIMAR, informação verbal).

Os impactos causados pelo petróleo e seus componentes podem vir a “acumular no solo, nos sedimentos, contaminar a fauna, a flora, a água e, principalmente, os seres humanos” (EUZEBIO; RANGEL; MARQUES, 2019, p. 82). Apresentada, justamente, como uma preocupação e queixa nas falas das marisqueiras era o questionamento de saber se realmente houve contaminação do rio, bem como se o que ocorreu de adoecimentos, na época, foi oriundo do derramamento. Na região cearense, o desastre ambiental contaminou a praia e os bancos de areia que surgem na maré baixa, que são locais essenciais para a mariscagem. Assim como, poluiu, igualmente, o ecossistema manguezal, intensificando os riscos de real interferência dos poluentes nos locais atingidos (MEIRELES *et al.*, 2020; SILVA, 2021).

Pode-se perceber a preocupação das mulheres pescadoras com os problemas acerca dos impactos, em especial, no que tange à falta de informações, bem como análises para atestar a qualidade da água e dos alimentos. Frisamos também o registro na fala delas da falta de atenção à saúde das pessoas da comunidade. Como afirmado por esta pescadora, quando questionada sobre as consequências do derramamento, na sua perspectiva:

Mulher, muita gente aqui... eu sei que eu sei que adoeci, mas ninguém sabe se era do óleo, que a gente comia as coisa, né, o marisco, o peixe, a gente nunca fez um exame, num veio nunca uma pessoa pra, pra dizer assim: “bora fazer um exame pra ver se vocês tão sentindo alguma coisa devido do óleo, do petróleo, que se derramou aí, tá no marisco, tá no peixe, tá ai...”, aí a gente nunca fez um exame pra dizer [...] (LUCIMAR, informação verbal).

Segundo Pena *et al.* (2020), as ações públicas devem fazer o fornecimento da proteção individual e coletiva construídas social e culturalmente, ou seja, a realização de exames médicos preventivos para doenças provavelmente relacionadas

ao trabalho deve ser assegurada. Bem como, posteriormente, a reabilitação profissional, buscando entender os impactos de interferência de agentes externos, como no exemplo das situações de crise ou de desastre. Isso, buscando o aperfeiçoamento das notificações acerca de possíveis doenças e acidentes do trabalho artesanal.

Após o derramamento, as comunidades viveram outra grande crise, que foi a pandemia da COVID-19, como já descrevemos. Com o desgaste já vivenciado de um evento que afetou suas vidas, as mulheres das comunidades se depararam agora com uma realidade ainda mais complexa. O Boletim Epidemiológico do Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, que se utilizou como base uma metodologia quantitativa, realizou o monitoramento do surgimento de casos de COVID19. Recolheu, também, dados referentes ao enfrentamento da referida doença em comunidades pesqueiras por meio de um formulário eletrônico, respondido pelas próprias comunidades, no período de 29 de março de 2020 a 20 de janeiro de 2021. Foram recebidas, então, notificações equivalentes ao número total de 1.223 casos entre suspeitos, confirmados, óbitos e curados nas comunidades de todo o Brasil, como visto na tabela 5 (GRUPO..., 2020).

Tabela 5 - Distribuição dos casos de COVID-19 em comunidades pesqueiras, segundo situação epidemiológica, do período de 29 de março de 2020 a 20 de janeiro de 2021 (GRUPO..., 2020).

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>NÚMEROS DE CASOS</b>	<b>%</b>
<b>Suspeitos</b>	664	54,3
<b>Confirmados</b>	348	28,4
<b>Óbitos</b>	33	2,7
<b>Curados</b>	178	14,5
<b>Total</b>	<b>1223</b>	<b>100</b>

Fonte: Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras (GRUPO..., 2020).

Diante deste cenário, os impactos nos próprios territórios das comunidades perpassaram esferas para além do espaço geográfico. Pois, o território está em uma relação constante com os corpos e, inversamente, mas diretamente proporcional, com a vivência destes para com o território (HAESBAERT, 2020). Assim, o centro da forma de vida desses grupos se torna, justamente, o comunitário, onde o território se torna múltiplo, ressaltando a esfera mais micro, que é o corpo, mesmo dentro do contexto



coletivo (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017). Esse diálogo entre corpo-território perpassa diretamente os enfrentamentos dessas comunidades, que vivenciaram a pandemia de forma específica, a partir desta experiência da própria identidade do corpo estar vinculada ao trabalho.

E além de lidar com as mortes, como afirma Alcione (informação verbal), ao ser questionada sobre os impactos da pandemia na sua saúde mental: “a sequela maior que eu tenho é a perda da minha filha, né? Sim, porque ela, essa daí não vai sarar nunca”. E sobre a possível incapacidade que o vírus da COVID-19 trouxe dela exercer seu ofício, ela relatou: “e hoje vivo desse jeito, não tenho suficiência desse lado no braço, na perna. Pescar eu não posso mais. Então, pra entrar num barco pra ir até encontro nenhum, porque eu não posso me equilibrar” (ALCIONE, informação verbal).

As pescadoras também lidaram com o isolamento social. Isto, apesar de ter atingido, de alguma forma, praticamente todos os tipos de diversos grupos sociais existentes, é importante marcar que afetou as comunidades tradicionais de uma forma muito particular. Isso, porque parte da identidade do ser pescadora é o seu trabalho, como já citamos. O ser/fazer pescadora reside no rio e no ato da pescaria. É uma identidade que se mescla ao seu território e ao seu trabalho. Sem dúvidas é uma identidade, fundamentalmente, territorial (HAESBAERT, 2013). Sobre esse entrelaçamento entre o território e os sujeitos inseridos nele, Almeida (2018, p.33) diz que é “a partir dos territórios nos quais sua identidade e seu ser se conformam, mas também” é importante “compreender como estes locais de vida são, por aquelas gentes, instituídos”.

Continuando, a dificuldade de exercer o ofício da pesca, que é parte da identidade delas como pescadoras, casou impactos na saúde mental, ainda a partir de mais algumas falas, como afirma Doris, ao descrever a dificuldade que foi continuar a exercer suas atividades:

Pois é, assim, nós que sobrevive de marisco, pra nós sair pra outra cidade pra ir vender... E como a gente teve a dificuldade, porque não podia ir. Porque, por exemplo, cascavel, aí lá o mercado tinha sido como se fosse isolado, não podia ninguém vender, né? Então, fica difícil porque a gente tem o marisco da gente. E como é que a gente vai vender, né? Então é assim, a gente vendia, pegava o marisco, guardava em casa, alguém que vinha comprar, a gente vendia uma parte, mas o resto é tudo guardado no freezer, né? Aí pra não estragar, tinha que botar no freezer. Quando ia aparecendo algum comprador, era como a gente vendia (DORIS, informação verbal).

E durante as “tendas de escuta”, várias mulheres pescadoras relataram como se deu o processo da COVID-19 em seus territórios e como a saúde foi impactada, Marina (informação verbal) afirmou que “10 ou 20 cadernos não dá pra anotar o tanto de tristeza”, já Dione (informação verbal) relatou que se sente “o escudo, escudo da minha família e escudo dos meus filhos” e relata possíveis sequelas da doença “me sinto mais esquecida e fiquei mais sensível”.

Com a atenuação da pandemia, no momento seguro para todos, foi possível fazer as visitas para aplicação das entrevistas somente ali em 2022, neste momento foi possível compreender um pouco melhor como que as comunidades pesquisadas foram impactadas, justamente, pela própria pandemia, durante este período mesmo que durou a pesquisa, quando, por exemplo, uma delas afirma que

os territórios já vêm, né, numa insegurança, né, numa desestruturação, numa problemática, como um “desemprego”. Num processo “expulsivo”, né. E aí o que é que acontece? É... a pandemia. Aí vem uma pandemia. Quando a gente sai de um negócio, de uma história de um petróleo que nem se estruturado nós ainda tamo (IARA, informação verbal).

Como já foi falado também, com a chegada da pandemia os relatos foram de falta de informações e, a partir disso, igualmente, houve o medo gerado pelo desconhecido, como afirma Gal (informação verbal), “com a pandemia foi outra dificuldade, né? É assim o medo, né? Porque era uma doença pra todo mundo, era uma doença nova”. Percebemos uma semelhança nessa narrativa compartilhada por Marimar (informação verbal): “eu tenho medo. Aquele medo absurdo... porque no começo eu achava que se pegasse morria... tá pensando se teu filho adoecer, tu vai poder ficar no hospital? Aí eu fiquei até meio depressiva”.

Todas as entrevistadas tiveram COVID-19 e quando questionadas sobre como a doença impactou na saúde delas, responderam, por exemplo, que “vem o medo da doença, vem o medo das necessidades que vem, vem o medo do seu familiar, do seu parente pegar. E isso com certeza mexia com psicológico da gente”. (GAL, informação verbal). Já na fala de Marimar (informação verbal), ela afirmou que “isso mentalmente me impactou. Você ouvir de tudo isso nessa coisa de isolamento, desse medo”. E na narrativa de Rosimar (informação verbal) as consequências das perdas para a doença “até hoje deixaram sequelas. Na parte do mental a gente não esquece. A gente quando lembra, a gente lembra com muita tristeza. E sem contar as amizades que a gente perdeu, né?”.

Além disto, as pescadoras entrevistadas relataram diversos outros

sentimentos negativos oriundos do período da pandemia, como afirma Alcione ao relatar como se sente no seu dia a dia, após passar 20 dias entubada e 45 internada:

Tenho um problema na cabeça que eu já me consultei várias vezes e o médico diz que é da COVID. Tem hora que eu tô bem. Tem dia que se tiver um barulho dá vontade de correr no mundo. Parece que entra alguma coisa na minha mente que eu ainda não sei explicar o que é. É muito difícil, muito, muito complicado. Eu me sinto muito aperreada porque não posso trabalhar, vivo de ajuda, um me dá isso, outro aquilo, nunca paguei nada e o meu povo de dentro de casa é quem vai me mantendo. Isso pra mim não é fácil (ALCIONE, informação verbal).

Já, Lucimar, inclusive, nomeia como depressão o sentimento vivenciado por ela durante as dificuldades desse período pandêmico

Aí é como se fosse já um começo de depressão, né, eu me sentia assim, quando era de noite, se eu sentisse qualquer coisa, assim, enfado ou dor, dor do movimento da vida, né. Aí quando era de noite eu ia me deitar, eu me lembrava... Eu achava que tava. Já era coisa da cabeça, né? Aí eu disse “quer saber de uma coisa? Acho que eu não tô não, porque eu não tô sentindo nada!”. Aí eu comecei esquecer aquele negócio, convivia com os que tava e os que tava não sentia o que eu tava sentindo, que era, era aquele medo, aquela coisa, né, quem tava, quem não tava e eu pedia muito a Deus que eu não pegasse isso, aquilo outro, mas era o começo já de depressão, já também (LUCIMAR, informação verbal).

O sentimento descrito por Lucimar, já é comum em mulheres que vivem em localidades rurais, como afirma Furtado *et al.* (2019) em pesquisa realizada na Paraíba, no qual entrevistou 608 mulheres e encontrou prevalência de TMC entre as participantes em uma porcentagem de 31,6%. Os sintomas principais apresentados pelas mulheres, desta pesquisa, foram referentes ao humor depressivo e ansioso como nervosismo/tensão/preocupação constante (87%) e tristeza (69,8%).

Nesse contexto, temos ainda mais uma fala de Lucimar que reitera isso, quando ela diz que há um sentimento de

um desprezo, né, que você não pode vir até aqui. Todo dia a gente toma o café junto. Aí pra num vir almoçar, conversar, até aquele horário de hora de dormir, né. Aí é o quê? Se você for botar na cabeça, minha fia, você morre bem “ligeirim”. Ou morre ou vai pro hospício (LUCIMAR, informação verbal).

Ainda segundo Furtado *et al.* (2019), as mulheres que apresentam maior predisposição ao TMC, geralmente são aquelas que demonstram relação com condições de vida e vivências de situações estressoras. E, no contexto desta

pesquisa, recolhemos que diante de dois grandes eventos críticos, as mulheres pescadoras enfrentaram desafios significativos para manutenção da sua saúde física e mental. E mesmo diante desse cenário, os tipos de enfrentamentos criados por elas foram diversos e importantes para a sustentação da vida e do trabalho nessas comunidades. Sendo esta pesquisa e, principalmente, os registros das falas delas (apontadas, em sua maioria, justamente, após as duas crises desastrosas que aqui estamos investigando os possíveis efeitos, a saber, derramamento de óleo e pandemia do COVID-19), identificadas, já como um processo de resistência e deslocamento diante dessas intempéries.

#### **4.3 Marés de força: Estratégias de enfrentamento diante dos cenários de crise.**

As pescadoras das comunidades do Sítio Jardins, em Fortim – CE, além de sofrerem com os impactos do derramamento do óleo, têm em seus desafios cotidianos, os fortes conflitos com a especulação imobiliária na região, privatização de terras públicas e empreendimentos turísticos, dentre eles a privatização da Ilha do Pinto e o assoreamento do Rio Jaguaribe (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021).

Nas comunidades do Quilombo do Cumbe e das Canavieiras, em Aracati – CE, apesar de serem localidades próximas, vivenciam-se conflitos, inclusive, diferentes da comunidade do Sítio Jardins. As comunidades também foram impactadas com os dois eventos (derramamento e a COVID-19), como já vimos acima, no texto. Porém, estas, em adição a isto, tiveram que lidar com a carcinicultura em torno do seu território e a instalação e funcionamento de um dos maiores parques eólicos do Ceará.

A carcinicultura nas comunidades se torna um agente exploratório que tem causado forte impacto negativo na região do Rio Jaguaribe. Com um crescimento significativo no Ceará e se tornando uma prática cada vez mais comum no litoral, os empreendimentos geralmente são construídos em áreas protegidas por lei, como os manguezais e muitas vezes apresentam irregularidades nas licenças ambientais (JOVENTINO; MAYORGA, 2009). Sua estrutura de lançamentos dos efluentes, sem o tratamento correto, nos rios e lagoas, causam impactos severos no ambiente e no desenvolvimento das atividades dos povos da maré. Com evidência especial, aqui nesta pesquisa, nas mulheres pescadoras que têm seu ambiente de trabalho

contaminado ou com acesso dificultado por estas estruturas como relata Carvalho *et al.* (2014).

As ações de enfrentamento, por parte externa, diante desse tipo de intempérie, foram questionadas pelas mulheres. Os relatos delas são, justamente, de pouca ação do poder público. Por outro lado, de fortemente uma articulação das próprias comunidades, em busca de alguma possibilidade de resolução desses conflitos.

Uma das falas traz que:

olha, nós fizemos várias ações junto com o MPP, que é um movimento de pescadores, várias ações com as outras comunidades também, que vinham se mobilizando de tipo de enfrentar, de saber quem tinha cometido esse crime, de postar na rede da gente, da gente estar também vigiando onde estava essa aqui. Quando chegou aqui na praia, fomos nós, pescadores, que demos de conta de avisar pra prefeitura. Por conta desse monitoramento que a gente ficou fazendo no nosso território foi que foi colocada uma rede de contenção, né? Aqui na Boca da Barra, que como eu disse é entrada, né? E aí vários movimentos nesse sentido mesmo, sabe? E também de procurar, de saber junto com as outras pessoas, de denunciar, de estar vendo, de buscar o direito da gente como pescador, levar esse tipo de movimento. A gente participou com outros povos e com movimentos também (GAL, informação verbal).

Porém, elas contaram também com ações de entidades que atuam no acompanhamento, proteção e suporte a essas comunidades, dentre elas o Instituto Terramar, que é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos de caráter socioambientalista. Esta associação busca contribuir para a Justiça Ambiental na Zona Costeira do Ceará. Sua atuação está voltada, principalmente, para a garantia de direitos coletivos e individuais de comunidades tradicionais costeiras do Ceará, em especial os direitos desses indivíduos ao meio ambiente, ao território, à diversidade cultural, ao trabalho e ao exercício político (INSTITUTO TERRAMAR, 2022).

Desde seu surgimento, que foi em 1993, o Terramar colabora, sobretudo, na formação e organização popular, em práticas coletivas locais comprometidas com a afirmação dos territórios tradicionais costeiros e na conservação ambiental dos ecossistemas marinhos. Tem como metodologia de atuação a formação política, o apoio às causas comunitárias e a afirmação dos modos de vida e trabalho dos povos da Zona Costeira. Estão presentes, ainda, na prática institucional, o trabalho em rede e a articulação de parcerias, que é uma das fortalezas da associação, construindo visibilidade e alianças em defesa dos direitos e da justiça social e ambiental. (IDEM).

Atuando em territórios de conflitos socioambientais e a partir da presença

direta nas comunidades, o Terramar reconhece que esses conflitos e as injustiças socioambientais possuem impactos diferenciados, marcados por desigualdades e injustiças históricas, como a discriminação racial e étnica. Assim, a instituição compreende que construir justiça ambiental implica também em desconstruir culturas de violência, como o machismo e a homofobia. Esta entende também que a formação política das mulheres e da juventude é fundamental para a democratização das lutas sociais, das políticas públicas, do acesso ao trabalho e das vivências comuns gerais do cotidiano. A atuação do Terramar em conjunto com o CPP foi essencial nesse período e colaborou na construção de estratégias de enfrentamento construídas pelas comunidades. Como afirma Marisol (informação verbal):

Aí a sorte também que a gente teve várias ajudas que por trás das entidades do CPP, do Terramar, isso foi amenizando um pouco, né? E junto também aqui com a Associação Quilombola do Cumbe que compartilhava também o que eles recebiam com a gente. E eu tava procurando colocar a gente assim pra ajudar, né? Compartilhar tudo.

Além do apoio das instituições e entidades, percebemos que, justamente, o enfrentamento e organização das comunidades em torno disto foi o que fez uma diferença significativa no cenário do combate às consequências do derramamento de óleo, como é descrito por Nina (informação verbal), da comunidade de Canavieiras:

A estratégia era sempre a vigília, né? A gente, o povo aqui do quilombo, eles ficavam sempre na vigília e a gente sempre estava ajudando, né? Como fazer pra poder que esse petróleo não chegasse no nossos Rios e nas nossas praias, né? Então teve a vigília, né não? Ficar olhando, olhando mesmo pra ver se chegava o petróleo no mangue, os peixes “morto” ou se tava morrendo os animais, né? Teve toda essa contenção e teve também uma barreira que foi botada, que era para não chegar até às praias.

Já na comunidade do quilombo do Cumbe, Iara (informação verbal) ressalta, dentro do contexto da importância do ofício para a identidade das mulheres, como as estratégias de enfrentamento foram importantes, justamente, ainda, na manutenção dessa identidade:

Porque geralmente resume a sua vida a aquele território, aquele mangue, aquela... aquela... aquele lugar que foi afetado, né? Porque dali ele extrai tudo, né? Ali tem história, ali tem identidade, ali tem... ali tem alimento, ali tem renda, então é um, é um conjunto de coisas que, que você pode perder. E... e era isso que a gente sentia, né? E era, era isso que eu sentia também... Porém, a gente vinha num processo mais, digamos, de monitorar o território, de vigi... vigilha mesmo, né?

No cenário da COVID-19, para lidar com a propagação da doença, uma das estratégias de enfrentamento foram as barreiras sanitárias, como afirma uma das pescadoras do Sítio Jardins: “a associação fez barreira pra não entrar tudo na comunidade. Fechou os dois ‘jardins’... aí fecha o restaurante, fecha tudo pra não ficar entrando e saindo”. (informação verbal). No Cumbe também foram feitas barreiras, porém, os desafios foram, ainda outros, como relata Gal (informação verbal):

A gente fez essa barreira sanitária, né. As pessoas não podiam entrar, mas as pessoas acham que interior é aberto. A gente aqui tinha praia na época, tinha lagoa, então, as pessoas não tinham mais... Não podia fazer isso dentro da cidade, vinha pra dentro do clube e acha que o convite tava livre, então era uma festa nas lagoas, era uma festa nas praias.

Essas estratégias, apesar de enfrentarem desafios, segundo relato das pescadoras, ao mesmo tempo, reforçam também que a grande maioria das pessoas das comunidades se ajudaram e utilizaram-se do apoio e a força adicional das entidades para contribuir com as estratégias que elas mesmas já estavam engendrando. Pois, justamente, além do apoio das instituições, durante as visitas nas comunidades, foi possível observar a rede de apoio entre as próprias famílias, como já dissemos. Por exemplo, durante o processo de beneficiamento, as mulheres revezavam entre si com relação ao cuidado com as crianças, a alimentação dos demais. De modo que o processo de trabalho não parasse e as atividades domésticas e familiares de cada uma pudesse continuar tendo algum suporte por parte da comunidade como um todo.

Vale ressaltar que o processo de beneficiamento em si vai além do tratamento e produção dos mariscos para consumo, se torna também um momento de fortalecimento de vínculos, de troca e confraternização entre as diversas gerações presentes. Isso foi possível enxergar a partir dos diversos diálogos e movimentos por parte das pescadoras artesanais assistidos pelas pesquisadoras, durante o processo de trabalho. Durante esse momento, as mulheres compartilharam, muitas vezes, dificuldades do dia a dia, os enfrentamentos diante das situações de crise vivenciadas, as alegrias e as conquistas. E estas não apenas delas, mas da família e da comunidade. Esse lugar de pertencimento é muito presente nas falas de todas e este pertencer não é apenas do ser, mas do estar no mundo a partir do contexto específico delas, que envolve marcas como o mar e o trabalho com os mariscos. Ou seja, é ser e

estar em um mundo particular, no qual elas o conhecem como o seu lugar de origem e, a partir disso, poder se reconhecer a si mesmo como pessoa, a partir dos outros membros do grupo (KOURY, 2001).

Esse pertencimento é fortalecedor da identidade do trabalho feminino de pesca. Essa identidade cultural tem como característica o sentimento, então, de reconhecimento dos aspectos específicos dos afazeres e respectivos enfrentamentos característicos da comunidade (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2020). Relembrando que as três comunidades visitadas têm suas particularidades, seus fortalecimentos e enfrentamentos distintos, porém trazem em suas vivências, costumes e cultura a relação de apoio, em sua grande maioria, entre membros. Como afirma Iara (informação verbal), ao dizer que “o território é muito dinâmico e a gente vai na dinâmica que... que... que nossos antepassados, que nossos pais e... né... eles que conduziram. Nós vamos nessa condução também”. Temos, neste sentido, os exemplos percebidos acima da união do povo no fortalecimento das barreiras sanitárias, com relação à pandemia, e nos rodízios de vigílias, com relação ao derramamento de óleo.

As mulheres assumem, neste movimento, então, uma forte liderança e protagonismo na manutenção e perpetuação desse fazer, ou seja, da rede de apoio. Como reforça Iara, ao falar dos enfrentamentos, ela diz que é “tudo na base da luta”. (informação verbal). E podemos observar isso também no relato de Doris, quando narra a importância da união na comunidade:

a gente viu que foi uma coisa que quando a gente se uniu, a comunidade viu que ali a gente criou força. Porque um se ajuntando com outro, ali a gente quer uma força. Se fosse só dois, não. Mas tinha uns carros que já não queria respeitar. Mas quando a comunidade se reuniu... Aí já viu que ali já tinha mais gente apoiando e tinha mais força, né? Aí foi uma coisa assim, que a gente nem acreditou, porque nós “mora” na nossa comunidade, mas depois que a gente se reuniu, aí viu que unindo a força é maior, né? (informação verbal).

O reconhecimento das contribuições das mulheres nas organizações das comunidades pesqueiras se fortaleceu, na medida em que os resultados positivos dessas associações e enfrentamentos, se tornaram mais palpáveis. Em algumas comunidades, enquanto os maridos estavam ausentes das associações comunitárias, pois não acreditavam que o debate e, muitas vezes, a luta, dessem resultados, a participação feminina aconteceu e a liderança de algumas mulheres (a exemplo da



Maria Odete de Carvalho Martins, no Batoque, da Dona Francisca Ferreira Pires, no Balbino e da Marlene Fernandes de Lima, na Prainha do Canto Verde) foram fator importante e diferencial para a consolidação do movimento de resistência das comunidades pesqueiras artesanais a essas situações de conflitos e/ou desastres (LIMA, 2006). No caso das comunidades desta pesquisa, foi possível observar também as lideranças femininas tanto à frente das associações, como também das próprias atividades domésticas das famílias mesmas.

Em eventos como a pandemia, que impactou todas as esferas da sociedade, na dimensão acadêmica não foi diferente. Esta pesquisa também sofreu com esta emergência de saúde pública e as respectivas restrições geradas a partir desta para a manutenção da vida. Devido à pandemia, então, é importante ressaltar mais uma vez aqui, que não foi possível o contato presencial com as comunidades durante um longo período, pois este trabalho decorreu sempre respeitando as medidas de segurança e os limites das próprias comunidades, mantendo sempre, no caso, contato com as articuladoras. Tendo em vista isso, buscamos nos inserir em iniciativas que se voltaram para o enfrentamento da COVID-19 nas comunidades, as ações voltadas para atividades online, onde pudemos estar presentes, de alguma forma, observando e dialogando com comunidades, não só do Ceará, mas de todo o Nordeste.

Dentre os empreendimentos para o enfrentamento desses eventos geradores de tantos impactos nas comunidades, houve a criação do Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, este formado por pescadores e pescadoras de todo o país, junto com cientistas e apoiadores da pesca artesanal. Este foi um movimento importante que monitorou os impactos e discutiu os enfrentamentos à COVID-19 nas comunidades pesqueiras (GRUPO..., 2020b).

Criado em março de 2020, o Observatório tenta preencher a lacuna da incipiência de coleta de informações realizadas pelos poderes públicos relacionados aos grupos de pesca artesanal. Pois, desde os últimos crimes ambientais, como os de “Mariana”, “Brumadinho” e, mais recentemente, com o óleo nas praias do nordeste e de parte do sudeste do Brasil, estes grupos de pescadores têm sido profundamente impactados na saúde e na parte econômica, com graves consequências sociais, cujos impactos ainda não estão devidamente dimensionados (IDEM).

O Observatório realizou boletins diários e epidemiológicos, com a situação das comunidades. Articulou-se também com comunidades de todo litoral do nordeste e lançou a “Cartilha: O que os pescadores e pescadoras artesanais precisam saber sobre o Coronavírus (Covid-19)?” (2020b), sobre como evitar a contaminação pelo Coronavírus ou sobre como realizar a pesca nesses tempos de pandemia. E realizou ainda encontros intitulados “observatório escuta”, onde cada encontro tinha uma temática voltada para a escuta das demandas das comunidades acerca do vivenciado na pandemia.

É fundamental colocar, aqui, que as informações que subsidiam a sistematização elaborada pelo Observatório, foram colhidas através da colaboração dos próprios pescadores artesanais, que enviaram os dados através das redes sociais e de um formulário na Internet. Os espaços nos quais nos inserimos foram as tendas de escuta, que se caracterizaram por ser um grupo online, com temáticas que surgiam de acordo com os boletins enviados ao Observatório. Em cada encontro, o convite era feito a todas e todos os pescadores das comunidades de todo o Brasil. Foi possível reencontrar, inclusive, parceiras de articulação desta pesquisa, momento importante e potente, pois foi um espaço que era de acolhimento e luta. Ao ouvir as falas, principalmente as das mulheres que relatavam o que estava sendo vivenciado por elas nas comunidades e as dificuldades enfrentadas, este foi um ponto nodal para o andamento da força desta presente pesquisa. Neste sentido, segundo Altvater (2007), as ONGs, os movimentos sociais e as novas práticas científicas e institucionais têm seu papel fundamental no desenvolvimento de novos caminhos para a democracia e para criação de novos modos de se relacionar com o ecossistema.

Durante esses encontros, as temáticas foram diversas, geralmente com foco na dimensão do feminino e nos encontros das comunidades durante a pandemia. Participaram representantes de comunidades na Bahia, Ceará, Pará, Maranhão, dentre outros. Durante os grupos, todas tinham fala aberta para falar sobre o tema da tenda ou somente relatar mesmo o que estava sendo vivido. Sobre a COVID-19, um dos relatos foi que “as mulheres estão à frente das lutas e infelizmente a renda caiu, estamos dependendo de cestas básicas” (pescadora da Bahia, informação verbal). Como estratégia diante da insegurança alimentar, as hortas comunitárias e a produção do próprio alimento foi algo que mitigou um pouco os danos da perda de renda, segundo algumas questões discutidas nas reuniões.

Nos encontros das tendas, houve sempre um momento em que uma das

mulheres pescadoras presente fazia um canto e puxava para que todos os presentes também cantassem. Uma das músicas ressaltava a força das águas, a força de oxum e um trecho diz “homem, menino, menina, mulher/Toda essa gente irradia magia”. Nesse momento, o grupo, que aconteceu online, ganhava formas de presença e pertença para além do espaço de isolamento social no qual vivíamos na época. Expressões artísticas como cantos, danças e tipos de comidas fazem parte da construção de sentido e identidade das marisqueiras. Essas expressões estão atreladas ao conhecimento delas acerca da natureza e seus signos. Esses momentos produzem a identidade local, repassando e educando as gerações seguintes com esses modos de conhecimentos singulares pertencentes a cada comunidade (FELDENS; NASCIMENTO; SANTOS, 2012).

Foi perceptível, nas narrativas, os desafios enfrentados por cada comunidade em busca da manutenção da vida dos seus. Na fala de uma pescadora da Bahia, registramos uma frase que impactou quando foi dito que “pescador e marisqueira é sofredor demais, por isso tem muita coisa pra falar” (informação verbal). Ao mesmo tempo, porém, durante as falas, ficou mais evidente ainda as estratégias de enfrentamento, como, por exemplo, a partir do apoio das ONGs com as cestas básicas, realizaram-se, ainda, outras atividades como crochê, costura e “cuidar das plantas” como atividades, justamente, para ajudar na saúde mental mediante o isolamento social.

## 6 CONCLUSÃO

Os resultados do estudo nos permitiram compreender quão significativa e autêntica é cada comunidade, suas características, suas vivências e seus respectivos enfrentamentos, bem como a resiliência e organização das mulheres de cada comunidade. A importância das associações comunitárias e suas ações de vigilância, atuando como guardiãs dos ecossistemas e alertando a presença de indicadores de adoecimentos dos Biomas. Nesse caminho, então, permitindo a protagonização de lutas em prol da proteção de territórios.

Como exemplo, podemos citar que foram os pescadores e pescadoras os primeiros a identificarem as manchas de petróleo. Eles organizaram equipes para a retirada do petróleo cru do mar, o que colocou em risco a saúde de todos os envolvidos, já que não tinham equipamentos de proteção apropriados. Assim como, no cenário pandêmico, criaram barreiras sanitárias em seus territórios, se expondo a situações de violências, inclusive, como vimos em uma das falas, pelos tensionamentos gerados.

Além disso, as organizações da sociedade civil, tais como o Instituto Terramar e a Comissão da Pastoral da Pesca (CPP), fazem parte da rede que fortalece as comunidades. Essas instituições auxiliam na visibilização de suas demandas, organizando audiências públicas para criar uma agenda política em prol da manutenção da vida das pescadoras e pescadores, colaborando para que os modos tradicionais de respeito com o meio ambiente e sustentação dos ecossistemas sejam mantidos. Muitas vezes substituem mesmo o estado, em momentos críticos, quando foram necessárias ações emergenciais, tais como distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas para estas populações.

O estudo demonstrou uma possível articulação da rede de cuidado em saúde de modo horizontal, colaborativo e sistêmico, que favorece um encontro de saberes entre a vigilância popular em saúde, feita pelos próprios pescadores e pescadoras e a vigilância em saúde do estado. Essa articulação torna plausível estratégias a serem adotadas para garantir o melhor manejo da saúde em cenários de crise como a pandemia de COVID-19 e o derramamento de óleo.

É importante ressaltar, a carência de estudos voltados à análise da saúde mental de comunidades tradicionais que sofrem sistematicamente com as situações de conflitos socioambientais. E estes trabalhos são fundamentais, visto que essa

conjuntura é agudizada em cenários de crise tais como, justamente, o do derramamento de óleo e o da COVID-19, assim como diversos outros tipos possíveis de conflitos e/ou outros desastres socioambientais, como vimos, brevemente, aqui também neste trabalho, através da referência ao Mapa de Conflitos (NÚCLEO..., 2023).

Essa lacuna nos conhecimentos foi produzida, por exemplo, pela insuficiência de pesquisas envolvendo a integração de dados sobre a exposição ao petróleo com abordagem de amostras ambientais (água, ar e solo). Bem como, temos apenas um número de tímidas pesquisas sobre os sintomas autorreferenciados de sofrimento psíquico. Estes fatores são fortes impedimentos para uma compreensão mais profunda sobre o impacto desse tipo de evento à saúde mental.

A carência de pesquisas sobre desastres que envolvem países em desenvolvimento e, sobretudo, as comunidades tradicionais, refletem de forma diretamente proporcional na demanda pouco visibilizada, pelas redes de atenção à saúde, nestes locais. Com isso, esta pesquisa contribuiu com ampliação dos aportes teóricos e com a literatura sobre o tema no sentido de abordar saúde mental das populações pesqueiras, precisamente as mulheres, que geralmente não são abordadas nos poucos estudos que existem sobre a temática.

Esses aspectos apontam para a necessidade de aplicação de protocolos de acompanhamento da saúde mental longitudinais e, imediatamente, após desastres dessa magnitude, a fim de medir de forma um pouco mais adequada o impacto desse tipo de evento à saúde mental das populações tradicionais.

A falta de evidências também reflete no desconhecimento dos profissionais de saúde para os sinais e sintomas de intoxicação por substâncias neurotóxicas encontradas no petróleo. Estas ainda podem estar presentes, inclusive, em todo o ecossistema em que as comunidades vivem e estão expostas, seja pela ingestão de animais ou pelo contato com a pele. Este aspecto aponta, também, então, para a necessidade de formação e qualificação dos profissionais das redes de atenção em saúde para que contribuam melhor para o atendimento das demandas dessas populações.

Outro fator que merece atenção, igualmente, é a necessidade de uma maior integração da vigilância em saúde ambiental e da vigilância em saúde do trabalhador. Visto que desastres ambientais afetam não só a população em geral e os ecossistemas, mas também trabalhadores de comunidades tradicionais

historicamente invisibilizados pelas políticas públicas de saúde dos estados.

Para esse e outros âmbitos da saúde recomenda-se, com base na experiência observada, a produção de materiais informativos, como as cartilhas trabalhadas aqui, sobre como evitar a contaminação pelo Coronavírus e sobre como realizar a pesca nesses tempos de pandemia. Ou mesmo sobre como agir diante da possível identificação de manchas de petróleo, pois garantiram um melhor preparo da população. Apostamos, aqui, também, que essa maior produção futura poderia garantir ainda mais essa segurança na saúde dos povos tradicionais.

Temos também o registo da criação de boletins diários e epidemiológicos aliados à produção de dados locais, baseados na realidade e cotidiano dos territórios. Acreditamos que estes podem, ao longo do tempo, contribuir para a diminuição da invisibilização das demandas de saúde no Sistema Único de Saúde. Assim como, podem garantir um melhor controle social do surgimento de necessidades provenientes dos povos tradicionais. Ou seja, esses documentos são importantes ferramentas para as políticas públicas em saúde.

Ressalta-se também a importância do retorno das informações das análises para as comunidades, para que a ponte entre a pesquisa acadêmica e os grupos comunitários se fortaleça cada vez mais. Para que nossos trabalhos cumpram seu papel social de dar retorno à sociedade diante das relações que estão sendo estudadas. Aqui, a saber, a relação que percebemos entre situações de crise e problemáticas envolvendo a saúde mental de pescadoras pertencentes a comunidades tradicionais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Apresentação: conflitos ambientais – a atualidade do objeto. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALBERT, O. N.; AMARATUNGA, D.; HAIGH, R. P. Evaluation of the impacts of oil spill disaster on communities and its influence on restiveness in Niger Delta, Nigeria. **Procedia engineering**, v. 212, p. 1054-1061, 2018.

ALMEIDA, Ana Carolina Brolo de. **Diálogos entre as gentes do mar e o estado: regulação e regularização dos territórios tradicionais pesqueiros**. 188 p. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2018.

ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico. *In*: BORON, A.A, AMADEO J., GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Ciudad de Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

AMÉRICA DO SUL. Relatório Como tudo começou? A gênese da crise da Pandemia de Covid-19 na América do Sul. **Revista Espirales**, p. 24-77, 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2324>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ANDREOLI, Vanessa Marion. **Natureza e pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR**. Dissertação em Sociologia (Curso de Pós-Graduação em Sociologia), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2007.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 5, n. 3, p. 337-348, set. 2005.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CPP NACIONAL. Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil. **Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP**, Pernambuco, mar. 2015. Entrevista concedida ao CPP.

AUGUSTO, L. G. da S. *et al.* Desafios para a construção da “Saúde e do Ambiente” na perspectiva do seu Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4081-4089, out. 2014.

AYER, Lynsay *et al.* Behavioral health of Gulf Coast residents 6 years after the Deepwater Horizon oil spill: the role of trauma history. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, v. 13, n. 3, p. 497-503, 2019.

BARARI, Soubhik *et al.* Evaluating COVID-19 public health messaging in Italy: Self-reported compliance and growing mental health concerns. **MedRxiv**, 2020. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.03.27.20042820v2.full-text>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BARBISCH, D.; KOENIG, K. L.; SHIH, F.-Y. Is there a case for quarantine? Perspectives from SARS to Ebola. **Disaster medicine and public health preparedness**, v. 9, n. 5, p. 547-553, out. 2015.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARROS, S.; MEDEIROS, A.; GOMES, E. B (Org.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021**. 2. Ed. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BLAIKIE, P. M; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B. Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres. Ciudad de Panamá: Red de estudios en Prevención de desastres em América Latina, 1996.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto editora, 1994.

BOLETIM Observatório Fiocruz COVID-19: **Boletim especial: balanço de dois anos da pandemia Covid-19: janeiro de 2020 a janeiro de 2022**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. 29 p.

BRASIL. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Presidência da República: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 7 fev. 2007. 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 18 jun. 2023.



BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. IBGE. Openstreet Map. Vistorias em campo realizadas por IBAMA, ICMBio, Marinha do Brasil, Defesa Civil, Prefeituras Municipais e Instituições Parceiras. **Localidades afetadas**. 2019a. 1 mapa, color. Escala 1:300.000. Disponível em:

[http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/2019/manchasdeoleo/2019-11-24\\_LOCALIDADES\\_AFETADAS.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/2019/manchasdeoleo/2019-11-24_LOCALIDADES_AFETADAS.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

**Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 29 jun. 2009. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm#art37](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm#art37).

Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.902, de 13 de Novembro de 2019. Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. **Presidência da República**, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 de novembro de 2019b.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília, DF, 2010. Disponível em:

[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est\\_2010\\_nac\\_boletim.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2010_nac_boletim.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Relatório do Sistema Informatizado do Registro Geral de Atividade Pesqueira. 2019c. Disponível em:

<[https://sisrgp.dataprev.gov.br/rgp/web/sargp/index.php/atividade\\_pesca\\_profissional/atividade/create](https://sisrgp.dataprev.gov.br/rgp/web/sargp/index.php/atividade_pesca_profissional/atividade/create)>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Políticas de Saúde. Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância em Saúde: monitoramento das manchas de óleo no litoral do Nordeste. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 50, n. 32, 2019d. Disponível em:

[https://www.irrd.org/wp-content/uploads/2019/10/Boletim\\_epidemiologico\\_SVS\\_32.pdf](https://www.irrd.org/wp-content/uploads/2019/10/Boletim_epidemiologico_SVS_32.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

BROOKS, Samantha K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CURY, Eduardo Luiz. Desenvolvimento, mercado de trabalho e distribuição de renda. Diferenças entre Norte e Sul da América Latina entre 1990 e 2010. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Paraná, v. 34, n. 124, p. 55-72, 2013.

CÂMARA, Samuel Façanha *et al.* Socioeconomic vulnerability of communities on the Brazilian coast to the largest oil spill (2019–2020) in tropical oceans. **Ocean & Coastal Management**, v. 202, p. 105506, mar. 2021.

CAMPOS, Laize Aparecida Nunes Lopes *et al.* Coronavírus: impacto das políticas públicas na prevenção contra a disseminação do SARS COV 2 no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 97184-97198, 2020.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, Ingrid Gil Sales *et al.* Por um diálogo de saberes entre pescadores artesanais, marisqueiras e o direito ambiental do trabalho. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4011-4022, oct. 2014.

CAVALCANTI, Joanna Amarante Silva; WANDERLEY, Bárbara Evelyn Baracho. Os Pescadores e as Marisqueiras/pescadoras Artesanais em Tempos de Covid-19. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 493-510, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7778>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CEARÁ. Governo do Estado. Cientista-chefe em meio ambiente. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Programa Cientista-Chefe. Programa Cientista-Chefe Meio Ambiente. Secretaria Do Meio Ambiente Do Estado Do Ceará (Sema). Atualização sobre o reaparecimento de manchas de óleo nos municípios litorâneos do Ceará em 2022. **Superintendência Estadual Do Meio Ambiente (Semace)**, Fortaleza, 09 fev. de 2022a.

CEARÁ. Governo do Estado. Cientista-chefe em meio ambiente. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Programa Cientista-Chefe. Programa Cientista-Chefe Meio Ambiente. Secretaria Do Meio Ambiente Do Estado Do Ceará (Sema). Atualização sobre o reaparecimento de manchas de óleo nos municípios litorâneos do Ceará em 2022. **Superintendência Estadual Do Meio Ambiente (Semace)**, Fortaleza, 18 fev. de 2022b.

CERQUEIRA, Walter Ramos Pinto *et al.* Registro de petróleo em poríferos e cnidários durante o impacto agudo de derramamento no Nordeste brasileiro em 2019. **Scientia Plena**, v. 16, n. 8, 2020.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178848>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CLOT, Yves. Teoria na clínica da atividade. *In: Interpretando a atuação: um desafio teórico*. Presses Universitaires de France, p. 17-39, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional da Saúde (CNS). **Diário Oficial da União**, [S. L.], nº 12, quinta-feira, 13 de junho de 2013, Seção 1, p. 59. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

COORDENAÇÃO OPERACIONAL. Coordenação Operacional do Plano Nacional de Contingência. Incidente de poluição por óleo na costa brasileira. **Relatório Final**. Rio de Janeiro, 2020.

CORDELL, John. Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia. *In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Org). Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001.

CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. *Lockdown* ou vigilância participativa em saúde? Lições da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 124, p. 5-10, jan-mar. 2020.

COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra; LEITE, Jáder Ferreira. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 19, n. 2, p. 145-154, 2014.

COSTA, R.S. **Desafio da Sustentabilidade Pesqueira: Ações Compartilhadas e Avaliação de Resultados na Pesca de Pequena Escala**. 2007. 60 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Pesca) – Universidade Estadual do Maranhão, Maringá, 2007.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **International Geosphere-Biosphere Programme Newsletter**, v. 41, p. 17-18, 2000.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. **SOLAR, Revista de Filosofía Iberoamericana**. v. 12, ano 12, jan. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/326446571\\_UNA\\_MIRADA\\_MUY\\_OTRA\\_A\\_LOS\\_TERRITORIOS-CUERPOS\\_FEMENINOS\\_1\\_A\\_very\\_other\\_gaze\\_at\\_the\\_territories-female\\_bodies](https://www.researchgate.net/publication/326446571_UNA_MIRADA_MUY_OTRA_A_LOS_TERRITORIOS-CUERPOS_FEMENINOS_1_A_very_other_gaze_at_the_territories-female_bodies). Acesso em: 29 jun. 2023.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Paraná: Editora UFPR, n. 7, p. 69-76, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3044/2435>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DANTAS, Marcelino Soyinka Santos. **A vida comanda o rio: etnoecologia dos pescadores de três comunidades do rio Cuieiras, Baixo rio Negro, AM.** 2010. 85f. Dissertação (mestrado) – INPA, Manaus, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, p. 95, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** São Paulo: NUPAUB, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.) *et al.* Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In:* BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, p. 66-82, 2008.

DUARTE, Michael de Quadros *et al.* COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3401-3411, 2020.

EUZEBIO, C.S.; RANGEL, G.S.; MARQUES, R.C. Derramamento de petróleo e seus impactos no ambiente e na saúde humana. **RBCIAMB**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 79-98, 2019.

FALCÃO, Ila Rocha *et al.* Fatores associados com os distúrbios musculoesqueléticos em pescadoras artesanais/marisqueiras em Saubara, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2557-2568, jul. 2019.

FARO, André *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. 2018. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 4, 2018. DOI: 10.29397/reciis.v12i4.1527. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1527>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FEAGIN, J. R.; FEAGIN, C. B. **Discrimination American Style: Institutional Racism and Sexism.** Mlabar, Filadelfia: Robert E. Krieger, 1989.

FELDENS, Dinamara Garcia; NASCIMENTO, Ana Cristina do; SANTOS, Aldenise Cordeiro. Rua da Palha e suas marisqueiras quilombolas: o feminino, ritual, cultura e a educação. *In:* VI Colóquio Internacional: Educação Contemporaneidade. **Anais...** 2012. São Cristovão, set. 2012.

FURTADO, F. M de S. F. *et al.* Transtornos comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatas. **Saúde e Pesquisa**, v. 12, n. 1, p. 129-140, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n1p129-140>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GATTO, Luiz Carlos Soares. **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jaguaribe**. Salvador: IBGE, 1999.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.

GOLDBERG, D.; GOODYER, I. M. **The origins and course of common mental disorders**. Londres: Routledge, 2014.

GOLDBERG, D.; HUXLEY, P. **Common Mental Disorders: A Bio-Social Model**. London: Tavistock, 1992.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones. *In*: VIII SEMINÁRIO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2018. Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: FURG, 2018.

GOOGLE MAPS. 1 imagem de satélite, color. Escalas variam. 2023. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Associa%C3%A7%C3%A3o+Quilombola+do+Cumbe/@-4.4853046,-37.7929858,4205m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x7b84db15d1db4d1:0xf271b4445ca6f7cb!8m2!3d-4.4899285!4d-37.7720203!16s%2Fq%2F11dz2ks5y4!5m1!1e4?entry=ttu>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GRUPO OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS. Boletim Epidemiológico Acumulado de 2020. **Período: SE 14 de 2020 a SE 03 de 2021**. 2020a. Disponível em: <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com/p/boletim-epidemiologico.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GRUPO OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS. **O que os pescadores e as pescadoras artesanais devem saber sobre o novo Corona vírus (COVID-19)?** 1ª ed. 2020b. Disponível em: <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com/p/notas-cartas-manifestos.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, sociedad y territorio**, v. 13, n. 43, p. 805-815, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.  
HALL, Stuart. A identidade em questão. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HORLICK-JONES, Tom; FORTUNA, Joyce; PETERS, Geoff. Sistemas vulneráveis, falhas e desastres. **Ciência de sistemas: abordando questões globais**, p. 559-564, 1993.

HUANG, Chaolin *et.al.* Clinical features of patients infected with 2019 novel Corona vírus in Wuhan, China. **The Lancet**, v. 395, p.497-506, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30183-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30183-5/fulltext). Acesso em: 25 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Ministério do Meio Ambiente. **Manchas de óleo no litoral brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/notas/2047-manchas-de-oleo-no-litoral-brasileiro>. Acesso em: 1 nov. 2020.

INSTITUTO TERRAMAR. **Terramar**. 2022. Disponível em: <https://terramar.org.br/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

JOHNSON, E. J.; BOODRAM, C. A. S. Health, well-being and quality of life of community members displaced after an industrial disaster in Trinidad. **Journal of Public Health**, v. 25, p. 69-74, 2017.

JOVENTINO, Fátima Karine Pinto; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira. Diagnóstico Socioambiental e Tecnológico da Carcinicultura no Município de Fortim, Ceará, Brasil. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 2, n. 2, jun. 2009. ISSN 1982-5528. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/12>. Acesso em: 29 jun. 2023.

KOURY, M. G. P. Enraizamento, pertença e ação cultural. **Revista Cronos**, v. 2, n. 1, p.131-137. fev. 2001.

LAFFON, B.; PÁSARO, E.; VALDIGLESIAS, V. Effects of exposure to oil spills on human health: Updated review. **Journal of toxicology and environmental health, Part. B, Critical reviews**, v. 19, n. 3-4, p. 105–128, mai. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27221976/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LANDER, Edgardo. Neoextractivismo. Debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en Suramérica. **Investigaciones sociales**, v. 20, n. 37, p. 307-314, 2017. Disponível em: <https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/13481>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LIMA, Carlos Kennedy Tavares *et al.* The emotional 102ationwid Coronavirus 2019-nCoV (new Coronavirus disease). **Psychiatry research**, v. 287, p. 112915, 2020a.

LIMA, Maria do Céu de. Pescadoras e Pescadores Artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes (artisanal fishermen and fisherwomen in Ceará: lifestyles, confrontations and horizons). **Mercator**, v. 5, n. 10, p. 39 a 54-39 a 54, 2006.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300214, 2020b.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes; LIPP, Louis Mario Novaes. Stress e transtornos mentais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 40, n. 99, p. 180-191, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-posições, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, jul. 2008. MACHADO, Michael Ferreira. **Entre a terra e o mar**: O trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil. O portal dos psicólogos, 2009. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MAGALHÃES, Karine Matos *et al.* Oil spill+ COVID-19: A disastrous year for Brazilian seagrass conservation. **Science of The Total Environment**, v. 764, p. 142872, abr. 2021.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, dez. 2012.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. **DSM-IV**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARAGNO, Luciana *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 22, p. 1639-1648, 2006.

MARTINS, Mary Lourdes Santana *et al.* **Rios, estuários e mangues**: a mulher na pesca artesanal. 140f. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Sergipe. São Cristóvão, 2013.

MATIAS, Tális Pereira; IMPERADOR, Adriana Maria. As funções da Educação Ambiental na efetividade de políticas ambientais marinhas e costeiras no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 1, p. 95-106, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12689>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 126-147, 2012.

MEIRELES A.J.A.; BRAGA S.A.L.; LIMA A.P.S.; SILVA J.A. **Enfrentar as mudanças climáticas**: plano participativo de Icapuí. Fortaleza: Ed. Fundação Brasil Cidadão; 2020. Disponível em <https://www.deolhonaagua.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MELTZER, G. Y.; MERDJANOFF, A. A.; ABRAMSON, D. M. Adverse physical and mental health effects of the Deepwater Horizon oil spill among Gulf Coast children: An environmental justice perspective. **Environmental Justice**, v. 14, n. 2, p. 124-133, abr. 2021.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de saúde pública**, v. 13, p. 21-32, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. Corona Vírus: COVID-19. **Boletim Epidemiológico Diário**. Brasília, DF, 11 de abril de 2020. Semana Epidemiológica 15. Palácio do Planalto. Governo Federal, 2020.

MORRIS JR., J. G.; GRATTAN, L. M.; MAYER, B. M.; BLACKBURN, J. K. Psychological responses and resilience of people and communities impacted by the Deepwater Horizon oil spill. **Transactions of the American Clinical and Climatological Association**. v. 124, p. 191-201, 2013.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 377-400, 1999.

MÜLLER, Juliana dos Santos. Qualidade de vida relacionada com a saúde, funcionalidade e incapacidade de pescadores artesanais/marisqueiras. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

MÜLLER, Juliana Dos Santos; RÊGO, Rita de Cássia Franco; MENDES, Carlos Mauricio Cardeal. Ocorrência de distúrbio musculoesquelético em pescadoras artesanais/marisqueiras na Baía de Todos os Santos: uma análise sobre horas dedicadas ao trabalho. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 18, n. 3, p. 335-343, 2019.

NASCIMENTO, J. L. J. Comunidade Quilombola do Cumbe/Aracati - CE: História, Processos Organizativos e Luta pela titulação do território tradicional. *In*: Seminário PRONERA/UVA: Educação do Campo - Desafios e Possibilidades, 2018, Sobral - CE. **Anais do Seminário PRONERA/UVA: Educação do Campo - Desafios e Possibilidades**. Sobral - CE: Edições UVA, v. 1. p. 16-200, 2018.



NELSON, J. R.; GRUBESIC, T. H.; SIM, L.; ROSE, K. A geospatial evaluation of oil spill impact potential on coastal tourism in the Gulf of Mexico. **Computers, Environment and Urban Systems**, v. 68, p. 26-36, 2018.

NICHOLLS, K.; PICOU, S.; MCCORD, S.; WALKER, A. H.; GILL, D. Marine Oil Spills: Array of potential Human Effects. *In: Diagram presented at Preparing for a Rapid Response to Major Marine Oil Spills Workshop*, Oklahoma, ago. 2017. Disponível em: [https://nap.nationalacademies.org/resource/24924/gulf\\_183783.pdf](https://nap.nationalacademies.org/resource/24924/gulf_183783.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Bahia: Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, L. M. M. **As marisqueiras de Icapuí: saberes e práticas na pesca de moluscos**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12901994000200002&nq=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200002&nq=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 jun. 2023.

Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fiocruz. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MALHOTRA, S.; SHAH, R. Women and mental health in India: An overview. **Indian Journal Psychiatry**, v. 57 (Suppl2), p. 205-211, jul. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4539863/?report=printable>. Acesso em: 09 abr. 2021.

OBSERVATÓRIO DA PESCA ARTESANAL. A Saúde das Pescadoras Artesanais Atividades de Pesca: Rios, Lagos e Lagoas. **Direito à Saúde Prevenção de doenças e acidentes do trabalho, Seguro Acidentário para Pescadores e Pescadoras, Saúde da Mulher Pescadora, Ações pela melhoria da Saúde**. 2018. Disponível em: [http://observatoriopescaartesanal.org.br/wp-content/uploads/2022/03/saude\\_pesca\\_doras\\_artesanais-rios-lagos-e-lagoas.pdf](http://observatoriopescaartesanal.org.br/wp-content/uploads/2022/03/saude_pesca_doras_artesanais-rios-lagos-e-lagoas.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. Brasília, DF: OPAS, 2015. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7676/9788579670947\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7676/9788579670947_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 26 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório Mundial de Saúde. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Lisboa: OMS, 2002. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1217.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Programa de Ação para Reduzir as Lacunas em Saúde Mental. **Guia de Intervenção Humanitária mhGAP (GIH-mhGAP): Manejo Clínico de Condições Mentais, Neurológicas e por Uso de Substâncias em Emergências Humanitárias**. 2015. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51948/9789275722121-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Unidade de Saúde Mental, de Abuso de Substâncias, e Reabilitação (THS/MH). Tecnologia e Prestação de Serviços de Saúde. **Proteção da Saúde Mental em Situações de Epidemias**. Espanha, 2006.

ORNELL, F. *et al.* "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. **Braz. J. Psychiatry**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/WGD9CnJ95C777tcjnkHq4Px/?lang=en>. Acesso em: 26 jun. 2023.

OSMO, Alan; SCHRAIBER, Lilia Blima. O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 205-218, 2015.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PANCANI, Luca *et al.* Forced social isolation and mental health: A study on 1006 Italians under COVID-19 lockdown. **Front. Psychol.** eCollection, mai. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34093358/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PARREIRA, B.D.M.; GOULART, B.F.; HAAS V.J.; SILVA, S. R., MONTEIRO, J.C.S.; GOMES-SPONHOLZ, F. A. Common mental disorders and associated factors: a study of women from a rural area. **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, v. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/DZ4LVBDqHLDJP43hPQqzvhv/?lang=en>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PELICIONI, Maria Cecilia Focesi *et al.* A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115-121, 2001.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; CARDIM, Adryanna. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3383-3392, 2011.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMEZ, Carlos Minayo. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4689-4698, Dec. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014001204689&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001204689&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 jun. 2023.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; MARTINS, Vera; REGO, Rita Franco. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 57-68, jun. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbso/a/f9d9MYZTJWPFbKBV9jwqR7r/?lang=pt>. Acesso em 25 jun. 2023.

PENA, P.G.L.; NORTHCROSS A.L.; LIMA, M.A.G.; RÊGO, R.C.F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/RdpV54PDWjxktvSjhJRCvTP>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. Á. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar a luz da abordagem histórico-cultural. **Psicologia argumento**, Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354, out./dez.2009.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, dez. 2009.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PORTO, Philippe Seyfarth de Souza; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Desastres, crise e justiça ambiental: reflexões a partir do contexto brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p. 153-176, jan./jun. 2015.

PROCÓPIO, D. F. Pedagogia Decolonial. Educação de pescadores e marisqueiras: Uma experiência na comunidade pesqueira de Ilha de Maré, Salvador, Bahia. In: VI CONEDU, 2020, Salvador. **Anais...** Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61937>. Acesso em: 25 jun. 2023.

QIU J. *et al.* A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations. **General psychiatry**, v. 33, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://gpsych.bmj.com/content/33/2/e100213>. Acesso em: 25 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah esse povo do mar!”**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IRCH – UNICAMP), 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco: um breve e provisório

balanço. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

REIS-FILHO, José Amorim; QUINTO, Danilo. **COVID-19, Afastamento social, pesca artesanal e segurança alimentar**: como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/54/64>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RIBEIRO, Natalia; NASCIMENTO, Giovane do. Guardiãs das tradições: mulheres da pesca em Arraial do Cabo-RJ. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 29, p. 20-33, 2020.

RITCHIE, Jane *et al.* **Carrying out qualitative analysis. Qualitative research practice**: A guide for social science students and researchers, [S.l.], SAGE Publications Ltd., 2003.

RODRIGUES, Francisco Gleison de Souza. **O agronegócio da carcinicultura marinha e os conflitos sociais e ambientais de uso e ocupação do estuário do rio Jaguaribe no município de Aracati-CE**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

RODRIGUES, Lucas Matos. **Diagnóstico participativo e cartografia social aplicados à Comunidade Quilombola do Cumbe - Aracati/CE**. 2019. 64 f. TCC-Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

RUNG A.L. *et al.* The Long-Term Effects of the Deepwater Horizon Oil Spill on Women's Depression and Mental Distress. **Disaster Med Public Health Prep.**, v. 13, n. 2, p. 183-190, 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, SA., 2009.

SANTOS, C. dos; GOULART, L. K. Os Desafios das Marisqueiras da Comunidade de Farol de São Thomé-RJ na Efetivação dos Direitos Sociais. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n.11, p. 513–526, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7553>. Acesso em: 22 jun. 2023

SANTOS, Eline Almeida. (Re) Produção Social e Dinâmica Ambiental no Espaço da Pesca: um debate sobre o trabalho das marisqueiras da Taiçoca de Fora- Nossa Senhora do Socorro – SE. **Revista GeoNordeste**, Anais 30 anos NPGE0, n. 3, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (Org.) **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.11-24, 2017.

SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 4-17, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Wx4KxGgWwRk57tqYxQS4Zhx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCHRAIBER, L. B. Saúde coletiva: um campo vivo. In: PAIM, J. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 9-19, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 5-22, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, F. R. da. **Ao rio, ao mar**. Sítio Jardins, Quilombo do Cumbe e Canavieiras, 2022a. 1 diário de campo.

SILVA, Ana Paula Santos da. **A luta pela terra no Rio Grande do Norte: um estudo sobre o Assentamento Canto da Ilha de Cima**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2022b.

SILVA, Cláudia Osório da; RAMMINGER, Tatiana. O trabalho como operador de saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 4751-4758, 2014.

SILVA, E. L. P. da.; CONSERVA, M. de S.; OLIVEIRA, P. A. de. Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do Estuário do Rio Paraíba, Nordeste, Brasil. **Ecologi@**, v. 3, p. 44-56, 2011.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos socioambientais. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 3, p. e1977, 2020.

SILVA, Luiz Rons Caúla da. Desastre ambiental causado por derramamento de petróleo no litoral do Ceará: um estudo sobre o ambiente, a saúde e o trabalho de pescadores e pescadoras artesanais. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, Samia Paula dos Santos. Territórios de quilombos na região do Vale do Rio Jaguaribe (CE): identidades, memórias e reexistências. 2022. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022c.

SILVA, Thamires Maria Brito da *et al.* Divulgação científica sobre o derramamento de óleo no litoral do Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, p. 63-77, 2022d.

SOARES, L. R. **Conflitos territoriais e identidade quilombola da comunidade do Ambé no Amapá**. 2019. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUTO, Francisco José Bezerra. A imagem que fala: uso da fotografia em trabalhos etnoecológicos. *In*: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de *et al.* (Org). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, 2010.

SVAMPA, M. “Consenso de los commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Ciudad de Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar-abr. 2013.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; DE ALMEIDA, Mariza Gomes; CAMARA, Volney de Mgalhões. Registrando a história da saúde do trabalhador no Brasil: notas sobre sua emergência e constituição. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 11, n. 32, 2013.

THE 2019-NCOV OUTBREAK JOINT FIELD EPIDEMIOLOGY INVESTIGATION TEAM; LI Q. Notes from the Field: An Outbreak of NCIP (2019-nCoV) Infection in China — Wuhan, Hubei Province, 2019–2020. **China CDC Weekly**, n. 2, v. 5, p. 79-80, 2020. Disponível em: <http://weekly.chinacdc.cn/en/article/id/e3c63ca9-dedb-4fb6-9c1c-d057adb77b57>. Acesso em: 28 abr. 2020.

TRABUCO, Anne Caroline Santiago Ramos. **Doenças relacionadas ao trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. 2015. 65f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Medicina, Faculdade de Medicina, UFBA, Salvador, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROVÃO, C. J. B. M. A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, 2020.

WANG, C. *et al.* Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 5, p. 1729, mar. 2020.

WELLS, R. H. C. *et al.* **CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. São Paulo: EDUSP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002786116>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WINCHESTER, Peter. **Power, choice and vulnerability: a case study in disaster management in South India**. Londres: Routledge, 1992.

WON, J. *et al.* Ten Years after the Oil Spill in Taean: The Recovery of the Ecosystem, the Life of Women, and the Community. **Asian Women**, [S.l.], v. 35, n. 4, p.1-22. dez. 2019. Disponível em:

<http://easianwomen.org/common/do.php?a=full&b=21&bidx=1805&aidx=22262>.

Acesso em: 28 fev. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health**: a state of well-being. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em 29 jun. 2023.

ZANDIFAR, Atefeh *et al.* Prevalence and severity of depression, anxiety, stress and perceived stress in hospitalized patients with COVID-19. **Journal of Diabetes & Metabolic Disorders**, v. 19, p. 1431-1438, 2020.

ZHOURI, A. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 66, p. e660601, mai-ago. 2023.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AS PESCADORAS DAS COMUNIDADES.**

### **Primeiro momento da entrevista**

1. Como vocês (mulheres pescadoras) foram impactadas pelo derramamento do óleo? O antigo e o atual?
2. Como você se sentiu diante dos eventos do derramamento do óleo? Que impactos ele teve na sua saúde física e mental?
3. Que ações de enfrentamento à crise do derramamento vocês participaram e adotaram, se houveram?

### **Segundo momento da entrevista**

4. Como vocês foram impactadas pela pandemia da COVID-19?
5. Como você se sentiu diante pandemia de COVID-19? Que impactos ela teve na sua saúde física e mental?
6. Que ações de enfrentamento à pandemia vocês participaram e adotaram, se houveram?

### **Terceiro momento da entrevista**

7. Como elas [as estratégias de enfrentamento] foram criadas e desenvolvidas? Que desafios vocês encontraram?
8. Que resultados vocês perceberam depois das ações, se houveram?



## **ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Cara participante,

Eu, Francisca Rachel da Silva, gostaria de convidá-las a participar da pesquisa intitulada “Saúde Mental e as Estratégias de Enfrentamento das Mulheres Pescadoras Diante das Situações de Crise.” Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. Esta pesquisa pretende construir estratégias de minimização das consequências do vazamento do petróleo e da COVID-19 a partir da análise dos impactos à saúde das pescadoras do Ceará.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é por entender que o derramamento do petróleo é um problema que tem afetado o litoral brasileiro, que o Ceará é um dos Estados brasileiros mais atingidos por este vazamento, além de considerar importante compreender como estão as condições psicossociais e as ações efetivas nas comunidades atingidas para a diminuição do impacto para os pescadores e pescadoras dessas regiões. Como também, para entendermos como a COVID-19 impactou a realidade de crise vivenciada e quais as estratégias educacionais, políticas e psicossociais para a minimização das consequências desses fenômenos feitas por vocês e/ou pelos poderes públicos.

Caso você decida participar da pesquisa, você terá que:

- Ser maior de 18 anos.
- Ser residente nos municípios selecionados.
- Em algum momento ter entrado em contato direto/indireto – direto (areia, banho de mar, manipulação de pescado) ou indiretamente (ingestão de peixes, crustáceos, moluscos) – com o petróleo, objeto de estudo desta pesquisa. Contato direto refere-se àqueles trabalhadores que participaram da coleta das manchas de petróleo nas praias atingidas e indireto refere-se àqueles trabalhadores que estão expostos a ambientes potencialmente contaminados pelo derramamento de petróleo.

- Ser trabalhadora cadastrada nas organizações de pescadores e pescadoras artesanais.

Sua colaboração, caso esteja interessada em participar desse estudo, será que você irá responder a um roteiro de perguntas semi-estruturado, sobre saúde mental e os eventos do derramamento de petróleo e da COVID-19.

Ao participar desta pesquisa, acreditamos que você estará nos ajudando a dar subsídio ao governo federal, estadual e local, para o desenho, o monitoramento, a avaliação e a formulação de políticas públicas para o aperfeiçoamento das medidas de enfrentamento das crises, em especial das trabalhadoras que vivem da pesca.

Informamos ainda, que o tipo de procedimento realizado nesta pesquisa apresenta risco mínimo, restringindo-se a um possível desconforto pelo tempo despendido para responder ao questionário e na participação do grupo focal.

Com a finalidade de diminuir esses possíveis riscos, será assegurado a você o anonimato da identificação. Caso ocorra algum desconforto emocional, físico ou constrangimentos, você terá o direito de não responder a qualquer pergunta que venha a lhe causar algum incômodo ou de interromper a qualquer momento sua participação no estudo. Você receberá orientação ou atendimento por nossa equipe de pesquisadoras e pesquisadores que se disporá por telefone para prestar o apoio necessário. Essa forma de assistência poderá acontecer logo após o momento da pesquisa ou posteriormente, caso necessário, por meio do telefone.

Asseguramos que as informações adquiridas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos. Informamos que sua participação será voluntária e que não será feito nenhum pagamento por participar da pesquisa. Asseguramos também que a qualquer momento você poderá ter acesso às informações referentes à pesquisa, pelo telefone/endereço do pesquisador responsável.

Garantimos, ainda, a liberdade para retirar-se da pesquisa a qualquer momento e retirar seu consentimento. Sua recusa em participar do estudo não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Endereço do responsável pela pesquisa:

**Nome:** Francisca Rachel da Silva.

**Instituição:** Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Endereço:** Rua Prof. Costa Mendes, 1608, 5o andar, Bairro Rodolfo Teófilo.

**Telefone para contato:** (85) 3366-7452 e (85) 999198373.

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda à sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu declaro que li, cuidadosamente, este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome da participante da pesquisa

Data e Assinatura

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome da pesquisadora principal

Data e Assinatura

Aprovação do Comitê de Ética.